



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

IGO BARBOSA PEREIRA

**DO TRABALHO À RESISTÊNCIA: A POBREZA EM BATURITÉ NA SEGUNDA
METADE DO SÉCULO XIX.**

FORTALEZA
2022

IGO BARBOSA PEREIRA

DO TRABALHO À RESISTÊNCIA: A POBREZA EM BATURITÉ NA SEGUNDA METADE
DO SÉCULO XIX.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof.º Dr.º Samuel Carvalheira de Maupeou

FORTALEZA
2022

IGO BARBOSA PEREIRA

DO TRABALHO À RESISTÊNCIA: A POBREZA EM BATURITÉ NA SEGUNDA METADE
DO SÉCULO XIX.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: 23/11/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Samuel Carvalheira de Maupeou (orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves (membro)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Tyrone Apollo Pontes Cândido (membro)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Ceará (UFC) e à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de pesquisa.

Ao Prof^o Dr^o Samuel Carvalheira de Maupeou, pela orientação e apoio durante a pós-graduação.

Aos professores participantes da banca de qualificação, os professores Doutores Frederico de Castro Neves e Tyrone Apollo Pontes Candido, pelas valiosas colaborações e sugestões.

À minha mãe, Maria das Graças Barbosa Germano, por todo o apoio aos meus estudos e orientação para a vida. A ela devo tudo que sou.

À minha namorada, Nayara dos Santos Alixande, pela paciência e carinho ao longo dos anos em que passamos juntos. Aos meus irmãos, pelo companheirismo e ajuda nos momentos em que precisei.

A todos, enfim, reitero o meu apreço e a minha eterna gratidão.

RESUMO

Partindo de uma abordagem inserida no campo da História Social, o presente trabalho tem como temática central a pobreza na cidade de Baturité (CE), na segunda metade do século XIX. As fontes utilizadas foram os jornais locais produzidos nas décadas de 80 e 90: os manuscritos do botânico Freire Alemão, que escreveu sobre essa região nesse período; os relatórios dos Presidentes da Província; dentre outras fontes. Procuro analisar como se dava a relação entre pobreza, e consequentemente as pessoas que estavam nessa condição (nelas inseridas os escravizados), com o trabalho submisso, precário e controlado; ao mesmo tempo em que havia um desejo, à época, por mudanças socioeconômicas rumo a uma ideia de progresso importada dos países europeus. Também busco identificar as formas de resistência daqueles mais necessitados, além dos possíveis mecanismos de repressão, utilizados pelas elites locais e/ou governo, para conter a ação dos grupos mais empobrecidos. Em conjunto com essas fontes, selecionadas e analisadas levando em consideração a temática já pré-estabelecida, foram selecionadas e utilizadas algumas referências bibliográficas relacionadas com o tema e o período temporal abordado. Constatamos, por exemplo, que o acesso à terra, o uso dos meios repressivos institucionais e para-institucionais, os costumes e a religião cristã foram alguns dos instrumentos utilizados para controlar e adequar o trabalhador ao tipo e as condições de serviço desejado. Essas condições, em sua maioria degradantes, foram contestadas e motivaram movimentos de resistências, sejam eles abertos ou sutis (SCOTT, 2013). Uma conclusão possível nos leva a afirmar que o estado de pobreza, por mais limitante, humilhante e debilitante (MOLLAT, 1989), não retirava dos grupos necessitados sua força de agir e reagir diante das adversidades. Suas ações, pensadas e adaptadas às situações, eram alvos de contramedidas, formando um cenário complexo de lutas, recuos e conformação.

Palavras-chave: Baturité; Pobreza; Trabalho; Resistência.

ABSTRACT

Starting from an approach inserted in the field of Social History, the present work has as its central theme the poverty in the city of Baturité (CE), in the second half of the 19th century. The sources used were the local newspapers produced in the 80s and 90s, the manuscripts of the botanist Freire Alemão, who wrote about this region in that period, the reports of the Presidents of the Province, among other sources. I try to analyze, first, how was the relationship between poverty, and consequently the people who were in this condition, with submissive, precarious, and controlled work, at the same time that there was a desire, at the time, for socioeconomic changes towards a idea of progress imported from European countries. I also seek to identify the forms of resistance of those most in need, in addition to possible mechanisms of repression, used by local elites and/or government, to contain the action of the most impoverished groups. Together with these sources, selected and analyzed taking into account the pre-established theme, some bibliographic references related to the theme and the time period covered were selected and used. We found, for example, that access to land, the use of institutional and para-institutional repressive means, customs and the Christian religion were some of the instruments used to control and adapt the worker to the type and conditions of service desired. These conditions, mostly degrading, were contested and motivated resistance movements, whether overt or subtle (SCOTT, 2013). A possible conclusion leads us to affirm that the state of poverty, however limiting, humiliating and debilitating (MOLLAT, 1989), did not remove from the needy groups their strength to act and react in the face of adversity. Their actions, thought out and adapted to the situations, were targets of countermeasures, forming a complex scenario of struggles, setbacks and conformation.

Keywords: Baturité; Poverty; Job; Resistance.

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1:** Compilado mostrando graficamente as cidades do Maciço de Baturité e um pouco de suas relações históricas. Elaboração própria com dados do IBGE.....15
- Imagem 2.** Quadro referente à quantidade de escravos distribuídos por profissões no Ceará, em 1872. Extraído do Recenseamento da Província do Ceará de 1872.....29
- Imagem 3.** Tabela apresentando à população escravizada, classificada por cor e estado civil em Baturité, em 1872. Extraído do Recenseamento da Província do Ceará de 1872.....32
- Imagem 4:** Aviso de fuga de escravizado, presente no jornal A Ordem, de 1880.....35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO.....	19
2.1 A pobreza em Baturité.....	20
2.2 Os escravos em Baturité, o que as fontes nos dizem sobre eles.....	30
3 DO TRABALHO AO PROGRESSO.....	45
3.1. Trabalho e Pobreza.....	46
3.2. Pobreza e Progresso.....	58
4. AÇÃO E REAÇÃO.....	70
4.1. Criminalidade e Repressão.....	71
4.2. Resistência.....	81
5 CONCLUSÃO.....	96
REFERÊNCIAS.....	100
ANEXO-FONTES.....	106

1. INTRODUÇÃO.

O presente trabalho originalmente intentava colocar-se como um fruto do projeto de pesquisa posto em prática no curso de Licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Esse projeto, intitulado Acervo cartorial no Arquivo Público do Estado do Ceará: organização e digitalização de um patrimônio histórico, foi financiado pelo edital 2018 do Programa de Bolsa de Extensão, Arte e Cultura (PIBEAC), da Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura (PROEX). Ele visava, dentre outros objetivos, manusear a documentação para diagnosticar seu estado de conservação, limpar o que fosse preciso, realizar alguns pequenos reparos, extrair algumas informações a serem catalogadas e organizar os documentos cartoriais vindos de municípios do interior do Estado do Ceará. Dentre esses registros estavam os inventários de partilha, livros de notas e processos crimes/cíveis.

O objetivo traçado no planejamento inicial da dissertação, exposto no projeto de pesquisa, era “Compreender o modo de pensar, com seus valores, desejos e prioridades, que estavam presentes nos inventários (especialmente nos testamentos que eles contêm) dos habitantes do Maciço de Baturité na segunda metade do século XIX”. Assim, as fontes originais deveriam ser os Processos de Inventários produzidos nas cidades do interior do Estado, mais especificamente aqueles da região do Maciço de Baturité, guardados no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

No entanto, como nem sempre o que planejamos é o que de fato acontece, uma série de imprevistos ocorreram. Com o surgimento da pandemia de Covid 19 (fenômeno que sem dúvidas será objeto de estudo no nosso campo), o APEC ficou fechado a maior parte do ano de 2021, devido às medidas de isolamento social e a concretização de obras na estrutura física do prédio, o que impossibilitou o acesso a essa documentação. Era nesse ano que deveríamos analisar os inventários.

Diante do cenário adverso, imprevisível e sem um horizonte de mudanças no curto prazo decidimos buscar alternativas e principalmente encontrar uma outra documentação que pudesse ser utilizada como fonte da pesquisa. Nessa busca, a própria proposta investigativa mudou; dessa forma, saímos do que eu acredito ser uma perspectiva no campo da História das Mentalidades. Após algumas leituras, fomos nos aproximando do conceito de representação social de Chartier¹, e, ao encontrarmos jornais baturiteenses produzidos na segunda metade do século XIX, surgiu a

¹ A ideia de trabalhar com o conceito utilizado Chartier surgiu após a leitura de algumas obras, como “A História Cultural: entre práticas e representações” (1990), e de artigos como “O mundo como representação” (1991). Ambos escritos por Chartier.

ideia de trabalharmos visando construir algo relacionado à representação social da pobreza, a partir dos jornais locais. Mais algumas semanas de reflexões e impasses quanto à viabilidade da proposta, acabamos por abandonar essa linha de raciocínio por considerá-la de difícil operacionalização no campo da história social², a qual desejávamos trabalhar.

Finalmente, após um caminho tortuoso, chegamos à proposta que acabou se concretizando nessa dissertação. A mudança “definitiva” ocorreu por volta do mês quatro (4) de 2021. Agora, concentramo-nos nos aspectos relacionados à pobreza local, tais como trabalho, repressão e resistência. As fontes são os mesmos jornais, produzidos em Baturité, acrescidas pelos Manuscritos do Botânico Freire Alemão, os relatórios dos presidentes da província cearense, e o livro chamado de Subsídio Geográfico, Histórico e Estatístico de Pedro Catão.

Os jornais, uma das fontes mais trabalhadas ao longo dessa pesquisa, estão digitalizados na Fundação Biblioteca Nacional. Disponíveis ao público em geral. Decidimos mantê-los como uma das fontes, pois, como colocou José D’ Assunção Barros, em O projeto de Pesquisa em História³, essa documentação é riquíssima:

Entre os diversos tipos de documentação à disposição do historiador para construir a sua análise historiográfica pode se dar que- dependendo do objeto de estudo- as revistas, os jornais, magazines e outros tipos de periódicos constituam precisamente fontes privilegiadas para que historiadores se aproxime de uma época ou de uma situação histórica... O banal magazine, e talvez exatamente por causa desta banalidade, constituir-se-á para ele em uma fonte privilegiada para perceber a vida cotidiana, os padrões de consumo, o vocabulário de uma sociedade, os seus modos de pensamento, sensibilidade e representação. (BARROS, 2015, pag.65)

Com os jornais, seria possível compreender uma sociedade e analisá-la como assinala Barros. Mais especificamente, analisamos dois jornais locais, o “A Ordem, órgão conservador” e o “A Onda, jornal crítico e recreativo”. O “A Ordem” publicava seus impressos, aos domingos, com quatro páginas por exemplar. Em cada página, há quatro colunas abordando temas como “variedades”, artigos de opinião, noticiário local, literatura, transcrições de falas, traduções de textos, notícias de outros países, anúncios e avisos. Em termos quantitativos⁴, o acesso ao jornal

² Consideramos que a presente dissertação está inserida no campo da História Social, campo adotado pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFC. Na perspectiva de Assunção Barros, esse é o ramo da História que lida especificamente com a “dimensão social”, com desdobramentos que chegam às questões envolvendo a organização social e as diferenças e desigualdades sociais, dentre outras. In: BARROS, José D’ Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH- Revista de História da UFOP**. n 15, 2005. Pag. 13.

³ BARROS, José D’ Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

⁴ Letícia Sabina Wermeier frisa que “dentro do recorte temporal de cada pesquisa histórica pode-se selecionar e coletar os textos jornalísticos a partir dos critérios quantitativos e qualitativos. Ambas as metodologias não são opostas, bem pelo contrário, muitas vezes são usadas como complementares.” In: KRILLOW, Letícia Sabina Wermeier. Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre “o político” na “grande imprensa carioca” de 1955 a 1960. **OFICINA DO HISTORIADOR**. Vol. 12, nº 1. Jan-Jun, 2019. Pag. 14.

pode ser feito por meio do site da biblioteca nacional. Lá podem ser encontrados 37 exemplares, publicadas de 1879 a 1880. O porquê dessa quantidade não é explicado, mas acreditamos que, como a maioria dos jornais baturiteenses do período, o “A Ordem” não teve uma vida longa⁵. A estrutura, conteúdo e periodicidade do “A Onda”, por sua vez, é semelhante ao do jornal anterior. Também estão disponíveis 37 exemplares, produzidas nos anos de 1882 e 1883. Apesar de parecidos, duas diferenças chamam a atenção: o fato de haver 4 colunas no primeiro e duas no segundo, o que o torna mais “enxuto”; por se tratar de um jornal “conservador”, o primeiro impresso toca mais em assuntos da política nacional/internacional em comparação ao outro, que, a meu ver, é mais progressista.

O acesso a esses jornais, no entanto, não foi possível no momento que decidimos utilizá-los. Como o inesperado sempre acontece, e com uma recorrência de mais de uma vez, tivemos o acesso a esse material apenas após superado os dois ataques cibernéticos (hacker) desferidos contra o site da Biblioteca. No dia 11 de abril, o site ficou off-line, paralisando todas os serviços oferecidos; cerca de 15 dias depois, voltou a ficar disponível ao público. Felizmente, o acesso as demais fontes foi feita como era desejado, sem maiores problemas. Os relatórios e os manuscritos de Alemão foram as duas outras fontes mais utilizadas.

Os relatórios dos presidentes da Província do Ceará, documentos que os administradores direcionavam à Assembleia Legislativa provincial, traziam diversas informações sobre as áreas consideradas centrais para a província, como segurança pública, agricultura, instrução primária e secundária, saúde, cofres públicos, dentre outros. Os relatórios também estão disponíveis online, digitalizados em um site chamado “Center for Research Libraries, global resources network” (CRL). Através dele tive acesso a um conjunto de documentos que compunha um arquivo digital do poder executivo. No livro “Fontes Históricas”, organizado por Carla Bassanezi Pinsky, Carlos Bacellar acentua que as fontes provenientes do desse poder, tais como os relatórios, as correspondências, ofícios e requerimentos são importantes por tratarem de questões que envolvem os demais poderes, auxiliando-nos na compreensão do Estado Imperial, trazendo dados e informações sobre temas e problemas emergentes, além de conter outros numerosos assuntos⁶.

Já os manuscritos do botânico Francisco Freire Alemão (1797-1874), são textos que surgiram a partir da Comissão Científica de Exploração, a qual ele integrava. Visando incrementar

⁵ CATÃO, Pedro. Baturité (Subsídio Geográfico, Histórico e Estatístico. Instituto do Ceará.1937. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1937/1937BaturiteSubsideioGeograficoHistoricoEstatistico.pdf>

⁶ Bacellar traz uma explicação sobre os Arquivos, pertencentes ao Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, Cartorial, Eclesiástico, e privado, destacando suas potencialidades e desafios para a pesquisa histórica. In: BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: Carla Bassanezi Pinsky(org.), *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. Pag.25-43.

o desenvolvimento dos locais mais longínquos do império, o IHGB, juntamente com o governo imperial, despendeu esforços para atingir esse fim, por meios científicos. A Comissão iniciou seus trabalhos apenas em 1859, mesmo tendo sido elaborada em 1856. Ela percorreu áreas de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará. Nesses escritos, compostos por transcrições dos diários de viagem, é exposto uma série de informações e relatos, apontando vários aspectos dos locais onde os cientistas passaram⁷.

As mudanças de direção, bem como a escolha das fontes, construíram um caminho próprio. Esse percurso, retratado nos parágrafos acima, me fez lembrar de uma outra passagem escrita por Barros, no mesmo livro, já citado. Ao referir-se à construção do projeto de pesquisa e às dificuldades que essa empreitada pode apresentar, não só em sua escrita, mas principalmente na sua execução, ele escreve o seguinte:

Ao se deparar com novas fontes, ao reformular hipóteses, ao se confrontar com as inevitáveis dificuldades, ao produzir novos vislumbres de caminhos possíveis, ou ao amadurecer no decorrer do próprio processo de pesquisa, o investigador deverá estar preparado para lidar com mudanças, para abandonar roteiros, para antecipar ou retardar etapas, para se desfazer de um instrumento de pesquisa em favor de outro, para repensar as esquematizações teóricas que até ali havia orientado seu pensamento. (BARROS. 2015. P, 10)

As mudanças, aqui necessárias, deram-se com o objetivo de contornar os problemas sem renunciar o estudo de uma região. Apesar de não ser parte do plano inicial, chegamos a uma temática instigante, que diz respeito àqueles que menos tinham.

Posto isso, o projeto de pesquisa, e mesmo a concretização dele ao longo do percurso investigativo, depende de variáveis que muitas vezes fogem do controle do pesquisador. Nós, portanto, devemos nos preparar para o caráter provisório e inacabado da investigação. Isso não quer dizer, portanto, que, por haver alterações em uma esquematização inicial, o percurso está errado, ele apenas pode ter se deparado com situações que o obrigaram a mudar. Se não o fizesse, problemas de outras ordens surgiriam, como coloca Barros ao mencionar as outras exigências as quais o pesquisador tem que enfrentar.

Metodologicamente falando, o trabalho com as fontes se deu inicialmente com uma leitura geral, tentando me desapegar de noções anteriores que pudessem interferir no processo. Posteriormente, uma leitura mais minuciosa foi feita, atentando para as passagens relacionadas a temática pré-estabelecidas, como trabalho e criminalidade por exemplo. Li os documentos a fim de notar e anotar as informações e dados com maior relevância e recorrência, criando uma imagem mental do que estava acontecendo no município naquele período. Fiz isso com as diferentes fontes,

⁷ As informações expostas nesse parágrafo foram retiradas do site: <https://cariridasantigas.com.br/os-manuscritos-do-botanico-freire-alemao-1859-1861/>. De responsabilidade do Historiador Roberto Junior. Acessado em 04 de agosto de 2022.

em seguida comparei essas construções entre si com o objetivo de chegar a uma que me parecesse a mais próxima da realidade baturiteense⁸.

Uma série de livros, teses, dissertações, artigos e textos de outros autores foram utilizados para clarificar as informações presentes nas fontes, no momento da leitura mais concentrada, e logo depois para dialogar com o resultado da análise documental. Esse material bibliográfico foi usado, pois tratava de temas próximos, ou se tinham uma temática mais distante, continham desenvolvimentos e conceitos teóricos úteis para a nossa dissertação. Listaremos alguns desses materiais bibliográficos.

Um dos principais textos que serviram de base para pensar a construção dessa empreitada investigativa foi a tese de Darlan de Oliveira Reis Junior, “Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX”. Ela trata, como o título sugere, das relações entre trabalhadores e senhores localizados no Cariri. Dentre suas análises, Darlan mostra como era levado adiante a exploração econômica dos trabalhadores, independentemente de sua condição jurídica, delineando as formas de controle usadas pelos senhores, e, em repostas a esses mecanismos, o uso de estratégias de resistência pelos trabalhadores. Dessa forma, ele parte de uma análise, dentro da história social, que nos leva à organização do trabalho dentro da província.

Sob a mesma perspectiva, mas trabalhando de forma mais ampla, também nos utilizamos das reflexões trazidas por Francisco José Pinheiro, em “O homem livre/pobre e a organização das relações de trabalho no Ceará (1850-1880)”. Nesse artigo, Pinheiro propõe trazer luz às propostas de organização do trabalho, em transição do trabalho escravo para o livre, trazidas pelas elites provinciais. Ponto que pretendemos explorar aqui.

As elites cearenses, de forma geral, desejavam trazer o progresso através de mudanças no mundo do trabalho, essa aspiração, modernizadora, afetava a vida dos mais pobres, vistos como meras ferramentas em prol de um novo Ceará. Em Baturité, esse pensamento também foi investigado, relacionando-o a mudanças maiores, já em curso. Para dar conta desse esforço (pelo menos tentar) nos servimos de algumas obras, dentre elas “O Espaço a Serviço do Tempo: a Estrada de Ferro de Baturité e a Invenção do Ceará”, de Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis, e o artigo de Frederico Castro Neves, “Estranhos na belle époque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877-1915).

⁸ A leitura adotando uma postura crítica diante das fontes, tentando articular diferentes fatores, não somente o econômico, bem como prestando atenção para as regularidades e interrupções, sem esquecer o método comparativo, faz parte das recomendações procedimentais defendidas por Witold Kula. In: KULA, Witold. **Problemas y métodos de la Historia Económica**. Barcelona: Ediciones Península, 1977op. cit., p. 571.

Outro autor, que nos serviu para tratar especificamente da questão escrava, foi Eduardo Campos, em seu texto intitulado “Revelações da condição de vida dos cativos do Ceará”. Ele traz comentários sobre a escravidão cearense, com ênfase no aspecto relacional entre senhor e escravo, além de trazer um levantamento de noticiários que descrevem a fuga de cativos. Esse grupo, presente em pequeno número em Baturité, vivenciava a pobreza local e estava inserido no grupo maior, compostos por trabalhadores pobres. Esse grupo maior, bastante diversificado, estava sujeito a construções discursivas que os colocavam como potenciais criminosos, ociosos, a serem controlados. Para refletir nessa direção, utilizamos-nos de alguns autores, como Sidney Chalhoub (Vadios e Barões no ocaso do Império e Cidade Febril) e Alberto de Passos Guimarães (As Classes Perigosas: banditismo rural e urbano)

Na linha de pesquisa adotada, não poderíamos deixar de citar James C. Scott, mais especificamente o seu texto “A dominação e arte da resistência: discursos ocultos”. Com seu auxílio, propomos-nos a adentrar nas formas de resistência utilizadas pelos mais necessitados, sejam elas mais abertas ou sutis. Com ele, tentamos pensar sobre os possíveis caminhos trilhados por aqueles que desejam melhorias de vida, sem necessariamente partir para atitudes mais incisivas.

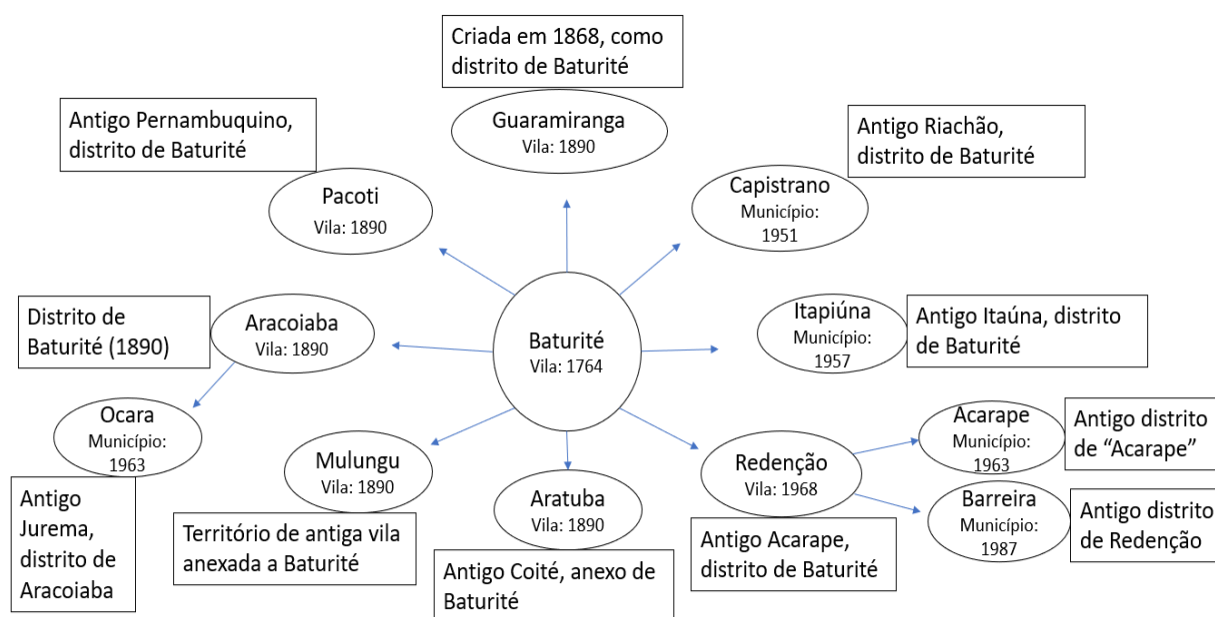
Passado essas explicações iniciais, vamos ao conteúdo da dissertação. O local escolhido para estudo, é o atual município de Baturité, na segunda metade do século XIX. A escolha desse local, deve-se principalmente à vivência de quem escreve esse trabalho. Já o recorte temporal, é devido às mudanças econômicas e sociais identificáveis nesse período.

Trazendo um pouco as colocações de Certeau, entendemos que a produção historiográfica, seja ela qual for, está conectada ao momento histórico de sua produção. A vivência e a perspectiva de quem escreveu influencia na construção e propagação do que foi escrito⁹. O fato de ser baturiteense, nascido e criado em meio a camadas populares, cujo “ganha pão” estava ligado de algum modo ao trabalho na agricultura, com trânsito entre os municípios que compõe o Maciço, me fez querer entender, de uma perspectiva histórica, o local onde pertença.

Promovido a condição de cidade, pela lei 844 de 9 de agosto 1858¹⁰, Baturité estava inserido em um ambiente cujos eventos políticos propiciavam a gradativa diminuição de seu território. Como é esquematizado na imagem abaixo:

⁹ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; Revisão técnica de Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

¹⁰ STUDART, Guilherme Barão de. **Geographia do Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

Imagem 1.

* Palmácia é um desmembramento de Maranguape, que por sua vez era distrito subordinado à Fortaleza

(Fonte: Elaboração própria ¹¹)

Como é mostrado acima, o território que hoje é subdividido entre as cidades que compõem o Maciço de Baturité, pertenciam a vila mais antiga, fundada em 1764. Assim, relações históricas foram estabelecidas não somente pela proximidade geográfica e tráfego de pessoas entre esses locais, mas também pelas ligações políticas. Suas cidades (anteriormente vilas), possuem como origem o território anteriormente abrangido pela vila de Baturité, desmembrando-se, ao longo dos anos, em outras vilas que deram origem aos atuais doze municípios do maciço, como pontua Joanna Cavalcante Pinheiro Farias, em sua dissertação¹².

Essa região, assim como as demais pertencentes à província, tinha sua economia baseada principalmente na agricultura. O nosso município teve no café, introduzido em 1824, seu principal produto. Alcântara salienta que essa região ocupou um lugar importante nesse campo ao longo do século XIX. Coube a ela a produção de parte significativa da safra voltada à exportação na

¹¹ As informações utilizadas para produzir essa imagem foram extraídas do site do IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br> Acessadas em 02 de agosto de 2022.

¹² FARIAS, Joanna Cavalcante Pinheiro. **Cadê o preto que estava aqui?** Presença e alocação de escravizados em Vila de Acarape e Baturité (1870-1884). Dissertação (mestrado). Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Redenção, 2018. Pag. 18.

província. Entre 1860 e 1865, contabilizou-se cerca de 8.322 toneladas de café produzidas¹³, número expressivo se levarmos em consideração os relatos de Freire Alemão¹⁴ sobre os anos anteriores a 1810:

Parece que esta vila não teve uma existência muito próspera, porque do que pude obter por tradição da gente mais antiga com que pude conversar, até 1810 ela não apresentava grande prosperidade; havia então pouca gente branca na vila, e os índios viviam vida miserável, sustentando-se principalmente da pesca, e da caça (que faziam com arco e flecha). Não havia ainda igreja decente, nem casa alguma cômoda, não havia seguido exatamente o plano dado para as construções, de sorte que o quadro não ficou regular; muitos dos casebres eram de telha, mas de triste aspecto. (ALEMÃO, 1964, pag. 339)

Viver era difícil, a prosperidade, como disse Alemão, não era vista na localidade. Os moradores se utilizavam dos meios primitivos para sobreviver, como a caça e a pesca. Esse cenário parece ter mudado para uma parcela das pessoas com o desenvolvimento do café, principalmente, na segunda metade do século. Essa alteração criou elites e gerou receitas para a Província, porém a maioria da população ainda permaneceu sobrevivendo sob condições duríssimas.

No cotidiano do povo mais pobre também estava a prestação de serviços em obras que mexiam com os interesses públicos e privados. No dia 24 de junho de 1882, é apresentado um ofício, à Câmara Municipal de Baturité, informando que o Juiz de Paz da cidade suspendeu o subdelegado local alegando que houve abuso de autoridade por parte da autoridade em questão. Para ocupar a vaga, a câmara designa o suplente Manoel Conrado. A ação do juiz, no entanto, gerou discussões entre os vereadores. O então subdelegado havia tomado medidas que iam de encontro com os interesses do juiz, e por isso foi punido. O presidente da câmara diz o seguinte

Por mode uma medida imprudente adoptada por esta muito inlustrada 16final16 acha-se aberto um grande confilito de jurisdição entre o subdelegado Muniz e o premero juiz de paz Profiro Grugel. Mandamo que aquella aturidade empregasse povo em fazê teia tijolo e casa, resurtando que a fôça bruta se oppoz esta [ilegível], visto como esta midida iria disminuir o preço dos alugueo das casas, e 16final já viste que se acha suspenso o subdelegado, e não há muito mandastes que o premero suprente em virtude disso tomasse a vara¹⁵.

Pelas falas dos vereadores, ao que parece, o subdelegado utilizou o “povo”, grupo composto por trabalhadores pobres, para construir casas, sob as ordens da própria Câmara. Essas moradias estariam disponíveis para alugar por baixo preço. No entanto, o juiz também teria casas para alugar na mesma região, gerando concorrência. Para além das controvérsias envolvendo as duas

¹³ ALCÂNTARA, Selma Maria Peixoto. **Sol e sombra**: o café do Maciço de Baturité numa perspectiva ecológica e socioeconômica. 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente., Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Pag. 82.

¹⁴ Os Manuscritos do Botânico Freire Alemão. Catálogo e Transcrição por Darcy Damasceno e Waldir da Cunha. Anais da Biblioteca Nacional, Vol. 81. 1964.

¹⁵ A Onda. Baturité- Domingo 25 de julho de 1882. n 11. Pag. 3

autoridades, o que nos interessa é o fato de haver a utilização da mão de obra das camadas populares, nomeadas de “povo”.

O uso desse expediente, seja por autoridades públicas ou privadas, assim como as questões que envolvem o mundo do trabalho, é central nessa dissertação. Na mesma perspectiva, Chalhoub frisa que as histórias inseridas nessa temática são semelhantes a uma encruzilhada, convergindo muitos tipos de lutas. Lidamos com as estratégias de controle social empregadas pelo Estado e pelas elites locais (que se confundem muitas vezes), bem como a reação/revolta diante da materialização desses mesmos mecanismos; passamos por processos de estigmatização dos mais necessitados e a criação de estratégias de defesa, acomodação ou revide. No entanto, cabe salientar que esse mundo também acolhe a solidariedade, a festividade, a camaradagem, a ajuda mútua, os acordos, ou seja, nem tudo é pautado por conflito e exploração.¹⁶

Dito isso, vamos a algumas explicações sobre o presente trabalho. Ele está dividido em três capítulos, com dois tópicos cada um. O primeiro capítulo, intitulado “Uma primeira aproximação”, contém os tópicos “A pobreza em Baturité” e “Os escravos em Baturité, o que as fontes nos dizem sobre eles”. O objetivo é trazer uma discussão em torno da pobreza no município, caracterizando-a e buscando suas causas, além de sua relação com a condição daqueles mais abastados. Passamos pelos conceitos de desclassificação e desigualdade social a qual os grupos mais necessitados estavam expostos, tocamos na temática da não distinção entre público e privado, além de questões históricas quanto à formação da precariedade em que a população estava. Quanto a questão escrava, analisamos sob o ponto de vista da proximidade de condições com o trabalhador livre pobre, ressaltando as semelhanças entre esses grupos em termos de condições de trabalho, ocupação e compartilhamento de espaços; ressaltamos que, apesar dessa proximidade, ainda tinham sua vida dificultada pelo seu *status* jurídico, chegando ao ponto de, mesmo com o ganho de terreno da causa abolicionista, serem equiparados a animais.

Já o segundo capítulo, chamado “Do trabalho ao Progresso”, abarca os tópicos “Trabalho e Pobreza” e “Pobreza e Progresso”. Nele procuramos traçar as imbricações entre trabalho precarizado/dependente e pobreza, apresentando o contexto da transição do trabalho escravizado para o livre. Comentamos sobre as medidas voltadas à regulação e o controle do trabalhador, com a atuação dos homens de poder e do Estado em prol dessa iniciativa, se utilizando de algumas estratégias, tais como a limitação do acesso à terra, os empréstimos a juros altos e a religião católica. Esse cenário estava inserido na tentativa de modernização, um desejo por progresso, aos

¹⁶ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. – 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 41.

moldes europeus, ora fazendo uso da mão de obra do trabalhador braçal, tentando adaptá-lo às novas aspirações, ora colocando-o como empecilho.

Por fim, o terceiro capítulo, “Ação e Reação”, traz os tópicos “Criminalidade e Repressão” e “Resistência”. Buscamos pensar sobre a associação entre criminalidade e pobreza. Desta ligação surgiria a repressão, levada adiante pelas elites locais e pelos representantes do Estado. Refletimos fazendo uso de alguns conceitos, como o de “classes perigosas”, no qual determinados grupos são naturalmente violentos, ociosos e potenciais criminosos. Tais grupos tinham em comum a condição de carência, a cor da pele e a ocupação (ou ausência dela). A eles eram atribuídos o agravamento das secas e doenças; a eles era dado o tratamento diferenciado em relação à justiça e às forças militares, ambos abusando de suas prerrogativas. Diante disso, movimentos e atos de resistências foram levados adiante. Analisamos dois tipos de resistência, a sutil, praticadas em atividade corriqueiras, no estabelecimento de laços de amizade, na adesão à religião dominante, no educar-se; e a resistência aberta, frontal, através de manifestações, coletivas ou individuais, no abandono das atividades e nas reivindicações de posturas.

2. UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO.

O pobre não é mais visto como um próximo, sendo, então, transformado em estranho, perigoso e indesejável. Nesse período, o pobre foi identificado com a figura do vagabundo, que se transforma no elemento central da representação da pobreza e dos pobres pelas classes dominantes. (WILLIAMS, 2007, pag.28)

A passagem acima foi retirada da dissertação de Ava Renarda Williams¹⁷, na qual ela trata da transição da Idade Média para a Moderna e da percepção sobre a pobreza muda: anteriormente vista como um estado decorrente de um acontecimento natural, integrado ao tecido social. Com isso, o pobre passou a ser visto como um problema a ser resolvido, inferior, a ser controlado. A Revolução Industrial, segunda Williams, impactou a organização das sociedades, intensificando a agressividade para com os mais necessitados. No entanto, a autora também ressalta que, na expansão do capitalismo, percebeu-se que os trabalhadores industriais, importantes para o bom andamento das atividades produtivas, também passaram a compartilhar das características dos grupos empobrecidos. Eram agentes e, ao mesmo tempo, vítimas das modificações trazidas pela ascensão das indústrias.

Fica claro que esse estado “diário” de vivência, com carência de meios de viver, variou em termos de percepção social, indo da atribuição de virtudes dos seus portadores à sua condenação. Desse modo, houve, ao longo do tempo, variações no modo de apreensão da condição de quem era pobre, mesmo utilizando outros termos ou definições. Michel Mollat enfatiza essas mudanças, afirmando que tal expressão variou de conteúdo ao longo da história, engendrando diferentes sentimentos, ações e pensamentos. Para Mollat¹⁸, o pobre é:

“...aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação dos meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, garantem força e consideração social: dinheiro, relações, influência, poder, ciência, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico...” (MOLLAT, p.5, 1989)

É essa situação de debilidade, privações e dependências que caracteriza a pobreza, o inverso se aplicaria a “riqueza”. O rico poderia ser encontrado, em uma análise retrospectiva, ao identificarmos, ao longo da história dos diferentes povos, os grupos aos quais haveria um menor grau de vulnerabilidade. Esse grau diz respeito à capacidade de suprir, em maior ou menor escala, as condições indispensáveis ao bem-estar. Invariavelmente, viver, para além de sobreviver,

¹⁷ WILLIAMS, Ava Renarda. **O Caráter Multifacetado da Pobreza: a relação entre concepção e intervenção**. 2007. 162f. Dissertação (Mestrado em Política Social)- Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

¹⁸ MOLLAT. Michael. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

envolveria aspectos econômicos e sociais, haja visto a necessidade de abastecimento, consumo de bens e serviços.

A historicidade apontada para a condição de riqueza e pobreza, se aplica a noção de “privação”. Esta também não pode ser concebida sem a análise do tempo e da sociedade em questão. Um bom exemplo diz respeito aos elementos ligados à saúde que acompanham a evolução da técnica curativa, da medicina tradicional, da ciência e medicina moderna.

Diante do exposto, nos tópicos que serão apresentados logo em seguida, abordaremos algumas reflexões sobre a pobreza em Baturité, para, logo em seguida, discutirmos um pouco sobre os escravizados baturiteenses, grupo observado mais sob a perspectiva da carência material.

2.1 A pobreza em Baturité.

A definição de pobreza como fatalidade, somente, ou destino, não é verdadeira. Claro, certas ocasiões, como calamidades naturais (terremotos, tsunamis, invernos/verões prolongados etc.) e crises socioeconômicas, como as decorrentes de guerra, podem “criar” necessitados e potencializar tal condição, ao impedir ou interromper a produção de bens e alimentos. Essas interrupções podiam estender-se por longos períodos posteriores aos eventos calamitosos, como no caso de epidemias. No Ceará, em 1880, os governantes ainda se queixavam das sequelas de doenças presentes em anos anteriores. Segundo o relato da Inspeção da Saúde Pública do Ceará, apesar da não eclosão de epidemia naquele ano, ressalta-se o “profundo depauperamento em que ficou o organismo de grande parte da população, que foi acometida do terrível flagelo das bexigas”¹⁹. Ainda no campo da saúde, outras doenças afetavam drasticamente os corpos dos cearenses daquele ano. O mesmo relato da Inspeção escreve que desinterias, diarreias, escorbutos, febre infecciosas, dentre outros males, contribuía no enfraquecimento do povo. Dentre as medidas adotadas pelo governo, estava o envio de ambulâncias para algumas localidades, dentre elas, Baturité e Acarape.

Com a salubridade pública capenga, evidenciada em momentos de crise, o cenário não era animador, ainda mais se acrescentarmos a existência da pobreza do dia a dia a qual os grupos mais empobrecidos estavam expostos. Em sua dissertação, Amanda Guimaraes da Silva, ao estudar os carroceiros e carregadores em Fortaleza, frisa que esses profissionais, bem como os

¹⁹ Relatório do presidente da província do Ceará, 1850, Inspeção da Saúde Pública do Ceará, 24 de maio de 1850. pag.72. Disponível em http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1880&item_id=3139#?h=1880&c=4&m=83&s=0&cv=1&r=0&xywh=-797%2C787%2C2273%2C1603 Acessado em 13 de junho de 2022.

demais trabalhadores cearenses, “compartilhavam um cotidiano atravessado pela pobreza e exclusão social, assim como, práticas relacionadas a brigas, agressões contra companheiros, consumo de álcool e tensões relacionadas a ação policial”²⁰. Ela escreve que esse estado, quando presente na vida dos trabalhadores da cidade, vinha acompanhado por jornadas de trabalho extenuantes, executadas em troca de salários baixíssimos, dificultando o acesso ao básico, como a vestimenta, a alimentação e a moradia.

Se levarmos em consideração o ramo da produção em grande quantidade chegaremos a um cenário não tão diferente. Em Baturité, os indivíduos, cuja ocupação envolvia o cultivo de alguns gêneros, estavam expostos a jornadas exaustivas. Ao citar o início da metade do século XIX, Thomaz Pompeo de Sousa menciona que eram os estabelecimentos ocupados com o cultivo de café e as fazendas de gado aqueles que traziam mais benefícios para a região²¹, e ao mesmo tempo eram aqueles que mais exigiam dos trabalhadores. Podemos supor que os considerados ricos eram aqueles proprietários com maior destaque nesses ramos, além de comerciantes prósperos e políticos.

O âmbito da economia e da produção estava atrelado a outras questões, estas de âmbito social, ou sociológico, ligavam-se a práticas da exclusão, repressão e desclassificação de indivíduos e grupos. A desclassificação é especialmente indicativo da separação entre os mais e os menos pobres. Discutiremos esse ponto mais à frente.

O ser rico, igualmente variável ao longo da história, comportando níveis a depender da sociedade, opõe-se às demais camadas, por conseguir ter plena participação política (votar e ser votado, por exemplo), status privilegiado no meio onde vivia, e principalmente ausência de privações, tais como assistência médica/sanitária, oportunidades de ocupação, posses de diversos tipos, fatura alimentícia/nutricional e educação de qualidade, quando disponível. Em nome da manutenção dessas diferenciações, ou “privilégios”, algumas medidas foram tomadas. No Ceará, segundo Gabriel Pereira de Oliveira²², a seca foi apropriada pelas elites locais, representada pelos proprietários de terra, a fim de manter suas garantias e retomar um prestígio perdido para os cafeicultores paulistas, em âmbito nacional. Discursos e práticas foram geradas visando angariar

²⁰ SILVA, Amada Guimarães da. **Trabalho, pobreza e cotidiano carroceiros e carregadores em Fortaleza entre os anos de 1900 e 1930**. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2021. Pag. 28.

²¹ BRASIL. Thomaz Pompeo de Souza. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Ed. Fac. Sim. (Coleção Biblioteca Básica Cearense) Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. pag. 164.

²² OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. Sentidos de um pedaço de rio que não existiu: A transposição so São Francisco em meados do século XIX. In: CORTEZ, Ana Isabel R.P.; FUNES, A. Eurípedes; MAIA NETO, Emy & RIOS, Kenia S. **História e Natureza: capítulos de História Social**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013

recursos e apoios a serem empregados no esforço de amenizar os efeitos das secas, conseguindo os chamados “socorros públicos, enviados pelo governo Imperial.

Laura de Melo Souza²³, ao referir-se a Europa Ocidental, coloca que, na idade média, os religiosos enxergaram a pobreza como uma benção do criador, atribuindo um significado positivo a práticas como pedir esmolas; com a modernização, o surgimento de novos grupos sociais, urbanização e diversificação econômica, fez surgir novos grupos caracterizados também pela carência de recursos (profissionais de chão de fábricas, empregados de empresas, diaristas, autônomos, etc.) além de um novo olhar sobre a pobreza. Para aqueles em situação crítica, o Estado se colocou como o “salvador” dos mais necessitados, com uma política assistencialista, corroborada não somente por religioso, mas principalmente por intelectuais dos novos tempos. Era frequente, nos jornais baturiteenses, o apelo ao governo local e provincial, pra que estes tomassem alguma providência para salvar o povo vitimado da seca, da falta de recursos básicos e mesmo dos abusos de autoridades públicas.

Entrando no cenário brasileiro, mais especificamente na sociedade colonial, Souza aponta que a *desclassificação social* era uma face necessária do seu oposto, a “*classificação social*”. O principal (mas não o único) meio de enquadramento era o quão pobre o indivíduo era²⁴. Essa condição agravava a difícil situação de quem já era socialmente desclassificado, pois fazia de suas privações mais um motivo para a imposição de outras condições igualmente danosas, como a não participação política, a perda de oportunidade de trabalho, a estigmatização de grupos, entre outros. O que ocorria era a manutenção de um ciclo vicioso, que mantinha gerações de famílias destinadas à mesma precariedade diária.

Quando nos detemos ao mundo da política baturiteense, alguns julgavam que não cabia aos desclassificados, ou “cidadão pobre”, o direito de votar. A justificativa para tal posicionamento variava, mas uma delas foi exposta no jornal “A Ordem”, em 1880. O editor do jornal, ao relatar alguns acontecimentos do exterior, escreve o seguinte: “O cidadão pobre, nosso grande republicano, vende seu voto por um dólar, o político o vende por um dogar(?), não é pois de admirar que um presidente venda o seu paiz a seu turno por um milhão”²⁵. A crítica, feita ao regime republicano dos EUA, acaba por nos dizer um pouco mais. O tipo de comportamento esperado dos cidadãos menos destacados, em caso de mudança de regime por aqui, não condizia com o esperado de um povo esclarecido, talvez por falta de instrução ou caráter.

²³ SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVII. -4. ed. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, pag. 78-79.

²⁴ *Ibidem*, pag. 25

²⁵ A Ordem. Baturité- Domingo 11 de abril de 1880. n 31. Pag. 3

A percepção de inferioridade de alguns grupos se fazia também nas relações de trabalho. Quando observamos de forma macro, desde o início da colonização, notamos que tais relações estavam pautadas na subordinação não só de escravizados, mas de homens livres, aqueles que frequentemente não possuíam terras, ou quando o tinham, as usavam para subsistência, se utilizando da própria força corporal (sua e da família). Para aqueles despossuídos de terra, a exploração de sua força pelo grande produtor, sob um regime de partilha da produção desfavorável ao trabalhador, era o destino. Mesmo as mudanças ocorridas no final do século XIX, dentre elas o fim da escravidão, não trouxeram alterações radicais para os homens livres; estes não deixaram de ser explorados, sendo excluídos das benesses e vantagens materiais e simbólicas trazidas teoricamente com a nova condição jurídica.²⁶

Tal exploração tinha íntima relação com a desclassificação social, pois ela se dava por meio da atribuição de uma carga negativa ao trabalho braçal, manual, justamente aquele exercido pelos mais pobres para o benefício do mais abastados. As formas de imposição do trabalho iam desde a violência física institucionalizada, para os cativos, até a utilização do arcabouço paternalista voltado à limitação de liberdade e autonomia individual sob a justificativa das normas familiares, passando pelo argumento de autoridade e conformismo das concepções religiosas, intimamente relacionados com o Estado imperial em sua busca por ordem.

Na visão de José Roberto do Amaral Lapa²⁷, falando especificamente sobre o Brasil, o trabalho a ser valorizado era aquele baseado na submissão do trabalhador; pelo menos na visão dos setores dominantes, principalmente aqueles dependentes da exploração do trabalho de terceiros para a manutenção de seu *status*. A fim de mascarar a relação desigual, alguns discursos foram criados. Visando justificar, ou relativizar, o ônus da parte mais vulnerável, alguns raciocínios foram elaborados. Um dos pensamentos desenvolvidos²⁸, enaltece os “humildes” como aqueles que conquistam o crescimento pessoal através do sacrifício e amor. Em contraposição aos ricos e poderosos, mantidos em estado de opulência às custas “de vícios e torpezas”. Tenta-se dar glamour as dificuldades diárias, por meio de falas seculares e/ou religiosas, talvez para que estas condições adversas não sejam percebidas enquanto motivação para transformações mais profundas.

²⁶ Vicentino, ao referir-se ao fim da escravidão, diz que o término, assim como outras mudanças, “não escapou às acomodações exigidas pelas estruturas de exploração e pelos interesses estabelecidos: a grande maioria dos ex-escravos continuou sendo alvo de discriminação, sofrendo a sujeição econômica, política e cultural”. In: VICENTINO, Cláudio. A criação do Brasil capitalista. In: DEL PIORI, Mary *et. Al.* (Org.) **500 anos de Brasil: histórias e reflexões**. São Paulo: Scipione, 1999. pag. 147.

²⁷ LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008. Pag. 28.

²⁸ A Ordem. Baturité- Domingo 8 de fevereiro de 1880. n 22. Pag. 1.

A sujeição significava, entre outras consequências, obedecer aos ditames vindos de autoridades públicas, dos líderes religiosos, ou proprietários, por falta de opções ou medo de represálias. Sem as terras do “patrão”, não havia como garantir o sustento da família, sem sua “proteção” a segurança estaria comprometida; em troca, a fidelidade e obediência, mesmo que isso significasse endividamento e ter apenas o mínimo para se alimentar. Quem se negasse a tal subordinação era taxado de preguiçoso, vadio ou vagabundo (desclassificados); para este indivíduo “desajustado” o crime e a imoralidade eram práticas que lhes eram atribuídas, haja visto a moralização do que consideram como o trabalho “certo”, e imoralidade do “errado”. Essa discussão será retomada no último capítulo, apontando alguns elementos relacionados ao estigma ao qual estavam submetidos os trabalhadores baturiteenses que se recusavam a adequar-se as condições de trabalho impostas pelos grupos detentores de poder.

Outros trabalhos, nele inseridos os de Laura de Mello, indicam a historicidade da pobreza, já pontuada. No Brasil, a percepção sobre a dualidade de condições iniciou-se no período colonial, cujas características socioeconômicas levaram a separação cada vez mais profunda entre as condições de viver de pobres e ricos. Giancarlo Montagner Copelli, em sua dissertação, busca mostrar que ao longo da história do Brasil, da colônia à república, os elementos formadores da desigualdade social estavam presente em todos os períodos. Apesar de ser uma temática contemporânea, ele acredita na existência de uma *herança* que nos acompanha, apontando fatores que constituem tal gênese. Com isso, ele quer destacar que esse fenômeno não é uma contingência, algo isolado, “sendo um produto moldado pela linearidade do tempo de nossa própria História”²⁹.

Nesse sentido, a escravização, o monopólio e concentração de terra, a concepção religiosa, e a atuação estatal em prol de grupos específicos aumentaram o foco da desigualdade, mesmo em uma conjuntura inicial de dependência em relação à metrópole portuguesa, e posterior emancipação dessa mesma subordinação.

Na monarquia brasileira, a sociedade estruturava-se sob uma concepção de poder que visava, principalmente, garantir a ordem estabelecida e, portanto, impedir o surgimento de conflitos. Para Vicentino, a manutenção de D. Pedro fez parte desse projeto, ao liderar um governo que pouco alterou as estruturas sociais das localidades. Para ele o imperador fez parte da “criação de um governo que desse continuidade aos empreendimentos escravistas e que garantisse a ordem

²⁹ COPELLI, Giancarlo Montagner. **Desigualdade social, democracia e direitos humanos: uma leitura da realidade brasileira**. Dissertação (mestrado). Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Direitos Humanos. 2014. Pag. 15.

social.”³⁰ A centralidade das oligarquias permanecia, agora, sem a interferência decisiva de Portugal.

Segundo Emília Viotti da Costa³¹, o controle administrativo e político estava nas mãos dos grandes proprietários, e não sob a administração do Imperador. Estes senhores possuíam independência nas áreas de sua influência, sejam elas rurais ou urbanas. Sua atuação não diferia a esfera pública da privada:

Os negócios públicos não chegaram nunca a atingir o tom de impessoalidade necessário à eficácia da administração. Eram pouco definidos os limites entre as coisas públicas e privadas. Os melhoramentos públicos frequentemente resultavam da doação de proprietários que, por vez, faziam uso das verbas públicas em função de seus interesses pessoais. O político não representava o povo. Aparecia como seu benfeitor [...] Encerradas dentro de um sistema que lhes retira toda e qualquer iniciativa e as coloca na dependência das oligarquias rurais, as populações urbanas e das regiões do interior do Brasil caracterizavam-se pela falta de iniciativa e apatia. (COSTA, 1987, Pag. 209-210)

O uso de verba pública por particulares, a qual Costa se refere na passagem acima, era comum em Baturité. Não é incomum a presença de relatos nos jornais locais sobre o uso ou tentativa de conseguir alguma vantagem por meio da intervenção estatal direta. No ano de 1882, Luiz José de Vasconcellos, um proprietário de terras local, entra com requerimento na Câmara Municipal solicitando a construção de um açude em seu terreno. A motivação? Banhar-se em suas águas³². Não havia uma motivação voltada a algum benefício para a população, havia apenas o desejo de conseguir um melhoramento do seu “quintal”.

A indistinção entre público e privado, bem como a dependência em relação as oligarquias rurais, não era muito distante do encontrado no país enquanto colônia. A propósito, a opção pela manutenção de uma monarquia já indicava quais eram as intenções do novo país. Para isso, fortalecer o Estado era o caminho a ser seguido, com as instituições jurídicas e militares corroborando as ações necessárias a esse fim.

Florestan Fernandes³³, escrevendo sobre o período pós-Proclamação da Independência, nos diz que a essência moral e social do colonialismo havia permanecido no país, agora independente, apesar da superação dos aspectos jurídico e político do outrora regime. O liberalismo, segundo Florestan em “*A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*”, existia apenas como fundamento formal, sendo, no fim e de fato, mais uma

³⁰ VICENTINO, 1999, pag. 146

³¹ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à Republica**: momentos decisivos. 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

³² A Onda. Baturité- Domingo 29 de outubro de 1882. n 16. Pag. 2.

³³ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. - 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.

ferramenta de exploração e dominação dos menos afortunados. A organização estatal, nesse cenário, visava garantir o êxito econômico e suprir os desejos de um grupo já privilegiado: o segmento senhoril, os latifundiários, ocupantes das posições decisórias.³⁴

Com a constituição 1824, duas das principais bandeiras do liberalismo foram legalizadas, a saber, a igualdade entre os cidadãos e a liberdade jurídica. No entanto, a escravidão permaneceu e adotou-se a participação política condicionado ao filtro censitário (além de excluir mulheres). O que houve foi a criação de uma separação entre o que a lei estabelecia e a realidade do país, cuja parte significativa da população vivia, em algum nível, sem liberdade e, principalmente, sem igualdade de condições; sejam elas materiais ou não. A falta de condições básicas, era agravada, no Nordeste, não somente pelas secas, mas também pela tomada de medidas com eficácia duvidosa por parte daqueles encarregados de amenizar os efeitos climáticos sobre a população. As denúncias de enriquecimento ilícito e má destinação dos “socorros públicos” estavam presente nos noticiários.³⁵

Somos então remetidos diretamente ao “*sentimento aristocrático*” que, segundo Rohloff de Mattos³⁶, expressa a condição de colonizado. Essa base de pensamento, segundo ele, criava as diferenças de tratamento entre os distintos segmentos sociais ao valorizar a liberdade e a propriedade em um universo em que apenas aristocráticos os possuíam, além da concomitante negação desses mesmos atributos à maior parte da parcela da população empobrecida.

Os dois grupos que mais representavam os polos extremos dessa relação desigual colocada até aqui eram senhores de terras/latifúndios, de um lado, e escravizados, homens livres sem bens ou recursos, do outro. Os grandes detentores de terra se beneficiavam da condição predominantemente agrária do país, utilizando-se de incentivos e benefícios estatais em sua produção, inclusive na facilitação da oferta de mão de obra. Digo relação desigual porque pobreza e riqueza são conceitos que, além de comportarem gradações, são complementares. Para que houvesse alguém com riquezas, era preciso haver alguém na escassez, devido ao caráter exploratório da economia vigente, baseada não somente na exploração de terra, mas também da mão de obra livre ou escravizada. Dessa maneira, estão intimamente relacionados, sendo duas faces de uma mesma moeda.

³⁴ FERNANDES, 2005, Pag. 90.

³⁵ Uma das denúncias expostas no jornal diz o seguinte: o “governo gastou 70 mil contos de reis, metade dos quais serviu somente para engordar indivíduos que, nada tendo de seu ao começar a seca, fizeram profissão de comissários, no exercício da qual adquiriram sommas espantosas, que tem sido gastas em bailes e jogatinas.” In: A Ordem. Baturité-Domingo 7 de março de 1880. n 26. Pag. 1.

³⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo de saquarema- A formação do estado imperial**. – 2. Ed. São Paulo, 2011. Pag. 122-1224.

Entendemos que colocar pobres e ricos em lados opostos é uma atitude um tanto rígida, porém fazemos visando deixar claro as diferenças entre esses grupos e como elas eram expostas nas fontes. Não negamos as interdependências, as aproximações e imbricações um tanto complexas entre os diferentes grupos que compunham a sociedade brasileira e regionalmente Baturité. Identificamos, por exemplo, a solicitação de José Carlos Evangelista para que a Câmara de Baturité faça algo em relação ao fiscal do governo Francisco Felício da Luz que, ilegalmente, usurpa mil réis dos fazendeiros. Como isso era feito, não foi exposto na solicitação. Fiscalizando a região de Pernambuco, esse funcionário agia de forma irregular não somente com os cafeicultores. Outra de suas ações questionáveis se deu por meio da autorização da venda de um boi achado morto pela manhã em um curral. O denunciante, Evangelista, diz ter provas documentais³⁷. Mais à frente citaremos o caso das autoridades públicas praticantes dos jogos proibidos, conduta esta atribuída com frequência a grupos empobrecidos, em especial os pequenos agricultores.

Ao estudar a ocupação do interior do Ceará, nos primórdios da colonização do Nordeste, vemos que sua “pacificação” foi pautada por um processo marcado pela subordinação, ou mesmo extermínio, dos diversos povos originários. Victor Leonardi, investigador do sertão brasileiro (séculos XVIII e XIX) comenta um pouco sobre essa ocupação estrangeira. Para ele, no Ceará, a ocupação territorial foi marcadamente fruto de uma conquista devido a resistência, secular, dos nativos internos; processo que foi chamado por ele de *colonialismo interno*³⁸.

Ainda relacionado ao interior, Denise Soares Moura fala sobre as zonas rurais na segunda metade do século XIX e apontou um aspecto da vivência da população pobre: apesar de recursos escassos, possuíam escravos (um ou mais) no intuito de ao lado deles trabalhar e sobreviver, o que aparentemente seria contraditório, já que o preço de um escravo se elevava com a proximidade da abolição, sendo cobiçado pelos grandes proprietários, desejosos de mão de obra³⁹. Assim, a pobreza não determinava lugares ou atitudes, apesar de limitante, não eliminava a fluidez e a diversidade de camadas sociais menos privilegiadas. Ser pobre não era inerente, e sim uma condição “adquirida”. Apesar da comum associação feita entre esse estado e determinados grupos, como negros, indígenas e descendentes de escravizados, era possível não encontrar indivíduos desse grupo em boas condições de vida. Nas fontes analisadas, não foi possível identificar, por exemplo, um escravizado detentor de algum tipo de riqueza que o destacasse,

³⁷ A Ordem. Baturité- Domingo 21 de novembro de 1880. n 63. Pag. 3.

³⁸ LEONARDI, Victor Paes de Barros. Entre Árvores e Esquecimentos: história social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996, pag. 48.

³⁹ MOURA, Denise A. Soares. Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicações CMU/ Unicamp, 1998, pag. 24-26.

porém, no último capítulo, ao falar sobre alguns indícios de resistência dos mais vulneráveis, citamos um caso (recorrente na seção destinada à publicidade) em que há um alerta aos futuros compradores de uma propriedade. Eles deveriam respeitar as obras e benfeitorias construídas pelo escravo do antigo proprietário, erguidas fora do poder do senhor.

Cabe uma distinção aqui. O miserável, confundido muitas vezes com a condição aqui discutida, é aquele sem os meios de sobreviver por conta própria, necessitando quase que exclusivamente de outros. Também não seria um “vadio”, já que bastava se submeter aos seus empregadores e ao Estado, para eliminarem essa definição sobre si. Miseráveis podiam ser “encontrados” nas ruas de Canôa, como aponta um escritor autointitulado “Um retirante”. No dia 9 de julho de 1880, ele escreve um artigo no jornal lastimando a presença de miseráveis nas ruas, não possuindo o que comer e com vestimentas em péssimo estado, sobrevivem com esmolas e da caridade pública. Segundo esse observador, “não é o primeiro que tem falecido nestas condições. No dia 27 de maio, faleceu um pobre velho nas mesmas condições.”⁴⁰ Descrições de teor semelhante se faziam presentes nos jornais em momentos de crise climática. Já aqueles em condição de vadiagem deviam ser coagidos a saírem desse estado, não ajudados, não merecedores de lamentações. A aparente falta de ocupação permitia, por exemplo, utilizá-los na atividade militar. Na “Falla” do senador Barão de Ibiapina, abrindo a primeira sessão da Assembleia Provincial no ano de 1874, no segmento chamado “Recrutamento”, há o incentivo às autoridades policiais encarregados desse serviço para dar preferência aos “vadios e desordeiros”⁴¹.

Assim, a pobreza seria mais bem caracterizada pela não participação no jogo político e a precariedade de possibilidades e recursos. Estes, mesmo que escassos, existiam, o que evitava a miséria. Alguns grupos, presentes principalmente na segunda metade do século XIX e início do XX, são frequentemente constituídos por pessoas com carência de recurso, tais como os escravos libertos, pequenos agricultores, expropriados rurais, degredados e desempregados.

As causas da pobreza eram várias, dentre elas havia a concentração de riquezas, guerras (internas ou externas), medidas governamentais, crises econômicas, expropriação de terras, dentre outros. Fatores externos às pessoas frequentemente eram somados aos fatores internos, ou físicos, que iam dos problemas psicológicos, a limitações corporais, causadas por acidentes ou moléstias. Na mesma “Falla”, ao descrever o estado em que se encontrava os oficiais da força militar da província, o Coronel Comandante José Nunes de Mello lamenta a morte do tenente Joaquim

⁴⁰ A Ordem. Baturité- Domingo 25 de julho de 1880. n 46. Pag. 3.

⁴¹ Relatório do presidente da província do Ceará, 1886, pag. 38. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1874&item_id=3132#?h=1874&c=4&m=67&s=0&cv=0&r=0&xywh=44%2C0%2C1831%2C2753 Acessado em 16 de junho de 2022.

Victoriano de Almeida Pinheiro. Ele, que segundo o Coronel, faleceu na epidemia de febre na Vila de Lavras, “deixou uma inconsolável esposa na viuvez e três filhinhos na orfandade e na maior pobreza”⁴². Nesse caso, o estado de pobreza dos filhos chegou devido uma fatalidade com seu pai, principal provedor da família. Tal situação certamente repetia-se com certa frequência, já que os surtos de doenças não eram raros.

Percebemos que o “trabalho”, enquanto meio de aquisição dos meios necessários a existência, é fundamental para a permanência, agravamento, ou saída, de tal estado. Por isso, além de “riqueza” e “pobreza” o trabalho, ou a condição de trabalhador, também deve ser considerada. Seu exercício, bem como o tipo exercido, influenciava na posição ocupada pelo praticante na estrutura social. No Recenseamento do Ceará⁴³, de 1872, a Paroquia de N. S. da Palma de Baturité, traz alguns dados sobre as profissões da população:

Imagem 2

Profissões industriais e comerciais		Profissões manuais ou mecânicas										Profissões agrícolas		Pessoas assalariadas			
Manufactureiros e fabricantes	Comerciantes, guarda-livros e caixeiros	Operários										Lavradores	Criadores	Criados e jornaleiros	Serviço doméstico	Sem profissão	
		Costureiras	Canteiros, calafates, mineiros e cavouqueiros	Em metais	Em madeiras	Em tecidos	De edificações	Em couros e pelles	Em tinturaria	De vestuários	De chapéus						De calçado
2	103	8	31	...	10	10	1	31	1	4	1787	35	1018	473	6152
1	165	11	61	...	21	19	...	21	...	19	3333	23	561	15	24
...	11	3	3	4	...	2	...	2	176	2	50	7	13
...	4	509	29	190	1	136	2564	5558
...	1	395	22	218	1	181	1461	819
...	4	167	33	...	1	42	2	15	267	46
...	4	1	4	1	12
...	9	4	1	2
...	1	...
...	1
...	1
...	1	1	2	176	...	61	53	53
...	3	5	...	5	164	205
5	301	1177	3	22	105	86	31	35	3	55	1	25	4857	59	2035	5009	13212

(Fonte: Biblioteca IBGE)

⁴² Ibidem, pag. 128.

⁴³ Recenseamento do Brasil em 1872, Ceará, pag. 75. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo?id=225477&view=detalhes> Acessado em 17 de junho de 2022.

Os números são divididos inicialmente entre Brasileiros e Estrangeiros. No deteremos apenas aos primeiros livres e nos escravizados. Estes últimos, localizados nas duas últimas linhas horizontais pontilhadas, se dividem em homens e mulheres. As escravas são “Costureiras” (15), “Em tecido” (3), “Lavradoras” (5), “Creados e Jornaleiros” (5), “Serviço doméstico” (164), “Sem profissão” (205). Já os escravos estavam ocupados em “Canteiros, calafates, mineiros e cavouqueiros” (1), “Em metaes” (1), “Em couros e pelles” (2), “Lavradores” (176), “Criados e jornaleiros” (61), “Serviços doméstico” (53?), “Sem profissão” (58?).

Por sua vez, os livres são novamente distribuídos em Homens e Mulheres, acrescentando as categorias “solteiros” (as), “casados” (as) e “viúvos” (as). Os números que mais chamam a nossa atenção é a quantidade de “Lavradores”, com 1787 solteiros, e 2288 (?) casados; de “Criados e jornaleiros”, com 1018 e 561 respectivamente; e sem profissão 6452(?). Assim, a massa de trabalhadores, tanto livres como escravizados, estavam ocupados em sua maioria na lavoura, no campo, servindo à agricultura familiar ou de exportação; ou sem uma profissão definida, pelo menos dentro do critério adotado no censo.

O predomínio do campo, ou do rural, sobre a cidade, foi apontado por Montagner. O ruralismo, o patriarcalismo e o personalismo formariam um legado da colonização ibérica, impactando a formação social do nosso país. Desse predomínio do campo, segundo ele, “resultaram não apenas a fonte de toda a riqueza- o meio rural- como também a estrutura social, basicamente dividida em dois grupos: senhores e escravos, ou seja, os polos de uma relação estritamente embasada no mando e na obediência”⁴⁴ O elemento escravo colocou-se como uma das bases a qual se assentou, por muito tempo, a sociedade e principalmente a economia brasileira. Em Baturité, havia a presença de cativos, como mostra o censo. Sua presença, nos jornais locais foi pouco mencionada, mas quando o foi se dava principalmente por meio dos anúncios e avisos. Veremos no próximo tópico como os cativos, um dos principais grupos associados a pobreza, apareciam nos jornais e nas demais fontes analisadas nesse trabalho.

2.2 Os escravos em Baturité: o que as fontes dizem sobre eles.

É necessário atentar para o fato de que estamos tratando de relações de trabalho entre pessoas pobres e escravos, que viviam em condições precárias de sobrevivência e trabalho. Trabalhadores braçais, que executavam serviços ligados ao espaço da casa ou da rua, mas que, de qualquer forma, ocupavam posições sociais inferiores numa hierarquia de trabalho.⁴⁵

⁴⁴ COPELLI, 2014, pag. 48.

⁴⁵ LINHARES, Juliana Magalhães. **Entre a casa e a rua: trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1888)**. Dissertação (mestrado)- UFC, Programa de Pós-Graduação em História Social. Fortaleza, 2011. Pag. 55.

A passagem acima pertence à Dissertação de Juliana Magalhães Linhares. Ela tem como objetivo analisar como se procedeu a organização do trabalho entre os anos de 1871 e 1888, em Fortaleza (CE). Com foco no trabalho livre, ela traz algumas reflexões em torno da relação entre trabalho livre e cativo. Mesmo frisando que haviam diferenças entre esses dois grupos, diferenças essas que quem eram livres, faziam questão de ressaltar, pois ela toca em pontos de convergências, principalmente quanto à questão do trabalho. Segundo a autora, os trabalhadores pobres, em especial aqueles ocupados em atividades braçais, formavam um grupo maior, sujeitos à pobreza e à precariedade da existência. Dessa forma, ocupavam, assim, posições inferiores dentro da hierarquia social.

Essas divisões não eram identificadas somente em Fortaleza, mas também em cidades cuja presença de escravos foi encontrada, com isso estratificações sociais, mais ou menos rígidas, eram observadas. Para Hebe Mattos, essas diferenciações iam além da noção de marginalizados, pois refletiam a própria constituição do Império brasileiro: “a noção de desclassificados remete à classificação que se evidencia, no período analisado, na própria distinção entre cidadãos ativos existente na constituição política do Estado Imperial.”⁴⁶ A participação política, bem como os demais direitos disponíveis, era usufruída por uma parcela mínima da população.

Falando sobre os tipos sociais, os quais pretendo estudar, Linhares destaca que “os sujeitos de nossa história são aqueles que, independentemente de condição social, estavam subordinados a condições precárias de trabalho e de vida na cidade.”⁴⁷ A condição social, elemento que direcionava a separação entre as pessoas, podia ser apenas um dado jurídico, pois, como aponta Linhares, havia similaridades nas relações de trabalho, além do compartilhamento dos mesmos espaços de convivência.

Com a gradual extinção do regime escravista, ocorrida principalmente a partir da segunda metade do século XIX, o compartilhamento das precárias condições de vida foi acentuada. Cotidianamente, os trabalhadores pobres, escravizados ou não, possuíam rotinas semelhantes, expostas a desafios e problemáticas próximas.

A presença de cativos em Baturité e a vivência desse subgrupo pertencente à pobreza local é uma questão que requer algumas ressalvas. Em termos numéricos, a quantidade de escravizados variava de acordo com o ano e as fontes consultadas. Em geral, não há muita informação disponível

⁴⁶ MATTOS, Hebe. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. Rio de Janeiro. FVG, Faperf, 2009, pag. 62.

⁴⁷ LINHARES, 2011, pag. 55.

sobre a realidade, ou realidades, a qual esse grupo estava submetido. O Recenseamento de 1872 nos traz alguns dados, vejamos:

Tabela 3⁴⁸

	Pardos	Pretos	Solteiros	Casado	Viúvo	Total
Homens	224	123	337	9	1	347
Mulheres	287	110	385	11	1	397
Total	511	233	722	20	2	744

Fonte: Recenseamento da Província do Ceará de 1872.

O primeiro número que nos chama atenção é a quantidade de solteiros. Eni de Mesquita Samara, no artigo “A família negra no Brasil”⁴⁹ tece alguns comentários sobre aspectos relacionados à constituição formal das relações afetivas entre cativos no período colonial e no império. De modo geral, ela coloca dois cenários. O primeiro era o incentivo ao casamento entre escravos. Criar uma família subordinada ao senhor podia ser considerada como mais uma forma de fixar e controlar os envolvidos no casório, além da possibilidade de procriação natural da mão de obra, retirando em parte a necessidade da compra de cativos. O segundo cenário, no entanto, ia na direção contrária, já que manter seus dependentes solteiros podia representar maior flexibilidade em caso de venda, já que separar membros de famílias não era recomendado (pela igreja, por exemplo). Além disso, o casamento era uma cerimônia cara, que envolvia muitos custos e processos demorados. Samara ressalta que a presença de famílias “oficiais” compostas por escravizados era mais frequente em grandes planteis, localizadas em regiões com a economia mais desenvolvida.

Ao que parece, em Baturité, não havia proprietários com planteis extensos de cativos, algo não muito diferente do encontrado nas demais regiões da província. Falando sobre Fortaleza, uma das cidades mais desenvolvidas economicamente da província, Mariana Almeida Assunção, em sua tese, expõe que, de 1850 a 1884, os registros de inventários *post-mortem* apontam que quase cinquenta por cento dos proprietários possuíam pequenos planteis, de 2 a 5 escravizados.⁵⁰

⁴⁸ Tabela que apresenta a população escravizada classificada por cor e estado civil em Baturité em 1872.

⁴⁹ SAMARA, Eni de Mesquita. A família negra no Brasil. **Revista História**, São Paulo, 120, p. 27-44, jun/jul. 1989.

⁵⁰ ASSUNÇÃO, Mariana Almeida. **Escravidão e Liberdade em Fortaleza, Ceará (século XIX)**. Tese (Doutorado) Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. 2009. P. 16.

Há outros números expressivos, como a quantidade de pardos em relação ao número de pretos e a presença de mais mulheres em relação ao número de homens, pontos analisados por Joanna Cavalcante Pinheiro Farias, em sua dissertação⁵¹. Dessa maneira, permanecemos com as questões em torno da “solteirice” dos escravizados. Como dissemos, o número elevado desse dado pode apontar para mais uma das estratégias do seu proprietário (no campo do trabalho), visando otimizar seu trabalho, já que ele não dividiria sua atenção, bem como tiraria um empecilho em uma eventual venda. Focaremos nesse ponto. Vender um escravo, ainda mais dentro de um cenário em que a proximidade da abolição já estava no horizonte e a precariedade material era intensificada pelas crises climáticas, podia ser a única opção. Samara nos traz o exemplo de uma baturiteense que, diante das dificuldades, opta por vender seus cativos, em 1877⁵².

O caso citado, logo acima, não era um fato isolado na província. O presidente do Ceará, em 1878, escrevendo sobre quais impostos mais subiram naquele ano, aponta que foram aqueles relacionados à exportação de escravos, “cuja venda era o último recurso de que se valiam seus senhores, urgidos pela necessidade de matar a fome”⁵³. O escravizado podia trazer rendas, dinheiro ou outros benefícios com o seu trabalho, mas ele, enquanto tal, também podia ser “transformado” em dinheiro.

A questão econômica era um ponto a ser considerado. Isso era observado também por viajantes em outras partes do país, como aponta Samara no artigo já citado. Ela descreve o relato de Burmeister, ainda em 1850. Ele sinaliza para a intolerância, por parte dos senhores, quanto ao casamento legítimo entre cativos. O senhor não poderia desfazer a cerimônia, atrapalhando uma eventual venda de uma das partes.⁵⁴ Estamos desconsiderando, é claro, as uniões mistas.

Além disso, a constituição de famílias é algo problemático se levarmos em consideração a condição jurídica. O escravizado era uma propriedade, em última instância, um objeto. Por mais que houvesse incentivos ao matrimônio, com a utilização de argumentos religiosos, essa cerimônia, assim como as demais de mesma natureza, tinham importância secundária, já que a prioridade eram os elementos relacionados ao trabalho. Privilegiar a procriação, e não necessariamente a construção de matrimônios, talvez seja um indicativo da centralidade do uso da mão de obra na relação entre senhores e cativos. Posto isso, a presença significativa de mães

⁵¹ FARIAS, 2018, pag. 49-50.

⁵² O caso citado por Samara é a de Maria Delfina do Nascimento que “queria vender uma escrava com dois filhos para matar a sua fome e a de sua família” (SAMARA, 2009, p. 122)

⁵³ Relatório do presidente da província do Ceará, 1851, pag. 93. Disponível em:

http://ddsnexst.crl.edu/titles/166?terms=1881&item_id=3140?h=1881&c=4&m=85&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1069%2C-1%2C3769%2C2659 Acessado em 27 de junho de 2022.

⁵⁴ SAMARA, 1989, p. 35

solteiras escravas com prole ilegítima, ao longo da história brasileira, como assinala Samara, estaria inserida nesse cenário⁵⁵.

Para Assunção, o trabalho não livre, ao longo do século XIX, não teve uma importância significativa para a economia cearense se comparado ao contingente de trabalhadores livres. Ao analisar os censos com os números relativos à província, ela afirma que, após a segunda metade do XIX, o quantitativo de escravizados sofreu uma queda:

Em 1819, o percentual que era até então de cerca de 13% da relação entre a população livre e escrava, cresceu para 28%. Muito embora em 1860, os escravos de quatro freguesias cearenses, como Fortaleza, Maranguape, Aquiraz e Cascavel chegaram a compor cerca de 30% da população. Mais tarde, o índice geral do Ceará volta a decair, quando em 1872 o percentual chega ao patamar dos 4,4%. Os indivíduos egressos da escravidão ajudariam a compor o significativo volume do contingente mestiço da população livre, demonstrado também no mesmo censo de 1872. (ASSUNÇÃO, 2009, p. 148)

Apesar da queda no número de cativos, bem como o ganho gradativo de “terreno” do movimento abolicionista, a condição de ser inferiorizado ainda estava presente. Mesmo os libertos, em sua maioria mestiços, sofriam com o perigo da reescravização e com as associações negativas, seja por causa de seu passado, sua cor ou condição social.

Sidney Chalhoub, ao comentar sobre o fim do tráfico negreiro em meados do século XIX, expõe a centralidade da questão da mão de obra para as elites do império. Para ele, durante esse período, “o escravo foi impondo seus atributos de homem, negando sua coisificação e, assim, provocando a necessidade das classes dominantes de pensar em um novo modo de inseri-lo na sociedade, agora como trabalhador livre”⁵⁶. No entanto, mesmo durante o processo, que culminou com o fim (legal) da escravidão, a qual Chalhoub se refere, o cativo ainda era tratado como um bem, uma propriedade, apesar das mudanças em curso. Isso podia ser identificado, em certa medida, mesmo em breves seções de um jornal do interior cearense. Como é o caso dos anúncios e avisos presentes no jornal "A Ordem":

⁵⁵ Ibidem, 37

⁵⁶ CHALHOUB, Sidney. Vadios e Barões no ocaso do Império: o debate sobre a repressão da ociosidade na câmara dos deputados em 1888. Mariana, **Estudos Ibero-Americanos**, I-II. 1983. Pag. 54.

Imagem 4

Cavallo fugido.

 **N**o dia 17 do corrente fugiu ou furtaram da povoação da Canôa um cavallo melado bem marchador com a seguinte marca  e freguesia do Quixeramobim. Quem o pegar, entregando-o na Conceição ao Sr. Major Candido Franklin do Nascimento, nesta cidade ao advogado Martinho Rodrigues e na Canôa a João Nogueira do Nascimento, será bem recompensado.

Baturité, 26 de Janeiro de 1880.

**CIRURGIÃO
DENTISTA.**

JANSEN, achando-se nesta cidade de Baturité, convenientemente preparado de tudo quanto é necessário para poder exercer a sua profissão, offerece os seus serviços ao respeitavel publico baturitéense, allançando não só perfeição nos seus trabalhos e operações, mas ainda grande modicidade nos preços dos mesmos.

O mesmo pôde ser procurado a qualquer hora do dia ou da noite a rua — 7 DE SETEMBRO N.º 67 — no HOTEL NACIONAL de Francisco Norberto, onde temporariamente está estabelecido.

 **Fugio do sitio**

Lameirão, na serra de Baturité, a escrava, Franklina, cabra, velha, de quarenta e tantos annos de idade, conduzindo uma filhinha, cabocla, de oito annos de idade pertencente ao siferes Manoel Baptista Vieira, morador na mesma povoação, e que se acha em casa do abaixo assignado para ser vendida. Quem a pegar e a entregar ao abaixo assignado no lugar acima indicado será generosamente recompensado.

Baturité, 16 de Janeiro de 1880.
José Barbino Rabello Leitão.

Fonte: A Ordem, 8 de fevereiro de 1880, n 22, pag. 4

No fragmento acima, retirado de um exemplar do periódico *A ORDEM*, é exposto dois avisos de fuga e um anúncio. Ao focarmos na mensagem relacionada à cativa, percebemos como era exposto a fuga de um escravizado. Nota-se, à primeira vista, a naturalidade da exposição em que eram colocadas as informações, assemelhando-se à procura de animais fugidos, como cavalos e bois, trazendo uma certa uniformidade ao que era exposto ao público. Quando comparadas aos demais anúncios, fica ainda mais evidente que animais e cativos eram colocados no mesmo patamar, no mesmo grupo de “coisas” a serem possuídas. Nessa mesma perspectiva de análise da condição dos indivíduos escravizados, centrando-se em anúncios de jornais, a tese *Retrato Falado*:

o perfil dos escravos nos anúncios de jornais da Paraíba (1850-1888), de Elaine Cristina Jorge Dias⁵⁷, expõe alguns pontos também presentes nos anúncios do jornal baturiteense:

[...]era comum encontrar anúncios de venda de escravos nos jornais e que apareciam juntamente com imóveis em várias transações econômicas, como venda, aluguel e permuta. Havia ainda casos em que os escravos poderiam ser trocados por casas, terrenos ou como fiança em caso de hipotecas.... Acrescentamos que os escravos anunciados para venda nos jornais, muitas vezes, eram postos entre animais e no meio de diversos objetos. (DIAS, 2013, p.55)

Apesar dessa passagem voltar-se somente à venda de escravos em anúncios de jornais da Paraíba, a abordagem da questão dos cativos é semelhante àquela encontrada nos anúncios e avisos presentes nos jornais locais, do mesmo período. O que nos dá alguns indícios de como era percebido um escravizado em Baturité, pelo menos para uma parcela da população. A autora ainda aponta, na passagem destacada, outros itens que eram colocados no mesmo degrau do cativo, como objetos postos à venda. Isso nos leva a concluir que, além da pobreza a qual estavam submetidos, os cativos ainda eram “portadores” de um agravante, sua condição jurídica os tornava propriedade de alguém.

A descrição do caso da escrava fugida é a seguinte: *Fugio do sitio Lameirão, na serra de Baturité, a escrava Franklina, cabra, velha, de quarenta e tantos anos de idade, conduzindo uma filhinha, cabocla, de oito annos de idade pertencente ao alferes Manoel Baptista Vieira, morador na mesma povoação, e que se acha em casa do abaixo assignado para ser vendida. Quem a pegar e a entregar ao abaixo assignado no lugar acima indicado será generosamente recompensado. Baturité, 16 de Janeiro de 1880.*

A procura da escrava fugida por meio de avisos com descrições semelhantes, assim como outras buscas, era algo até comum não somente nos jornais baturiteenses. Eduardo Campos, em “Revelações da condição de vida dos cativos do Ceará”, analisa o jornal “Cearense” expondo alguns anúncios de busca de cativos fugidos. Devido aos anos de estiagem, e mais precisamente as dificuldades encontradas em 1878, “tornaram-se coincidentemente frequentes as notas dos que avidamente buscavam seus escravos, alertando os leitores de que alguns assim evadidos se fingiam de ‘sertanejos retirantes’”⁵⁸. Situações aparentemente não associadas com o cativo, como as secas, afetavam drasticamente a condição já extremamente precária dos cativos.

Por sua vez, o cavalo fugido é assim colocado: *“Na noite de 17 do corrente fugiu ou furtaram da povoação da Canôa um cavalo melado bom [marohador] com a seguinte marca(...)*

⁵⁷ DIAS, Elaine Cristina Jorge. **Retrato Falado: o perfil dos escravos nos anúncios de jornais da Paraíba (1850-1888)**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. João Pessoa (PB). 2013.

⁵⁸ CAMPOS, Eduardo. **Revelações da condição de vida dos cativos do Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982. P. 26

na freguesia do Quixeramobim. Quem o pegar, entregando-o na Conceição ao Sr. Major Candido Franklin do Nascimento, nessa cidade ao advogado Martinho Rodrigues e na Canôa a João Nogueira do Nascimento, será bem recompensado. Baturité, 26 de Janeiro de 1880”.

Da análise do aviso de busca da escravizada, e levando em consideração o aviso sobre a fuga de animais, podemos tirar algumas reflexões. Refiro-me a exposição, direcionada a população local em geral, de uma determinada característica do que é ser escravizado: um objeto pertencente a alguém, que é seu proprietário de direito, e que faz uma reivindicação de sua posse (reforça). Esse elemento, o “pertencer a alguém”, era um dos pontos que diferenciava esse grupo das demais pessoas pobres. Além disso, não era qualquer propriedade, era uma peça de trabalho, como coloca Campos, ao referir-se a fuga dos cativos, tentando livrarem-se das péssimas condições de vivência:

Ainda que em estado de pobreza, assistidos de modo precário pelas autoridades nos dias de calamidade pública, os desertores iam perseguidos onde quer que fossem, e pretendidos de volta ao regime servil pelos seus donos. Ninguém desejava- repita-se- separar-se de suas peças de trabalho. Nem quando perceberam os renitentes escravistas locais esmorecer o regime que lhes era favorável, atenuaram o procedimento antihumano. (CAMPOS, 1982, p. 28)

O elemento “anti-humano”, a qual Campos cita na passagem, leva-nos a pensar que, ao mesmo tempo em que se colocava características humanas, como os laços entre mãe e filha, e a conseqüente carga emocional que daí surge, afirmava-se o tratamento direcionado a uma “coisa”, a um objeto no máximo animalesco, ao querer vendê-la. A fuga é encarada pelos proprietários com a mesma “tranquilidade” com que é anunciada a evasão de animais, pelo menos é essa a percepção de quem lê as mensagens.

Além das informações comuns, como a descrição dos fugitivos, locais e proprietários, alguns avisos acrescentam nomes de pessoas, residentes em outras localidades, responsáveis pelo recebimento do cativo, caso alguém o capturasse nessas regiões. O que nos leva a pensar que havia, em determinadas ocasiões, a formação de uma rede de solidariedade entre escravagistas. A formação dessas relações não era incomum e até são compreensivas, haja visto a crescente pressão do movimento abolicionista. As vozes dissonantes dentro da própria ala defensora da manutenção dos cativos e a provável criação de redes de solidariedade entre os próprios cativos, aos moldes das observadas em Recife, por exemplo, como bem observou Marcus Carvalho em *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-150*⁵⁹. Uma de suas conseqüências possíveis seria o incentivo à coesão entre aqueles favoráveis a escravidão, buscando uma ajuda mútua.

⁵⁹ CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-150**. 2 ed. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2010.

Assim, essa rede poderia ser composta por proprietários ou pessoas sem escravos. Os proprietários talvez fossem os mais interessados em manter essas alianças, devido ao maior interesse pela manutenção da ordem vigente, pois pretendiam continuar usufruindo dos serviços dessa mão de obra. Serviços que englobavam atividades braçais, semiespecializadas e especializadas, se seguirmos a definição proposta no trabalho *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)* de Mary Karasch⁶⁰, que levava em consideração o aprimoramento do trabalho escravo; sem desconsiderarmos as possibilidades diversas de utilização dessa força. Os benefícios trazidos pelo uso dessa “propriedade” se estendiam ao próprio estado, de forma indireta, quando o proprietário pretendia vender ou comprar um desses itens. Claro, havia fraldes na arrecadação dessa renda, como aponta o presidente da província do Ceará, em 1870. Segundo ele, havia uma “fraude crescente sobre o imposto de compra e venda de escravos, com o que tem sido lesada a fazenda em não pequena quantia na respectiva arrecadação.”⁶¹ Vê-se que ao entorno da questão escravista havia interesses diversos.

O conteúdo, transmitido nas mensagens, pretendia alcançar o máximo de pessoas que pudessem contribuir na captura de quem fugiu. Assim, visava-se mobilizar um público que já era acostumado com esse tipo de aviso, além de informar aos habitantes em geral. Estes viam em tais informações uma certa naturalidade (pelo menos os não-abolicionistas). Mais do que isso, contribuía para a manutenção dessa percepção sobre os escravizados, seja comprando o jornal, seja ajudando o proprietário na busca por Franklina e sua filha.

Em termos de elementos colocados a serem apreendidos pelos assinantes, é possível perceber alguns, sentir a ausência de outros ou inferir a presença de terceiros. Em outros avisos, essas presenças e ausências também são constatadas. Um dos elementos ausentes é a motivação da fuga, o porquê de a escrava ter fugido, afinal, mesmo retirando parcialmente a autonomia do escravizado, a ele era dado o direito de reivindicar algumas posturas do seu senhor, mesmo que em situações de desigualdade de recursos. Essas contestações, segundo Sylvania de Oliveira Dias, em *As ações de liberdade de escravos na justiça de Mariana 1850-1888*⁶², podiam ser atendidas com base na própria burocracia estatal:

Longe de serem passivamente escravizados, muitos negaram a condição em que viviam por meio de tradicionais alternativas de resistência, como as fugas, o uso da violência, e, em situações extremas, o suicídio. Além destas e de muitas outras práticas revoltosas ou de autodestruição, frequentemente observadas no universo escravista,

⁶⁰ KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Pedro Maia Soares (tradutor). 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁶¹ Relatório do presidente da província do Ceará, 1870, pag. 42. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1870&item_id=3128#?h=1870&c=4&m=55&s=0&cv=1&r=0&xywh=146%2C-161%2C4547%2C3207 Acessado em: 30 de junho de 2022.

⁶² DIAS, S. de O. **As ações de liberdade de escravos na justiça de Mariana 1850-1888**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.

havia ainda a possibilidade de buscar amparo na burocracia judicial do Estado, e esta foi uma opção às vezes escolhida por muitos escravos que buscaram, mediante os tribunais, o direito a uma vida livre do cativo. (DIAS, 2010, p.10)

A escolha por um tipo de resistência (a fuga), negando os demais meios, dentre elas a via judicial, a qual Dias cita, certamente possuía um motivo. Este, infelizmente, não conseguimos encontrar. Ponderamos, no entanto, que tal “justificativa” poderia não ser exposta por interesses de seu proprietário, ou porque os avisos de escravos fugidos deveriam seguir um padrão de exposição nas folhas, já pré-determinado. No entanto, a reflexão é pertinente, já que para ter tido a iniciativa de fugir, a escrava Franklina deparou-se com uma situação bem específica: como parte de uma etapa, dentro de um planejamento que objetivava a libertação, o fato de ser vendida gerava um receio de desenraizamento, ou outra circunstância extrema o suficiente que a obrigasse a recorrer à fuga, em vez de tentar tomar outras atitudes. Principalmente, se levarmos em consideração que ela tinha uma filha ainda muito pequena, tornando a fuga ainda mais complexa; se bem que a existência de uma criança podia contribuir para as ações, já que as ligações estabelecidas entre os parentes da menina tinham a potencialidade de trazer aliados úteis à fuga.

Um outro elemento, ainda a respeito do anúncio do jornal baturiteense, diz respeito as semelhanças propositais com a busca por animais fugidos, como já foi apontado. Alguns detalhes chamam a atenção: além da semelhança visual, a própria construção textual das mensagens é bem parecida. Há a citação de informações e o encadeamento de ideias em uma estrutura, já determinada pela construção dos avisos nas colunas do periódico, citando o nome do dono do respectivo bem, os locais de referência, a descrição do “objeto” a ser encontrado e a intenção de recompensar quem trouxer o que foi perdido. Campos salienta que as comparações com animais também se davam porque o escravizado, no Direito Civil, era classificado como um bem “móvel”, assim como os animais de criação⁶³. Ele acrescenta dizendo que as descrições dos cativos nos jornais eram ainda mais minuciosas, não só pelo valor elevado, mas também devido seus sinais próprios⁶⁴.

A recompensa não era colocada com exatidão, logo ficaria a cargo do proprietário do cativo, ou do animal, julgar quanto valeu a entrega do que lhe pertencia. Podemos supor, como exercício imaginativo, que ela poderia ser desde uma retribuição financeira, passando pela doação de algum outro bem, até não retribuir o serviço. Isso fica em aberto porque nos periódicos não há menção quanto ao êxito ou não da busca, bem como eventuais reclamações sobre a recompensa

⁶³ CAMPOS, 1982, p. 31

⁶⁴ Campos explica que, devido as exigências legais e particularidades, os cativos eram descritos com informações bem mais variadas. “Daí descrito de maneira muito minuciosa aos jornais, mais do que os animais domesticados que por essa ou aquela circunstância abandonavam-se de seus proprietários.” IN: *Ibidem*, p. 31.

dada. Novamente, isso pode ser explicado pelo fato de que, para anunciar, era preciso pagar; o que não faria sentido, uma vez alcançado o objetivo do aviso, que era encontrar o escravo.

A expectativa de ser ajudado na busca também é um ponto interessante: se o “dono” do bem sumido esperava a ajuda de seus semelhantes, isso quer dizer que o pensamento de uma parte significativa das pessoas dessa região já estava influenciado “positivamente” por essa construção mental a respeito dos cativos, como um ser inferior pertencente a alguém. Por isso, a promessa de uma mera recompensa já seria o suficiente para devolver ou informar sobre o paradeiro dos fugitivos. Visões negativas com relação aos cativos podiam ser encontradas em posicionamentos oficiais, como foi o caso do diretor do Atheneu Cearense, Manoel Theophilo da Costa Mendes. Em um documento presente no relatório de província de 1870, ele escreve o seguinte:

Esse contacto pernicioso em que vivem as crianças com escravos e fâmulos, sem moralidade, é causa principal dos graves defeitos, que geralmente se notam na educação dos meninos, cujo desejo de tudo saber é perfeitamente satisfeito por mestres tão prejudiciaes. A pratica de nove annos dedicados a educação da mocidade me tem feito convencer desta triste verdade⁶⁵.

Essa percepção negativa compunha uma possível ética escravagista. Para além da recompensa, certamente importante em um ambiente empobrecido, não podemos deixar de supor a existência de uma espécie de ética coletiva, acordo ou consenso coletivo, que poderia fazer com que aquele, que encontrou o escravo, efetivasse a devolução ao dono, sem pretender obter nada em troca. Seja por dever moral ou pela recompensa, a devolução do bem perdido era provavelmente efetivada, a recorrência dos avisos nos indica isso. Nos aproximamos do pensamento de Flávio dos Santos Gomes em *Uma tradição rebelde: notas sobre os quilombos na Capitania do Rio de Janeiro (1625-1818)*⁶⁶. Para ele, a exposição de informações nos anúncios por parte dos senhores, tais como a direção e caminhos possíveis percorridos pelos fugitivos, provavelmente resultavam em capturas, de outro modo não haveria motivo para a recorrência de anúncios de fuga nos jornais.

Olhando para o outro lado da temática, quem fosse contrário a animalização dos escravizados e pretendesse exercer algum tipo de questionamento ou contraposição a esse estado de coisas, provavelmente já sabia da sintonia de muitos dos seus vizinhos com esse posicionamento. Ser oposição a algo vigente tornava os abolicionistas nem sempre “bem-visto”. Filipe Nicoletti Ribeiro, no *Império das incertezas política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)*, traz uma citação bastante esclarecedor no sentido de expor

⁶⁵ Relatório do presidente da província do Ceará, 1870, pag. 275.

⁶⁶ GOMES, F. dos S. Uma tradição rebelde: notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818). *Afro-Ásia*. n. 17, 1996. DOI: 10.9771/aa.v0i17.20854. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20854>. Acesso em: 28 jan. 2022

uma visão possível sobre o posicionamento abolicionista. Tal passagem foi retirada do livro *O plano e o pânico* de Maria Helena Pereira Toledo Machado⁶⁷, ela diz:

A ruptura dos códigos de comportamento político, que desde sempre haviam restringido as disputas e diferenças sobre os destinos do país aos estreitos círculos das elites, tornava-se perigosamente palpável na atuação de setores abolicionistas. Assumindo uma feição popular e participativa, a campanha abolicionista transgredia um estilo político bem enraizado, colocando na boca do povo as cisões entre as elites econômicas e bem pensantes. Comportamento indesculpável, foram os abolicionistas, em contrapartida, acusados indistintamente de subversivos. (APUD, MACHADO, 2010, p. 138)

Tendo em mente a possibilidade de serem indesejados por trazerem a conotação de subversivo, os abolicionistas teriam uma dupla tarefa: lidar não somente com os donos dos escravizados em particular, os principais interessados, mas também com uma parcela da população que não necessariamente se utilizava desse expediente e que, contudo, via nessa construção mental, centrada na objetificação de um ser, a orientação do seu agir diante de um cativo que porventura tenha fugido. É inegável, no entanto, que em Baturité, bem como na província do Ceará em geral, a causa abolicionista ganhava cada vez mais espaço, principalmente nos meios de comunicação. Essa tomada de posição ficou evidente nos elogios direcionados a José do Patrocínio, que esteve em Baturité em 1882. O “A Onda” felicita sua chegada, o chamando de “verdadeiro apóstolo das ideias grandes, que é a verdadeira dedicação á causa da humanidade, que também é a causa do eterno direito, da eterna Justiça!”⁶⁸.

A crítica ao escravismo podia vir até de forma velada, bem humorada, na seção “corre na cidade” critica-se o major Geraldo, por que, mesmo alforriando sua escrava, ele o fez de forma condicionada. A cativa tinha que servi-lo por mais dois anos; por isso o jornal o chama de “nenenzinho”. Mesmo já sendo um adulto, ele requer os cuidados de alguém⁶⁹.

A análise trazida por Machado, em que as elites atribuíam aos abolicionistas o caráter transgressor e subversivo, era progressivamente posta em questão na medida em que o ideário a favor da libertação angariava adeptos (não estamos considerando as diferentes vertentes do movimento). Nas fontes aqui utilizadas foram identificados posicionamentos pró e contra a escravidão. Na mesma página em que há a crítica ao comportamento do major, é exposto uma indignação dessa mesma autoridade: “tomaram-me os escravos e querem me dar palhas para roer...É muita petulancia d’esses abolicionistas.”⁷⁰ Aparentemente ele queixa-se do pouco valor

⁶⁷ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico: movimentos sociais na década da abolição**. 2 ed, São Paulo: Edusp, 2010.

⁶⁸ A Onda, Baturité- Domingo, 24 de dezembro de 1882, nº 18, p.1.

⁶⁹ A postura do major é assim descrita: “que o major Geraldo alforriou uma escrava que possuía, sob a condição de ella criá-lo por mais dois annos. Olhem o nenenzinho.” In: A Onda, Baturité- Domingo, 1 de abril de 1883, nº 1, p. 4

⁷⁰ *Ibidem*, p. 4

recebido em troca de seus cativos, ou coloca em questão como irá sobreviver sem sua fonte de renda (ou uma das fontes). Nos relatórios de província é exposto, com certa frequência, mensagens favoráveis ao fim do elemento servil, no entanto, também há passagens lamentando, por exemplo, a falta de braços potencializada pela venda de escravos para outras regiões:

A 1 de Setembro de 1854 queixava-se o Conselheiro Pires da Motta, no relatório de Assembléa, de que a falta de braços ia cada dia se tornando mais sensível, em consequência da grande quantidade de escravos vendidos para outras províncias, suppono ser este o principal impecilho ao desenvolvimento da agricultura. Acrescentava que a falta de machinas que substituíssem os braços, a de transporte e de processos que facilitassem e melhorassem o tabalho colocava o Ceará em plano inferior ás outras províncias mais prosperas⁷¹.

Feita ainda em 1854, a reclamação foi exposta em 1886 como parte de um histórico composto por avaliadores da agricultura da província. Essa declaração de Pires da Motta não foi desmentida, e sim complementada com o acréscimo da problemática das secas e um tal “espírito rotineiro do agricultor”⁷². Esses elementos dificultavam o progresso da província.

De modo geral, os diferentes posicionamentos pendiam para a causa abolicionista na medida em que se aproximava a passagem do século. A opinião pública⁷³, segundo Filipe Nicoletti Ribeiro, na sua dissertação *Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)*, citando Emília Viotti da Costa, mostrava-se progressivamente mais simpática às ideias antiescravistas, por essas se vincularem (também) a elementos de civilidade europeia. Ele ressalta ainda que havia um pensamento geral, deseante de atingir o status de civilidade do ocidente. Esse desejo podia ser percebido até mesmo em Baturité, como discutiremos em um tópico posterior.

Os jornais a ORDEM e A ONDA expunham em suas páginas um conteúdo que dialogava com os “novos tempos”, trazendo informações e notícias de outros países, os avanços tecnológicos, as realizações da ciência, os embates políticos efervescentes de outras nações, bem como anúncios de diferentes profissionais liberais. Em contraposição a descrição dos trechos relacionados à

⁷¹ Relatório do presidente da província do Ceará, 1886, pag. 89. Disponível em:

http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1886&item_id=3147#?h=1886&c=4&m=102&s=0&cv=1&r=0&xywh=150%2C0%2C4930%2C3477 Acessado em 30 de junho de 2022.

⁷² Esse espírito rotineiro do agricultor deveria ser transformado, “alargando ao mesmo tempo a esfera da instrução do camponez, em ordem a convence-lo da necessidade de seguir processos novos no amanho de suas terras” In: Relatório do presidente da província do Ceará, 1886, pag. 92.

⁷³ Esse conceito pode ser entendido sob a ótica trazida por Monique de Siqueira e Vanessa da Silva. Segundo elas, a “opinião pública” é construída por meio de iniciativas que visam generalizar uma visão sobre determinado assunto. A “massificação de uma opinião em relação às demais em determinado momento assume uma voz maior que as demais, fazendo com que as outras opiniões percam fôlego, sem que deixem de existir”. In: ALBUQUERQUE, Vanessa da Silva; GONÇALVEZ, Monique de Siqueira. A opinião pública ou as opiniões públicas? A complexidade da Imprensa Brasileira na segunda metade do oitocentos. **SEO- Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos.** Anais dos Seminários Internacionais. Vol.2. 2017, pag. 4.

escravidão, temos a exposição de alguns outros serviços, notícias, e informações mais próximas ao ideário liberal.

Não era incomum encontrar artigos enaltecendo as potencialidades individuais, como a inteligência e a razão humana. Esses atributos eram colocados do lado oposto à escravidão e mesmo contra alguns aspectos relacionados com a religião. No texto intitulado *A sciencia e a fé é feito uma reflexão em torno da ascensão da ciência como ferramenta de interpretação dos fenômenos, em oposição a interpretações mitológicas, divinas, baseadas em uma fé rigidamente defendida por corporações monásticas. Exalta-se, inclusive, alguns nomes: “Darwin e Haeckle, surgem no campo das explorações positivas lançando por terra a theoria das fantásticas catástrofes da fé monástica”*⁷⁴

A ascensão dos bacharéis, inseridos no amplo ramo das profissões liberais, eram expoentes de uma mudança maior, de modernização do país, como é colocado na conclusão do trabalho *O Fenômeno do Bacharelismo à Luz de Gilberto Freyre*, de Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes⁷⁵. Sua presença no espaço público passou a ser reconhecida, como a autora coloca:

O bacharelismo é um fenômeno histórico e socialmente determinado, no qual um novo grupo social passa a receber reconhecimento e espaço político na sociedade: os intelectuais formados em faculdades. Caracterizam-se pelos seus espíritos livrescos, por gostarem de axiomas, conceitos e sistemas os quais foram importados das metrópoles coloniais [...] A ascensão desta nova identidade social indica a existência de um processo de modernização da sociedade e a crise do modo de vida tradicional. Com isto, o bacharelismo, como um movimento de modernização, forma uma unidade dialética de negação do passado e afirmação do futuro, no qual a figura do bacharel surge como agente civilizatório que promove o momento de síntese em sua ação pontual. (MENEZES, 2015, p. 105-106)

O movimento de modernização, a qual os bacharéis faziam parte, sinalizava para o futuro, enquanto a manutenção do escravismo era um dos elementos a ser superado. Esse presente, com sabor de atraso, colocava o cativo no mesmo patamar de um animal, desconsiderando os elementos humanos, em humanos (pelo assim já eram percebidos por uma parcela da população). Isso reforça (influência), em certa medida, um estereótipo já difundido no meio social, fazendo com que quem encontrasse a escrava Franklina, a devolvesse para o seu proprietário com a sensação de dever cumprido. Colocamos esse cenário como o mais provável devido o status de legalidade da propriedade escrava. Mas certamente houve episódios de acobertamento de fugas. Lembramos que os dois jornais examinados aqui foram produzidos em 1879/1880, sendo a escravidão abolida oficialmente apenas em 1884, no Ceará.

⁷⁴ A Onda, Baturité- Domingo, 19 de março de 1882, nº 1, p.1.

⁷⁵ MENEZES, Anna Waleska Nobre Cunha. *O Fenômeno do Bacharelismo à Luz de Gilberto Freyre*. Revista Inter-Legere, n 5. Reflexões. 2015.

Casos em que alguém esconde um escravo fugido (por qualquer motivo que seja), e, ao saber dos avisos de procura, toma medidas mais enérgicas no acobertamento do “fujão”, não são difíceis de serem imaginados. Essas pessoas podiam ser escravos libertos, ou abolicionistas brancos, que discordavam do tipo de mensagem veiculada e tomavam medidas para o seu enfrentamento. Antonia Márcia Nogueira Pedrosa, em sua tese⁷⁶, traz o caso de Hipólita Maria das Dores. Mesmo nascendo livre, ela foi reescravizada ilegalmente, tendo que recorrer à justiça para livra-se do cativeiro. Em sua luta, Hipólita recorreu também à fuga, recebendo abrigo na casa de pessoas livres, como descreve Pedrosa.

A utilização de termos e frases como “fugiu do sítio”, “pertencente ao Alferes”, “compram seis escravos”, “para ser vendida”, juntamente ao fato dessas colocações estarem no mesmo conjunto que engloba animais, bens e serviços diversos, reforça, como já foi apontado, um conceito do que é a escravidão e as características da população cativa, marcada pela animalização, pela coisificação, além da carência de recursos. Como uma ferramenta, sua utilidade passava pelo seu potencial de trabalho, porém, não era uma mera peça, pois, tal como os demais trabalhadores pobres, teoricamente livres, eram capazes de resistir, impor condições, lutar e reivindicar. Nesse sentido, eram elementos de uma relação de trabalho (desigual e injusta, diga-se de passagem).

⁷⁶ PEDROZA, Antonia Márcia Nogueira. **“Hoje vou tratar de meus direitos”: Liberdade precária, escravização ilegal, reescravização e o apelo à justiça, no Ceará provincial (1830-1888)**. Tese (doutorado) UFC, Departamento de História, Programa de pós-Graduação em História Social. Fortaleza 2021. Pag. 137.

3 DO TRABALHO AO PROGRESSO.

As relações de trabalho, no interior cearense, ligavam-se, não raramente, ao estabelecimento de vínculos entre trabalhador pobre e proprietários rurais, tidos como autoridades locais. Colocando-se como o polo rico, mesmo que o seja apenas aos olhos dos que quase nada tinham, esses proprietários forneciam a seus “protegidos” um regime desigual de colaboração, mais próximo às formas de cativo do que do trabalho livre. Em momentos mais críticos, em que esses vínculos não eram o suficiente para manter a sobrevivência, e mesmo para aqueles que em certa medida eram livres dessas ligações diretas, o estabelecimento de dependências também se fazia presente, mas agora em relação a partes das elites mais modernizadoras e perante o poder público.

Os períodos de seca, em se tratando de nordeste, colocam-se como momentos críticos presentes com certa frequência. No final do século XIX, momentos de estiagem permitiram a implantação de projetos em prol do dito progresso, como aponta Tyrone Apollo Pontes Cândido em *A piedade e a força: trabalho forçado em obras de socorros públicos nas secas da passagem do século XIX*⁷⁷:

As secas eram, nesse sentido, momentos privilegiados para que frações das elites mais afinadas com os interesses modernizadores (em geral, comerciantes, financistas, proprietários rurais esclarecidos, jornalistas, engenheiros e outros profissionais liberais) fizessem implantar seus projetos reformadores (que vinculavam à ideia de “progresso”), aproveitando a presença de milhares de pessoas desempregadas e cujas plantações de subsistência e pequenos criatórios de animais encontravam-se arruinados pela falta de água. (CÂNDIDO, 2016, p. 152)

A utilização desses desempregados em obras de socorros públicos, como açudes, obras urbanas e estradas de ferro, fez-se com a exposição dessa mão de obra a condições perigosas e serviço degradantes, controle ferrenho de feitores, castigos físicos, humilhações e subjugação por parte dos administradores, como aponta Tyrone Apollo. Esse cenário, insere-se em um ambiente onde as relações de trabalho já se caracterizavam por circunstâncias desfavoráveis, desiguais e exploratórias para aqueles mais vulneráveis aos desmandos das elites locais. A situação tenderia a se tornar mais complexa, com a intensificação da agricultura voltada para a importação e os anseios por mudanças visando se assemelhar a outras civilizações.

Nos tópicos seguintes trataremos algumas discussões relacionadas com o mundo do trabalho e, posteriormente, será dada uma ênfase no desejo e em iniciativas voltadas à modernização, na então província do Ceará e localmente em Baturité.

⁷⁷ CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **A piedade e a força: trabalho forçado em obras de socorros públicos nas secas da passagem do século XIX**. Revista Mundos do Trabalho, vol. 8, n.15, janeiro-junho de 2016. p.149-164.

No primeiro tópico abordaremos, dentre outros pontos, como foi levado adiante a utilização do trabalhador empobrecido em atividades que não o beneficiava; ou se trazia alguma vantagem, era menos significativa em relação a quem intentava fazer uso de sua mão de obra. Nessa perspectiva de trabalho controlado e submisso traremos algumas medidas adotadas por particulares e pelo estado cearense visando regular o trabalhador. Este, que com certa frequência só tinha sua força de trabalho, iria ser utilizado para beneficiar proprietários de terra e construir obras públicas, sob regime de exploração e estrutura hierárquica semelhantes a organizações militares. Falaremos ainda sobre as estratégias usadas para submeter o pequeno agricultor, tais como a concessão de empréstimos com juros abusivos e o monopólio sobre as terras férteis.

Já no segundo tópico, focaremos no desejo por modernização, a nível provincial e local. Esse processo, a ser levado adiante pelos “homens esclarecidos” e autoridades públicas, tinha a agricultura como principal veículo que traria prosperidade. Para que pudesse ocorrer a ciência e a técnica importada de países europeus deveriam ser utilizada em conjunto com o trabalhador adaptado às novas formas de ocupação. Nesse cenário de mudança, objetivava-se superar o presente e atingir um futuro otimista, as limitações da natureza também eram entendidas como um obstáculo a ser superado. Trataremos de questões que envolvem a escravidão e a função dos imigrantes nessa caminhada.

3.1 Trabalho e pobreza

A questão da mão de obra foi central para o Brasil no século XIX, principalmente em sua segunda metade. Foi nesse período que se operou a “transição” do escravismo para o regime de trabalho livre. Autoridades, intelectuais e proprietários refletiam sobre essa temática, alertando para sua centralidade já que parecia iminente a extinção do cativo. Buscar uma solução que proporcionasse as mudanças necessárias sem comprometer a estrutura social e econômica do país era complexa.

Desejava-se, em certa medida, libertar os cativos, mas manter a subordinação e o controle sobre eles. Uma outra preocupação, relacionada com a anterior, era a regulamentação do trabalho livre, visando o mesmo objetivo: controlar e submeter os livres e libertos diante dos novos tempos que julgavam estarem próximos, como apontou Juliana Magalhães.⁷⁸

⁷⁸ LINHARES, Juliana Magalhães. As Experiências dos Trabalhadores Escravos e Libertos em Fortaleza (1878-1888). ANPUH- XXV Simpósio Nacional de História- Fortaleza. 2009.

Ainda com relação às mudanças em curso, Francisco Jose Pinheiro⁷⁹ apontou para as dificuldades enfrentadas pela agricultura comercial no Ceará. Ao analisar o mercado de trabalho na província, ele destacou algumas questões que afetavam sua organização:

Na década de 1850, à medida em que a agricultura comercial foi se tornando hegemônica na Província, novos problemas foram apresentados como dificultadores para organizar as relações de trabalho. Dentre esses aspectos, ressalta-se: a necessidade de leis para regularizar o sistema de trabalho, em função da “inconstância” dos trabalhadores; a falta de ensino profissional e também, nessa conjuntura, a diminuição de braços, devido à saída do trabalhador escravo. (PINHEIRO, 1989-1990, pag. 207/208)

Algumas questões que envolvem uma percepção negativa do trabalhador pobre, bem como a necessidade da instrução, serão abordadas em tópicos posteriores. Já a hegemonia da agricultura comercial na segunda metade do século, que veio em conjunto com a diminuição gradativa da escravidão oficial e a pouca adequação dos homens comuns às novas formas de trabalho, mobilizou o aparato estatal em busca de soluções. As saídas encontradas, expressas muitas vezes em leis, trouxeram a necessidade de adequação para a população. Mudanças forçadas, impostas de cima pra baixo, foram alvo de crítica e movimentos de resistência. Tais “saídas”, foram aplicadas também no enfrentamento das secas e nas tentativas de modernização do Ceará.

Nesse cenário de transição, Baturité, na década de 1870, viveu um período de relativa prosperidade em termos de desenvolvimento econômico, principalmente devido ao início da construção da linha férrea (1872), cujo objetivo era ligar a Comarca à Capital. Visava-se aumentar o fluxo de mercadorias e incrementar o comércio na região, cujo centro, à época, era a produção cafeeira. O trabalho que permitiu essa fase áurea, cabia em grande medida aos trabalhadores livres, além dos escravizados, inferiores quanto a sua quantidade⁸⁰.

A pouca presença da mão de obra escrava na produção de café local, assim como a presença relativamente pequena dessa população no Ceará, não nos autoriza a dizer que a existência de escravizados, mesmo que em menor número, não teve suas implicações para o meio a qual estavam inseridas. Como aponta Eurípedes Funes⁸¹:

Uma realidade semelhante à de outras províncias, onde a escravidão teve relativa importância, do ponto de vista qualitativo. Isso não minimiza o sentido e o significado da presença escrava na sociedade cearense e muito menos deve ser entendido como fator determinante de um modelo específico de escravidão marcada pela cordialidade

⁷⁹ PINHEIRO, Francisco José. O homem livre/pobre e a organização das relações de trabalho no Ceará (1850-1880). Revista de Ciências Sociais, Fortaleza. Vol. 20/21, p. 199-230. 1989/1990.

⁸⁰ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da escravidão no Ceará**: das origens à extinção. 2º ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2011.

⁸¹ FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará In: SOUSA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. rev. e atual. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2015. p. 103-130.

e fraternidade dos senhores em relação aos seus cativos. O fato de ser, ou ter, escravo já é por si uma prática aviltante ao direito e à cidadania. (FUNES, 2015, p.108)

A atuação desse grupo, dividindo os mesmos espaços da população livre, nos leva a pensar que sua utilização se deu nos diversos campos de produção e serviço, indo desde a agricultura, passando pelos serviços domésticos, até servirem como “escravos de aluguel e ganho”, como assinalado por Funes⁸². Sua ocupação dependia das necessidades e intenções de seu “dono”. Dentre seus possíveis proprietários, estavam alguns homens de destaque na região: os coronéis.

Em sua dissertação, Farias traz, dentre outros pontos, um banco de dados relativo aos senhores de escravos em Baturité⁸³. Ela detecta, na documentação analisada, a presença de figuras conhecidas como coronéis, sendo assim denominados os indivíduos possuidores de terras, participantes ativos do poder público, com autoridade local. A autora ressalta que não tinha como ter certeza se, verdadeiramente, eram militares. Caso não fossem, eram percebidos assim por respeito ou temor.

Vistos como patriarcas, protetores dos seus dependentes, essas pessoas possuíam um notório prestígio local. Como apontou Edgard Carone: “A dependência familiar ajunta-se a dependência dos agregados: escravos, ex-escravos, trabalhadores de oito assalariados, todos necessitam de trabalho, alimentação e proteção do senhor”⁸⁴. Sua autoridade ia além de suas terras, chegando em locais próximos, como zonas comerciais. Valendo-se ora da pressão pessoal, ora da pressão política, conseguia, se não dominar, pelo menos influenciar a maioria das pessoas de sua região. Em troca do trabalho e da proteção, aos senhores era dada a subserviência e o apoio de seus dependentes à suas vontades, e em tempos republicanos, os votos foram acrescidos.

Na vila do Acarape, atual Redenção, Joanna Cavalcante notou a presença de três coronéis: Honorato Gomes da Silveira, Francisco Ferreira da Silva e Simião Telles Jurumenha⁸⁵. Esses dois últimos tinham escravos. Jurumenha, por sinal, libertou nove cativos em 1881. Um outro senhor, não identificado com patentes, de nome Antonio da Silva Mattos, também era detentor de posses consideráveis, além de um comprador frequente de escravizados, cuja utilização não pôde ser identificada. Em Baturité, ela ressalta que o número de proprietários de cativos foi bem maior, dentre eles podemos citar Antonio Alves de Carvalho, Marçal Gomes da Silveira e Maria de Castro Sampaio. Os três, segundo os inventários analisados pela autora, tinham seis ou mais escravos registrados⁸⁶.

⁸² *Ibidem*, pag. 110.

⁸³ FARIAS, 2018, pag. 69-71.

⁸⁴ CARONE, Edgard. Coronelismo: Definição histórica e bibliográfica. **ERA- Revista de Administração de Empresas**. V. 11, nº 3, jul-set, 1971. pag. 88.

⁸⁵ FARIAS, 2018, pag. 70.

⁸⁶ *Ibidem*, pag. 71.

Para esses senhores, possuir escravos podia ir além da mera necessidade de contar com mão de obra a ser explorada em benefício próprio. Júlio Cesar de Oliveira e Silvio Luiz, em um artigo, resumem bem as vantagens de possuir esses “bens”: ter escravos era demonstrar capacidade de empreender, possuir crédito, deter um fator de produção, possuir um símbolo de *status*, uma maior chance de participar da política local e garantir a liberdade. Esse último ponto era interessante porque envolvia ex-escravizados como proprietários de cativos. Ocorria que, “para um liberto, diante do perigo permanente de reescravização, a maior garantia de manutenção da liberdade sempre ameaçada e precária era possuir um escravo.”⁸⁷

A utilização da mão de obra de pessoas pobres, escravizadas ou não, em proveito de causas alheias a seus interesses não é, claramente, uma prática própria das elites da capital cearense, aparecendo antes e depois do século XIX. Se caminharmos em direção ao século seguinte, chegaremos, por exemplo, no que conhecemos como Coronelismo, conceito amplamente presente nos livros didáticos dos alunos do ensino público da atualidade, cujo período temporal diz respeito principalmente à primeira metade do século XX. Nele encontraremos elementos constituintes de sua forma que já estavam presentes ainda no império.

Colocando-se como, dentre outras coisas, um compromisso entre poder público e os influentes chefes locais, esse fenômeno traz consigo um conjunto de características que foram sendo formadas e reorganizadas ainda no século passado. Como é colocado por Victor Nunes Leal, em seu Coronelismo, Enxada e Voto⁸⁸. Ele diz que “o fenômeno estudado é característico do regime republicano, embora diversos dos elementos que ajudam a compor o quadro do ‘coronelismo’ fossem de observação frequente durante o Império...”⁸⁹. Dentre esses elementos, destacamos a força dos homens ricos locais (em termos comparativos) na disputa pelo estabelecimento das condições de trabalho para aqueles que dependiam de sua proteção, em termos de segurança ou de disponibilidade de meios de sobrevivência. Colocados em situação submissa e controlada, os trabalhadores pobres se viam com poucas possibilidades de enfrentamento desses senhores, cujo poderio se estendia ao campo político, já que, com certa frequência, eram os mesmos senhores que ocupavam os cargos políticos de relevância nos municípios. Leal traz um panorama dessa situação, onde até mesmo o Rei detinha poucos meios de enfrentar esses homens destacados:

O Rei, muitas vezes, era ou se mostrava impotente para deter o mandonismo desses potentados, que dominavam câmaras e, por meio delas, todo o espaço territorial

⁸⁷ VELLOZO, Júlio César de Oliveira; ALMEIDA, Luiz de Almeida. O pacto de todos contra os escravos no Brasil Imperial. Dossiê. **Revista Direito e Práxis**: Rio de Janeiro, Vol. 10, nº 03, 2019. Pag. 2144

⁸⁸ LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

⁸⁹ *Ibidem*. pag. 279.

compreendido em sua jurisdição. A massa populacional- composta em sua grande maioria de escravos e dos trabalhadores chamados de livres, cuja situação era de inteira dependência da nobreza fundiária- também nada podia contra esse poderio privado, ante o qual se detinha, por vezes, a própria soberania da Coroa. (LEAL, 1997, pag.84)

Essa massa, a qual a passagem se refere, apesar de comportar segmentos distintos, possuíam pontos de aproximação. De forma geral, a existência de uma população escrava e outra livre podia não significar muita coisa. Emanuele Carvalheira de Maupeou, em sua dissertação, apontou para essa convergência de situações vivenciais. Ela escreve que, mesmo sendo formada por grupos heterogêneos, essa coletividade de trabalhadores pobres, sejam eles escravizados, ex-escravos, indígenas, pequenos agricultores mestiços, brancos etc. estavam em situações muito parecidas, ela fala que: “Nestas condições, a precariedade das condições de vida reunia e aproximava escravos e livres pobres, de tal modo que ambos dividiam os mesmos espaços de trabalho e moradia e estavam sujeitos às vontades dos proprietários de terras.”⁹⁰ As condições, a qual a citação anterior se refere, diz respeito ao fato de essas pessoas, livres ou não, estarem ligadas a algum senhor influente, seja ele proprietário de terra, comerciante, militar, ou outra ocupação que lhe proporcionasse distinção. Esses laços formavam uma rede de dependência que tinha como centro um indivíduo cuja influência se destacava dos demais homens comuns.

Emy Falcão Maia Neto, em sua tese, coloca que dado o fato de nossa constituição histórica ser baseada na escravidão, uma classificação inflexível entre trabalho livre e escravo não nos ajuda a entender os “laços escravistas” presentes nas relações de trabalho. Ela alerta que os dois grupos, apesar de juridicamente distintos, estavam quase sempre sob as mesmas circunstâncias. Os ditos livres eram tratados de tal forma que sua vivência no campo do trabalho não era condizente com seu *status* jurídico.⁹¹

A posição de dependente estava colocada e, logo, a utilização de sua mão de obra para fins não necessariamente identificados com suas necessidades seria posta em algum momento, independentemente de serem livres ou não, a situação de pobreza trazia uma conta que logo seria cobrada. Como parece ter sido (ou tentado) em Baturité, no ano de 1882. Na transcrição das falas de alguns vereadores com o presidente interino da Câmara Municipal de Baturité, fica evidente a tentativa de utilizar o trabalhador pobre de uma forma bem direcionada:

⁹⁰ MAUPEOU, Emanuele Carvalheira de. **Cativeiro e Cotidiano num Ambiente Rural, O Sertão do Médio São Francisco- Pernambuco (1840-1888)**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social do Norte e Nordeste o Brasil, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008, pag. 108.

⁹¹ MAIA NETO, Emy Falcão. Cartografias da água: territorialidade, políticas e usos da água doce em Fortaleza (1856-1926). 2015. 268f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2015. Pag. 140.

O Sr. Presidente interino: - Apois eu preponho que se dê orde ao subdelegado para empregar o povo baixo...

O Sr. Albuquerque Maranhão: - Não pede emprego para os altos, talvez reparando em si próprio.

O Sr. Presidente interino: - Perdão, o nobre colega ou não me compreende, ou não faz que me não quer comprehender.

Quando digo povo baixo, me arrefiro ao povo da calassia inferior, ao povo da mais baixa esferia da sociedade.

O Sr. Regis; - Bonitéles, bem espilicadéles.

O Sr. Presidente interino: - Cuma eu ia dizendo: esse povo da baixa calassia deve ser obrgado a um traiaio obrgatoiro, cuma *verbo gracia* ao de se fazê-se teia e tyjolo para se alevantá-se casas de edifícios pubricos.

O Sr. Zé Tiburcio: - E a lagoa do Zé Félix que tem muito bom barro.

O Sr. Pedro Imaginario: - Concordo com o colega, e pode contar com o meu voto; mais, porem, há de primittir que alguns desses povo se ocupe em tirar madeira, que possam baratiar o geno de meu offiço....⁹²

No diálogo acima, propõe-se que haja o emprego dos mais pobres em obras de interesse público, de forma obrigatória. O responsável por empregar essa força de trabalho seria o subdelegado, o que nos leva a pensar que a força física também poderia ser utilizada em algum momento, desde que julgassem necessário. Vê-se nitidamente a tentativa de impor um trabalho forçado aos mais pobres, por parte do poder público. O emprego não seria apenas em ramos que beneficiassem a cidade, mas também em atividades que contribuíssem para o alcance de objetivos privados, como derrubar a mata de um terreno, a fim de extrair madeira e limpar o solo para eventuais atividades agrícolas. Cabe ressaltar que a proposta foi aprovada. Esse cenário, de imposição e momentos de não distinção entre público e privado, é discutido por Fernandes Lobo⁹³. A partir da análise do Jornal de Taubaté, ele chega ao seguinte pensamento:

O uso da mão de obra escrava, na maior parte da história do Brasil, deixou marcas profundas na sociedade brasileira que acabaram também, por moldar o liberalismo republicano, marcado, além da indistinção entre público e privado, como vimos, também pelo patriarcalismo autoritário, que traduz diferenças e desigualdades no registro de hierarquias que criam a figura do inferior que tem o dever da obediência [...] (LOBO, 2013, p.51)

Percebemos que a visão expressa no jornal baturiteense, que não era o pensamento do proprietário dele (no caso, são as falas dos vereadores), traz uma série de pontos interessante, um deles, ainda não mencionado, é frisado por Fernandes Lobo na passagem citada: há o estabelecimento da “figura do inferior”, que deve obedecer. Logo, há quem exerça o poder de mando. No caso da deliberação na câmara, os inferiores são o “povo da calassia inferior”, o “povo da mais baixa esferia da sociedade”. Quem manda: os políticos locais, quase sempre os mesmos que possuíam as terras e os meios de sobrevivência local. Algo próximo ao apontado por Laura de

⁹² A Onda, Baturité- Domingo, 4 de junho de 1882, n 10, pag 2.

⁹³ LOBO, Renato Fernandes. **Representações sociais da Pobreza e da Caridade no Jornal de Taubaté (1889 e 1935)**. Projeto de Pesquisa (mestrado). Universidade de Taubaté. Taubaté-SP, 2013.

Mello e Souza, citada na introdução, quanto a *desclassificação e classificação social*, estudada na sociedade colonial.

A iniciativa dos vereadores locais está inserida em um contexto mais abrangente, que nos leva até meados do século XIX. Uma iniciativa, em particular, nos chamou atenção: o presidente da província do Ceará, João Silveira de Souza, ainda em 1858, propôs a criação de um regulamento voltado a criação de “companhias auxiliadoras da agricultura e obras públicas”. Cabe salientar que o tal regulamento foi autorizado pela Assembleia da província.

O regulamento em questão, de número 38, possuía cinco artigos, organizados em quatro capítulos e mais as “disposições gerais”. Esse documento previa um tipo de estruturação para essa companhia aos moldes das forças militares, com foco em hierarquia e disciplina. O desejo era que essas organizações estivessem presentes em todos os municípios da região. Os principais cargos voltados ao controle dos trabalhadores estariam sob a responsabilidade de um capitão, um sargento, um alferes e dois cabos. No artigo quinto, há as vedações e, logicamente, o grupo alvo apto a entrar nessa organização:

Art. 5. O pessoal das companhias de trabalhadores será composto de homens livres que não tenham nenhuma das isenções seguintes:

§ 1. Ser menor de 18 anos ou maior de 50, ou sofrer molestia ou aleijão que o inhabilite para o trabalho.

§ 2. Ter propriedade, emprego ou industria de que tire meios de decente subsistencia.

§ 3. Ser mestre, official, ou aprendiz de qualquer officio mecanico.

§ 4. Ser patrão, mestre, ou remeiro de canôa, ou embarcação de qualquer especie.

§ 5. Ser feitor de estabelecimento agricola, ou de fazenda de gado.

§ 6. Ser pescador incorporado a alguma companhia, ou associação de pescaria.

§ 7. Achar-se engajado por contracto escripto como famulo, ou para qualquer outro serviço util.

Art. 6. Para que aproveitem as isenções acima referidas é necessario que os individuos que as alegarem, se achem empregados ou se ocupem effectiva e habitualmente nos diversos misteres ou serviços ahi mencionados.

Art. 7. Todos os mais individuos que não estiverem em algumas daquelas circunstancias serão alistados em cada districto, ou lugares delles em que o devão ser, na fórma deste Regulamento.⁹⁴

Fica claro que o público-alvo são aqueles que não possuíam uma ocupação definida, cuja idade e disponibilidade permitia sua utilização em atividades que beneficiasse a produção local. A exclusão de proprietários, mestres, oficiais, feitores e outras ocupações pré-estabelecidas direcionam essa companhia a englobar uma gama de trabalhadores pobres, cuja ocupação depende de um conjunto de variáveis, como o clima e terras disponíveis, assim, muitas vezes, deixavam-os em períodos sem “serviço útil”. Em uma modificação posterior, será incluído os menores de 18

⁹⁴ PROVÍNCIA DO CEARÁ. Regulamento N. 38, de 2 de janeiro de 1858, p 293-294.

até 14 anos que “estiverem em estado de trabalhar, sejam órfãos ou não, e cujo pais, tutores ou curadores não possam dar-lhes educação regular ou ocupação útil e decente.”⁹⁵

Para utilizar os serviços dessa organização era preciso elaborar um requerimento e entregar aos comandantes. Um dos requisitos para tal era oferecer garantias de que iriam respeitar as cláusulas do contrato. Caso não fossem cumpridas, os locatários seriam obrigados a pagar uma multa, já os trabalhadores que não cumprissem o contrato poderiam ser presos. Apesar de livres, o trabalho era compulsório. Eles não podiam sair dos distritos sem autorização dos superiores, podiam ser presos, e mesmo que fossem autorizados a saírem, o local de destino também podia lhe requisitar o trabalho⁹⁶

A caracterização das pessoas aptas ao serviço nas companhias auxiliadoras nos leva às pessoas livres, mas essa mesma condição não era levada em consideração se houvesse a necessidade de mão de obra solicitada por particulares ou para a serventia do Estado. A contradição imposta ao trabalhador era: ser livre, mas obrigado a trabalhar para outro. Isso diz muito sobre o tipo de mentalidade da elite política presente na província do Ceará nesse período. Sem mencionar os escravizados que, oficialmente, eram obrigados a se submeterem as condições de trabalho que seus proprietários julgassem adequadas.

A presença dessa organização, utilizada para auxiliar particulares, não foi identificada em Baturité, pelo menos não nas fontes utilizadas nesse trabalho. No entanto, o esforço político a nível provincial, para criar esse aparato legal, dá-nos a dimensão do tipo de situação a qual os trabalhadores pobres no Ceará estavam sujeitos no campo do trabalho.

Foi em Baturité que, utilizando-se do meio de comunicação disponível, uma preocupação foi exposta. No jornal *A Onda*, um escritor anônimo aponta para a falta de mão de obra para a lavoura, apesar de, segundo ele, haver braços suficientes no país. Para o autor não identificado, “as necessidades mais urgentes da lavoura são: a falta de braços, de capitais e desenvolvimento da instrução. Aquelles são reclamados e esperados do estrangeiro, quando no paiz os ha com abundancia...”⁹⁷. Esse tipo de preocupação contribuiu para que as autoridades públicas, tanto de nível local como nacional, desenvolvessem mecanismos que direcionassem a massa de trabalhadores pobres para “participarem” da produção, mesmo que sob condições alvo de críticas

⁹⁵ PROVÍNCIA DO CEARÁ, Regulamento N. 40, de 3 de novembro de 1858, Leis Provinciais op. Cit., Tomo III, p, 332.

⁹⁶ O artigo 38 estabelecia o seguinte: “Todo trabalhador que sahir de seu districto para outro com licença, a qual lhe servirá de guia, será considerado addido á secção do lugar para onde fôr, para o que apresentará a mesma licença ao commandante respectivo”. In: *Ibid.* p.301.

⁹⁷ *A Onda*- Baturité, Domingo 2 de abril de 1882, nº 3, pag.1

constantes por parte de quem trabalhava. Dentre essas iniciativas estava a já mencionada companhia.

O tipo de trabalho no qual as pessoas livres estavam submetidas as colocavam em situações de penúria, que as aproximavam dos escravizados. Essa era a percepção do mesmo autor anônimo, na continuação de seu texto no jornal. Ele escreve o seguinte:

A lavoura, porem, precisa passar por uma transformação. A substituição do braço escravo pelo livre, com critério prudência e sem graves prejuízos, é de maior importância [...] Ha uma crensa que o brasileiro é indolente e preguiçoso, engano manifesto, o brasileiro é orgulhoso unicamente e não deseja ser criado de servir; constituam-se colonias com regimem militar, faça-se o recrutamento para a lavoura do modo porque se faz para o exercito.⁹⁸

Ao mesmo tempo em que ressaltou a disponibilidade do trabalhador brasileiro, desde que o tratem de forma digna, o trecho citado propõe a criação de colônias de trabalho sob o regime análogo ao militar, ora, se quem trabalha o faz por vontade própria, por que a necessidade de haver um recrutamento, com regras e uma dinâmica de serviço que precisa ser imposta, sob ameaças as mais diversas e penalidades em caso de descumprimentos?

Ainda com relação a passagem, há a crítica ao tipo de labor que não se deseja e o apoio a outros tipos, mas os relatos que sinalizam para as condições de trabalho capitaneados por autoridades públicas não são muito animadoras. A título de exemplo temos o ocorrido no lugar chamado Volta, onde ocorreram dois acidentes fatais com quatro trabalhadores, dois foram esmagados por descarrilamento de um veículo na linha do trem, e outros dois foram pegos em uma explosão feita em uma quebra de pedras⁹⁹. Levando-se em consideração a penúria das atividades,, é de se supor que os trabalhos eram feitos sem a proteção necessária, sujeitando os trabalhadores a riscos constantes.

Tyrone Apollo Pontes Cândido, em *Os Trilhos do Progresso: episódios de lutas operárias na construção da Estrada de Ferro de Baturité (1872-1926)*, expõe a percepção de que os trabalhadores empregados nas obras públicas, à época, eram vistos como mão de obra barata. Essas pessoas, “passaram a contrair, sob pressão da miséria e do controle estatal, relações de trabalho que, em muito, se aproximavam da escravidão”.¹⁰⁰ Visando o básico para sobreviver, esses “indigentes” trocavam sua força de trabalho por alimentos e roupas. Suas atividades foram efetivadas em circunstâncias, descritas por Tyrone, como degradantes em muitos momentos.

⁹⁸ *Ibidem*, 1882, pag. 2

⁹⁹ A Ordem- Baturité, Domingo, 5 de setembro de 1880, nº 52, pag. 3.

¹⁰⁰ CÂNDIDO, Tyrone Apollo. *Os trilhos do Progresso: episódios de lutas operárias na construção da Estrada de Ferro de Baturité (1872-1926)*. *Trajatos*. Revista de História da UFC. Fortaleza, vol. 1, nº 2, 2002. pag. 85.

Ressaltamos, no entanto, que a iniciativa estatal de empregar e gerir a massa de trabalhadores, nas diversas circunstâncias, podia ser requisitada pelo próprio povo, ou pelo menos por quem se dizia seu porta-voz. Em um artigo, sem o nome do autor, publicado em um jornal sob o título “Não ha quem nos valha” é escrito em tom de cobrança que o poder público fosse o responsável pela oferta de trabalho e meios de vida para os pobres necessitados. Há o seguinte parágrafo: “Si o governo não pode, quem poderá entreter esse povo, alimentando-o mesmo escassamente, como tem sido? Si o governo não lhe dá, quem lhe dará trabalho, de que tire o mesquinho pão para subsistir, até que o tempo o favoreça?”¹⁰¹. Mais a frente, nesse mesmo artigo, o redator até propõe que o governo faça uma colônia em uma fazenda na Canafístola, atual Antônio Diogo, distrito de Redenção. Essa propriedade, doada pelo Comendador Luiz Ribeiro da Cunha, seria usada para empregar cerca de oitenta turmas que seriam demitidas. Além desse terreno, ainda haveria uma outra área mais ao sudeste, entre o “Choró e Pirangi ha quase duas, sinão mais léguas de terra devolutas de criar e plantar [...] para muitas famílias pobres que podem formar uma não pequena cidade”¹⁰². Apesar de não estar expressamente escrito, pelo contexto das falas, cremos que essas turmas a serem usadas na ocupação dessas áreas estavam sendo usadas nos trabalhos com a estrada de ferro.

Não somente o Estado, enquanto um corpo organizado, entendia que deveria haver o domínio do trabalhador, a fim de explorá-lo com mais eficiência. Pinheiro faz uma distinção, em que os mecanismos utilizados para subjugar os grupos subalternos são divididos em duas vertentes: os que se utilizam da intervenção do Estado, e os que não fazem uso dessa intervenção¹⁰³, pelo menos não de forma direta. Os particulares, bem como outras instituições, também tinham seus mecanismos para interagir com os trabalhadores pobres, da maneira que mais lhes trouxessem benefícios.

Aos olhos do Botânico Freire Alemão, em seus manuscritos, os homens com certa riqueza local exploravam os lavradores locais, através dos empréstimos com juros exagerados. Essa prática tinha, dentre suas justificativas, a pouca confiança de quem emprestava sobre quem recebia o empréstimo. Segue o relato:

Ouvi calcular-se em 1.500, a 2.000 o número de habitantes da vila de Baturité; são em grande parte brancos ou mamelucos; geralmente pobres; há porém já bastante sujeitos que possuem uma fortuna boa para este lugar; mas acumulada principalmente à custas dos lavradores, a quem emprestam dinheiro com juros, e condições pesadíssimas. Êste estado é sem dúvida devido, da parte do que dá à pouca confiança, que lhe inspira o que toma; e da deste, à sua ignorância, e imprevidência. Tem a gente de Baturité adquirido má fama; foram sempre considerados como homens trampolinas, de má fé, maus pagadores, e jogadores; mas, ajunta-se, não são matadores. Não sei o que há

¹⁰¹ A Ordem- Baturité, Domingo, 7 de março de 1880, n° 26, pag 1-2.

¹⁰² *Ibidem*, pag 2.

¹⁰³ PINHEIRO, 1989/1990, pag. 214.

nisso de verdadeiro; mas a usura dos comerciantes é devido como já disse à besteza dos lavradores. (ALEMÃO, 1964, pag.341)

A estratégia usada, a elevação dos juros dos empréstimos, fazia da dependência financeira um meio de prolongar a exploração do trabalhador, pois a ele era colocado condições pesadíssimas de quitação das dívidas. Sem escolha, pois geralmente não tinham mais a quem recorrer, aceitavam os termos mesmo que a contragosto.

Os homens de melhores condições, que forneciam os empréstimos, não por coincidência, também detinham em sua posse, uma quantidade significativa da terra fértil disponível, o que lhe propiciava mais poder a ser usado no controle sobre o pequeno lavrador. Pinheiro salienta: “As evidências sugerem que a principal estratégia utilizada pra submeter o homem livre foi controlar seu acesso à terra”¹⁰⁴ Não é sem motivo a constatação feita em um Discurso Manifesto, exposto na parte chamada “Transcrição”. Em um de seus parágrafos, há a afirmação de que a concentração de terras gerou miséria, servilismo e privilégios para poucos¹⁰⁵. O controle da terra significava não só a possibilidade de oferta de trabalho, mas também o acesso a lagoas, açudes e rios (ou suas nascentes), ou seja, a água tão escassa em momentos de estiagem e tão necessária para as atividades diárias.

Além do acesso à terra e ao dinheiro, a religião se fazia presente como um outro mecanismo. Através de seus agentes, a pregação cristã era utilizada para justificar e convencer, em certa medida, o homem pobre livre a se sujeitar às condições de trabalho. Foi a partir de meados do século XIX, como aponta Pinheiro¹⁰⁶, que a religião foi utilizada como instrumento persuasivo em prol da aceitação, por parte dos trabalhadores pobres, de um tipo de relação de trabalho em que a submissão, diante de regras e disciplinas rígidas, era a tônica. Na construção da linha férrea, esse tipo de iniciativa foi levada adiante em um caso específico envolvendo o engenheiro Pinkas. O que de certa forma surpreende é a relação direta entre a atuação do líder religioso e o engenheiro em questão.

Há na 2º secção da via-ferrea de Baturité- um capellão, que figura nas folhas de pagamento com o ordenado de 90\$000 reis mensaes, sob o titulo de administrador geral. Isto é uma ladroeira. A via-ferrea não póde ter capellão, e nem há verba para isso. O que o Sr. Pinkas quer é ter um costas quentes, assalariado para o defender; um padre chistão que louve os seus actos de bestialidade praticados contra os nossos desventurados patricios, e aconselhe da tribuna sagrada obediencia cega a esse monstro de forma humana.¹⁰⁷

¹⁰⁴ PINHEIRO, 1989/1990, pag. 210

¹⁰⁵ O parágrafo diz: “A concentração da propriedade produziu sempre o servilismo e a miséria de populações inteiras, contrastando com a confortabilidade e riqueza de alguns escolhidos” In: A Ordem, Baturité- Sábado, 25 de dezembro de 1880, nº 67, pag. 3.

¹⁰⁶ PINHEIRO, 1989/1990, pag. 224

¹⁰⁷ A Ordem- Baturité, Domingo 15 de fevereiro de 1880, nº 23, pag.2.

A denúncia partiu de um julgamento de quem escreveu a passagem. Para ele, a vinculação monetária entre o capelão e o tal Pinkas não era eticamente aceitável. A interpretação das sagradas escrituras estaria errada e contaminada pelos interesses mundanos do sacerdote. O interesse do engenheiro pelos serviços no campo espiritual dos trabalhadores expõe as intenções voltadas para o aumento do engajamento dos empregados nos serviços propostos.

A vinculação entre religião e trabalho era uma constante no período. O Padre Ibiapina¹⁰⁸, atuante no Nordeste por mais de quinze anos (1860-1875), desenvolveu um trabalho com base na pregação e construção de obras, como igrejas, cemitérios e açudes, em diversas localidades. Para combater o pecado, segundo o padre, era preciso mortificar o corpo, e isso se dava principalmente através do trabalho.

Nas Casas de Caridade, construídas sob a liderança de Ibiapina, havia um regulamento composto por alguns artigos. Neles estavam alguns objetivos, dentre eles a centralidade do trabalho e a preparação para ele. Era preciso ter amor ao trabalho para ser aceito:

Art. 1- Têm dois fins as Casas de Caridade desta instituição, e vêm a ser a educação moral e o Trabalho.

Art. 3- A primeira educação das órfãs é ler, escrever, contar, aprender a doutrina cristã e cozer. Finda esta educação entrarão nos trabalhos manuais como tecer panos, fiar nos engenhos, fazer sapatos e qualquer gênero de indústria que a casa tenha adotado. [...]

Capítulo II.

Art. 6- As mulheres para o trabalho não serão logo definitivamente aceitas, mas estarão na Casa como em noviciado de 6 meses para provarem sua conduta, amor ao trabalho e verdadeira religião.

Art. 7- Serão, também ensinados em doutrina e a ler nas horas vagas do trabalho.¹⁰⁹

Além do trabalho, teria o ensino moral, formando um caminho aceitável para eliminação, ou suavização, do caráter degradante do trabalho, seja ele qual for. As pregações do padre transformavam o trabalho em um caminho para a salvação; nesse cenário, “Seo prazer, sua felicidade neste mundo é sofrer, destruir-se, iniquilar-se e morrer a tudo que é sensível, a fim de ganhar os sagrados Corações de Jesus e Maria...”¹¹⁰. Podemos supor que essas pregações, feitas diante de multidões, impactavam os trabalhadores, incorporando as mensagens como mandamentos.

¹⁰⁸ Sobre Ibiapina: MARIZ, Celso. **O Apóstolo do Nordeste**. Paraíba, Ed. UFPB, 1980.

¹⁰⁹ Estatuto para as Casas de Caridade, apud Pinheiro, Irineu, op. Cit., pag. 150.

¹¹⁰ Hoornaert, Eduardo (org.). Crônicas das Casas de Caridade Fundadas pelo Padre Ibiapina. São Paulo, Loyol, pag. 47.

3.2 Pobreza e Progresso.

O Ceará, no final século XIX, foi tomado por um ímpeto de modernização que orientou as tomadas de decisões e a construção de planos visando transformar a província. Dentre as iniciativas levadas a diante pelo poder público, em “parceria” com o setor privado, podemos citar a construção de praças, telégrafos, portos, linhas férreas, dentre outros. A essas mudanças, estava atrelada a utilização da mão de obra dos mais necessitados e ao uso baseado no controle e na exploração. Dificuldades foram encontradas no relacionamento com os trabalhadores, principalmente porque visava-se alterar o tipo de trabalho proposto, como coloca Tyrone Apollo Candido¹¹¹. A conversão do trabalhador para atender os novos objetivos era problemático:

[...] o patronato rural do século XIX enfrentava as dificuldades de ter de converter em trabalhadores produtivos uma população apenas virtualmente passível de se construir em mão de obra adequada às necessidades da economia agroexportadora em formação. Por volta de meados do século, as mudanças verificadas na economia provincial, particularmente aquelas relativas ao domínio da exportação de determinados produtos agrícolas, tais como o café, o açúcar e, principalmente, o algodão, resultaram numa maior pressão sobre o proletariado rural para se adequar às novas necessidades do mercado capitalista, a cada dia mais presente nas relações de produção sertanejas. (CANDIDO, 2015, pag. 169)

As mudanças, as quais Tyrone assinala, almejaram alcançar um estado de produção material nunca visto na província, mas que implicava na construção de uma infraestrutura que servisse de suporte para essa produção. A base material, os suportes físicos, bem como os investimentos para esse fim, eram uma questão central que, no entanto, contrastava com a rusticidade com que boa parte da população vivia. Em certos casos, a precariedade das construções era preocupante como as igrejas em alguns pontos da província. A Igreja Matriz de Baturité, por exemplo, além de estar em péssimas condições, “não tem ornamentos decentes para as funções diárias do culto[...] quase tudo falta, já não digo a pompa e magnificência, que devem atestar o profundo respeito, que se tem ao Creador, porém mesmo ao asseio e decência do culto.”¹¹² Apesar dessa realidade não tão animadora, o projeto modernizador deveria continuar focando na produção da província.

Produzir mais e melhor era o primeiro passo, outros deveriam ser dados. Dentre eles, as vias de comunicação e os meios de transportar mercadorias e pessoas estavam no “radar” das políticas modernistas.

¹¹¹ CANDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Sertão proletário: Pobreza, Paternalismo e Trabalho no Ceará Oitocentista. **SAECULUM- Revista de História** [33]. João Pessoa, jul/dez. 2015.

¹¹² Relatório do presidente da província do Ceará, 1851, pag. 40. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1853&item_id=3107#?h=1853&c=4&m=15&s=0&cv=1&r=0&xywh=132%2C0%2C1990%2C2993. Acessado em 21 de maio de 2021.

A linha férrea, como coloca Reis¹¹³, foi um dos principais empreendimentos dessa leva, pois era, em si, um símbolo de progresso e podia trazer, com seu funcionamento, um incremento nos setores do transporte e da comunicação. Intentava-se diminuir as distâncias no interior da província, contribuindo no escoamento da produção, na movimentação da população e na otimização da burocracia estatal. Elas, as linhas férreas, bem como o desenvolvimento de outras tecnologias, também estavam inseridas no desejo de centralização política do país, no segundo reinado, mas isso é tema para outros debates.

Como plano de fundo, havia um desejo de adequar-se aos parâmetros de modernidade expressos pela Europa ocidental. A reestruturação deveria atingir a nação como um todo, e ser conduzida pelos seus homens esclarecidos. Herschmann & Pereira¹¹⁴ coloca que esse sentimento estava presente tanto na elite política mais “progressiva” quanto em parte significativa da comunidade de cientistas da época. Esses grupos defendiam a necessidade de civilizar o país. Isso passava pelo implemento de reformas e na regeneração de uma parcela considerável da sociedade, cujo aspecto em comum era a pobreza e falta de instrução. Um ponto interessante é que os grupos vistos como não civilizados eram assim percebidos devido suas ações tidas como contestáveis por serem contrárias a lei ou associadas as práticas “selvagem” pouco polidas. No entanto, boa parte dessas ações reprováveis também eram levadas adiante por autoridades. Uma delas, citadas algumas vezes nos jornais, era a prática de jogos proibidos¹¹⁵. Até mesmo os homens com mais destaque podiam ter costumes pouco exemplares, como os comerciantes que tentavam subornar os fiscais e demais autoridades relacionadas ao seu trabalho.¹¹⁶

O objetivo era, como dissemos, a Europa, torna-se uma, só que nos trópicos, e com características próprias. Um dos meios para se chegar a essas reformas, era a utilização da ciência e da técnica, também importadas das terras do além-mar. Um dos países mais citados localmente era a França, não somente em seus aspectos político-econômicos (o ideário da Revolução Francesa era citado com frequência), apresentados através da exposição dos principais acontecimentos dessa região, mas também em termos de referência de cultura e consumo:

Hontem, á passeio por uma das ruas desta cidade, a confrontar-me com certa casa, casualmente parei, e ouvi uma voz, que só parecia ser de moça: - Papai, ahi vem o

¹¹³ REIS, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez. **O Espaço a Serviço do Tempo: a Estrada de Ferro de Baturité e a Invenção do Ceará**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidade, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social. Fortaleza, 2015

¹¹⁴ HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

¹¹⁵ No “Corre na cidade” há a seguinte passagem: “que o publico está vendo com maus olhos uns jogos em casa de certas autoridades! Bem disse o Visconde de Araguaya- ‘A corrupção dos povos nasce do Alto!’”. In: *A Onda-Baturité*, Domingo 15 de abril de 1883, nº 3. Pag. 4.

¹¹⁶ *A Ordem- Baturité*, Domingo 29 de agosto de 1880, nº 51, pag. 4

mez mariano, precisa comprar-se 31 vestidos, 31 pares de botinas, 31 grinalda de flores, 31 veos, etc !!! Tudo ao meu ver é animação: - não há uma só moça que queira repetir a *toulet* (?) da 1º noute, sempre no variadíssimo gosto de Pariz!¹¹⁷

É com base em países como Inglaterra e França, símbolos do que havia de melhor e mais moderno, que o país buscava sair de seu atraso. Essa percepção, tão difundida a ponto de direcionar até mesmo as escolhas no mundo da moda baturiteense, influenciou na tentativa de diminuir a quantidade de braços nas atividades agrícolas e industriais, pois julgava-se que a substituição de trabalhadores por máquinas era um dos caminhos para se alcançar um salto quantitativo e qualitativo na produção.

Porém, havia aqueles que criticavam essa noção de progresso. Do modo como estava sendo feito, algumas pessoas ressaltavam também os aspectos negativos, como o esquecimento do que é bom e do que era produzido pela própria nação. Atribuía-se muito valor ao que existia lá fora e nada faziam para valorizar as nossas glórias. Somos uns imitadores do que vem de fora, segundo o seguinte relato de um escritor não identificado: “Os brasileiros são assaz defeituosos; são uns macacos, uns imitadores. Esquecem as glórias nacionais para festejar as estrangeiras”¹¹⁸. No parágrafo seguinte, o escritor indignado noticia que o marques de Pombal determinou o fechamento das oficinas de ourives, além de outras medidas prejudiciais para o país.

Em Baturité, mais especificamente na região serrana, os restos do passado ficavam visíveis, como que lembrando aos moradores que as mudanças sempre deixam um rastro desagradável, pouco louvável. Freire Alemão cita as ruínas das construções voltadas ao cultivo da cana, falando da mudança de foco para o café nessa região, ele diz o seguinte: “Quando começaram a abrir aqui, era pra fazer roças de mandioca, e legumes; depois começaram a plantar cana, e se fizeram engenhocas, que estão hoje caindo em ruína porque agora trata-se mais do café.”¹¹⁹ O almejado progresso significava a superação do que outrora era próspero, mas que por algum motivo deixou de sê-lo. Um tipo de morte acontecia para que o novo pudesse surgir.

Apesar dessa crítica, e de outras de mesmo teor, a tentativa de construir cópias do que lá fora era glorificado passou a ser a tônica, seguiu ditando as medidas modernizadoras. Notadamente, o avanço tecnológico, principalmente aquele verificado no campo produtivo, era almejado em terras nacionais.

O presidente da província cearense, Joaquim da Costa Barradas, em 1851, informa sobre a distribuição de máquinas inovadoras de “fornear” farinha, a serem distribuídas nos municípios. Segundo ele, era preciso aumentar e melhorar a produção de farinha através da utilização de

¹¹⁷ A Onda- Baturité, Domingo 16 de abril de 1882, nº 5, pag.1.

¹¹⁸ A Onda- Baturité, Domingo 22 de abril de 1883, nº 4, pag.1.

¹¹⁹ ALEMÃO, 1961. pag. 344.

maquinário porque “só assim diminuindo o emprego de braços poderá esse genero baratear no mercado, e ser procurado para exporta-se.”¹²⁰ Em tom de conquista, ele ressalta os benefícios que virão com essas aquisições.

Além da diminuição da quantidade de trabalhadores, era preciso modificar o tipo de técnica de trabalho empregado pelos pequenos agricultores. A relação destes com a natureza seguia um ritmo e uma intensidade própria, determinada pelos ciclos de chuva, estações do ano, relevo, disponibilidade ou não de terras férteis, dentre outras variáveis. Essa situação de dependência em relação ao meio ambiente, não fornecia um cenário animador para quem desejava aderir ao modo de produção capitalista.

A decisão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de formar uma expedição científica a fim de estudar a geografia e as potencialidades naturais e humanas, no interior do país, está inserida no âmbito dessas ações em prol do desenvolvimento do capitalismo nos locais tidos como mais atrasados. Pelo menos é essa a análise que faz Antônio Luiz Macedo¹²¹. Ainda, segundo ele, o fato de haver, nessa expedição, apenas pesquisadores brasileiros e naturalistas contribuía para o discurso cientificista, e este, na medida que era respaldado pela máquina estatal oficial, deixava claro o tipo de mentalidade que naquele momento estava sendo adotada pelo Brasil. Era também um recado para as demais nações.

Segundo Paulo Roberto Rodrigues¹²², esse novo modo de produção tão desejado possuía um ritmo próprio, acelerado, diferente da vida rural. Era preciso adquirir um novo modo de produção, com técnicas avançadas, que permitissem ir além das limitações impostas pela natureza. Essa constatação foi feita pelo presidente da província, no ano de 1886. Ele então propõe mudanças no campo agrícola ao olhar para a forma como o agricultor trabalhava, segundo ele:

O agricultor brasileiro, como o de todo mundo, distingue-se pelo aferro aos costumes e a pratica em que foi educado; nasceu sob o domínio da foice e da enxada; sob aquelle regimen, seus antepassados atravessaram a vida; não confia em outros, falem-lhe nas maravilhas do arado, parecem-lhe contos das *Mil e uma noites*. O meio, pois, de convencil-o, seria pôr suas vistas uma fazenda- modelo- montada e lavrada segundo os processos da agricultura européia¹²³.

¹²⁰ Relatório do presidente da província do Ceará, 1851. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1851&item_id=3105#?h=1851&c=4&m=12&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1437%2C0%2C4761%2C3358 Acessado em 21 de agosto de 2021.

¹²¹ SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo e. Nota explicativa. In: ALEMÃO, Francisco Freira. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão**: Fortaleza -Crato, 1859. Fortaleza: Museo do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006, pag. 7-40.

¹²² SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. Revista **História em revista**. Revista do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade de Federal de Pelotas. Vol. 7. 2001

¹²³ Relatório do presidente da província do Ceará, 1886. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1886&item_id=3147#?h=1886&c=4&m=102&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1530%2C0%2C4930%2C3477. Acessado em 21 de agosto de 2021.

A proposta de criação de uma fazenda modelo, construída no intuito de ensinar ao pequeno trabalhador rural as técnicas mais eficazes de tratar a terra, se colocou como mais uma estratégia usada (ou tentada) para tirar a província do estado rudimentar a qual se encontrava. O presidente julgava que o tipo de trabalho usado para transformar a natureza não era o suficiente para atingir o progresso da província. A educação profissional era o caminho para viabilizar a troca dos ultrapassados instrumentos de trabalho usados pelo pequeno produtor rural.

Por educação entende-se, também, em grande medida, a superação do estado de pobreza pois seria ela, segundo o mesmo presidente, uma das barreiras que impedia o progresso do povo. Para Santana Glícia Menezes Maia¹²⁴, “o trabalho refletiria manifestações das relações de poder” pois ele trata da forma como os corpos são controlados e adequados para algum fim. Assim, não somente a natureza deveria ser dominada, o trabalhador também seria formatado para ser útil às pretensões modernistas, e para isso a educação profissional seria útil para tirá-lo desse estado de imersão com o meio ambiente. A educação obrigatória, visando o progresso do país, era defendida nos jornais baturiteenses¹²⁵.

Nesse embate com os agentes que impediam o dito progresso, a saber a natureza e os agricultores que se misturavam, o objetivo era a superação e a exploração de ambos. Em *História e Verdade*, Paul Ricoeur, já pontuava para o rompimento do homem com a repetição imposta pela natureza, incorporando-a a sua própria história¹²⁶. Como que cumprindo seu destino, usando de sua engenhosidade e seus atributos mentais, ele constrói e desconstrói em uma linearidade ascendente.

Para as elites políticas locais, o seu construir, por sinal, deveria ser capitaneado por algum grupo de melhores condições, detentores dos meios e da inteligência para tal; era assim que enxergava o escritor anônimo que incentiva as lideranças conservadoras a difundirem “a instrução do povo, moralizem-no que o mais virá naturalmente; e só deste modo teremos seguro o nosso futuro engrandecimento”¹²⁷. Claro, a depender do posicionamento de quem se comunicava, nossos guias rumo às mudanças trocaria de nome e de partido.

Barsanufio Gomides Bordes, escrevendo sobre a construção das linhas férreas no Brasil, frisava que esses empreendimentos, bem como os demais do mesmo gênero, “sempre estiveram

¹²⁴ MAIA, Santana Glícia Menezes. **Gênero e Trabalho no Maciço de Baturité: protagonismo, poder e artesanato de mulheres**. Dissertação (mestrado). UNILAB-Programa Interdisciplinar em Humanidades, Coord. do Curso de Mest. Interdisciplinar em Humanidades. Redenção, 2018.

¹²⁵ “A instrução obrigatória precisa ser lei do paiz. Todos sabem que a inteligência cultivada é um auxiliar da força, que a instrução do povo está ligada ao progresso material do paiz e mesmo a renda do Estado.” In: A Onda- Baturité, 2 de abril de 1882, n° 3, pag. 2.

¹²⁶ RICOUER, Paul. **História e Verdade**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968, p. 85.

¹²⁷ A Ordem, Baturité- Domingo 2 de maio de 1880, n° 34, pag. 1.

sob a tutela do poder de Estados ou de grupos econômicos e serviram de elemento modernizador e civilizador, segundo os interesses dominante”¹²⁸, logo, diante da diversificação das elites, se tem em mente que haviam jogos de poder presente nesse cenário, gerando um campo de disputa no qual os diferentes interesses (locais, provinciais e até imperiais) se digladiavam almejando concretizar a sua própria noção de progresso, possuindo como elemento em comum a necessidade de mudar o que estava posto.

Em última instância era o desejo de dominar que perpassava as ideias de progresso no final no século XIX. Um domínio a ser estendido aos trabalhadores, ferramentas necessárias para concretizar as aspirações de mudança. Esse era o futuro desejado, parecido com o presente de alguns países europeus, mas diferente da nossa então realidade.

Nas falas dos presidentes da província, durante o período, menciona-se com certa frequência o otimismo em relação ao futuro. Quando chegarmos lá, no tempo futuro, o que tínhamos apenas como uma riqueza em potencial, a saber, a nossa terra (apesar da aridez e das secas) e a força de vontade do nosso povo, se concretizaria e o passado (hoje, o presente) seria uma mera lembrança ruim do que fomos. A pouca produtiva da terra, em geral, podia ser superada pela força do trabalhador e pelos melhoramentos advindos de técnicas de cultivo mais modernas, assim acreditavam. Apesar dos apesares, havia regiões férteis naturalmente. O presidente Costa Barradas, em 1886, ressalta as regiões serranas como áreas a serem exploradas. Baturité, Uruburetama, Meruoca, Maranguape, Aratanha, Grande, dentre outras, são “frescas ou se prestam a cultura com pequeno trabalho”¹²⁹. Não aproveitar a fertilidade desses locais seria um erro. E um erro que tinha implicação não só nas contas provinciais, mas também no projeto modernizador, cujo centro, como já foi mencionado, era a agricultura.

A diferenciação entre presente e futuro era almejada por vislumbrarem as melhorias provenientes das ações que no presente foram tomadas. O que fica nítido é a tentativa de subjugar o vivido. Nesse vivido temos a natureza limitante e o trabalhador visto como atrasado, inadaptado. Como coloca Reis, “a superação do passado arcaico significava a superação da natureza, pois a modernização se instituiria na submissão da natureza pela cultura.”¹³⁰ No Ceará, o meio ambiente foi historicamente sinônimo de problema, porém até disso poderíamos tirar algo de bom:

A experiencia tem demonstrado que o Ceará resiste as maiores calamidades sem perder as forças vitais de progresso e engrandecimento. O cearense está habituado a lutar com a aridez de um sólo ingrato, com a inconstância das estações e com as sêccas periódicas, que reduzem os mais abastados a verdadeira miseria, entretanto estas difficuldades naturaes dão-lhe grande força. E das calamidades de toda espécie,

¹²⁸ BORGES, Barsanufu Gomides. Ferrovia e modernidade. **Revista UFG**. Ano XIII, nº 11. dezembro de 2011, pag. 28.

¹²⁹ Relatório do presidente da província do Ceará, 1886, pag. 85.

¹³⁰ REIS, 2015, pag. 68.

diz Bruyére, que nascem as descobertas e aparecem os inventos, retemperam o espirito e confortam o corpo. Confio, pois, muito na vitalidade da província¹³¹.

Na sequência da passagem, após louvar a força do cearense, o mesmo presidente reafirma a necessidade de construção de obras públicas, como açudes e vias de comunicação, no intuito de trazer melhoramentos para a província. Ele prossegue lamentando que a produção de café, açúcar e algodão estejam nas mãos de pequenos produtores que não dispõem das condições necessárias para dar conta do aumento da produção, sofrendo inclusive com os juros abusivos dos “capitalistas” fornecedores de dinheiro. Freire Alemão já alertava sobre essa prática, como foi apontado no tópico anterior.

Além das obras, o presidente exortava o aprimoramento das raças bovinas aqui presentes, a substituição do carneiro “comum” pelo “merinó”, aumentar a produção de queijo e manteiga, e principalmente diversificar a produção agrícola, adotando, por exemplo, a cultura do fumo em alguns lugares, como nas encostas da serra de Baturité e Acarape. Para isso cogitou-se ir até Cuba e trazer pessoas com experiência nesse ramo. Se trouxeram ou não essas pessoas, não encontramos na pesquisa. O que estava posto era a vontade de construir um futuro mais próspero, e o Estado seria um dos encarregados dessa tarefa. O *Relatório e Catálogo* de 1875, organizado pela “Comissão agenciadora de produtos da província do Ceará para a Exposição Nacional”, atribuiu, aos altos poderes do Estado, a responsabilidade de encontrar os caminhos para tirar a agricultura do abatimento em que se encontrava.¹³²

Um dos veículos que trariam a civilização seria, como dissemos, a atividade agrícola, modernizada, expandida e diversificada. Sendo a mola propulsora, a agricultura era exaltada como nosso diferencial, e os elementos que a envolvia eram tratados com centralidade no debate público. Em especial, se colocava a necessidade de mão de obra, e como a ausência desta (ou inadequação) atrapalhava nossa marcha. Segundo um escritor anônimo do jornal, “no dia em que o Brasil possuir braços suficientes, os paizes rivais serão esmagados”¹³³. Antes desse lamento, ele cita a produção de alguns países, comparando-os com o Brasil. José Augusto Pádua¹³⁴ frisou que a monarquia brasileira tinha como uma de suas principais bases a produção rural, cuja exploração pautava-se

¹³¹ Relatório do presidente da província do Ceará, 1886. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1886&item_id=3147#?h=1886&c=4&m=102&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1530%2C0%2C4930%2C3477. Acessado em 21 de agosto de 2021.

¹³² FEIJÓ, João da Silva. Relatório e Catálogo. Provincia do Ceará. Exposição Nacional. Fortaleza, CE: Typographia Imparcial de Francisco Perdigão, 1875. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1077/bndigital1077.pdf. Acessado em 21 de agosto de 2021.

¹³³ A Ordem- Baturité, Domingo, 20 de junho de 1880, nº 41, pag. 2.

¹³⁴ PÁDUA, José Augusto. Natureza e sociedade no Brasil Monárquico. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pa. 345.

em práticas predatórias e no uso dos recursos naturais com o melhor custo-benefício, o que podia nos colocar em pé de igualdade com outras nações. Mas isso só aconteceria com a mão de obra adequada.

Ter braços aptos a executarem os serviços era fundamental, mas problemático. Uma das saídas adotadas, inclusive para amenizar o fim da escravidão, foi incentivar a vinda de imigrantes. Por iniciativa de particulares ou do governo, a chegada de imigrantes era sempre vista com bons olhos. Em certo momento, o estrangeiro preferido era o português, já que tinha maior proximidade com os nossos costumes e com o nosso clima. Facilitar a entrada dessas pessoas “será um dos mais importantes serviços que se poderá prestar ao Ceará, fazer bem conhecidos os estrangeiros os seus recursos naturais, animando-se por todos os modos possíveis essa emigração”¹³⁵. No mesmo relatório, o presidente reclama da dificuldade para encontrar trabalhadores para lidar com a cana de açúcar. Solucionar o problema era uma questão central, e as possibilidades estavam sendo avaliadas.

A reclamação direcionada aos trabalhadores não era incomum. Sua condição enquanto indivíduo pobre, ignorante e sem instrução, era o espelho do que deveria ser superado, porém, não em sua totalidade. O aspecto submisso deveria ser preservado, pois sem ele não haveria o salto qualitativo tão almejado. Cabe salientar que essa imagem do trabalhador comum podia não corresponder a uma suposta realidade, e muito menos era a imagem que o próprio trabalhador tinha de si. Ela era exposta nos meios de comunicação e discursos oficiais, o que nos leva a pensar que era uma visão pertencente aos grupos privilegiados.

Pode-se dizer que é o grande problema do século, o objectivo de incessantes esforços dos legisladores e estadistas, mirando à preparar o homem para o melhor desempenho de suas funções, pelo aperfeiçoamento moral, desenvolvimento intelectual, hygiene publica, melhoramento dos indivíduos, e melhoramento da raça; o que, como reflete Tempels, significa o aperfeiçoamento do homem no corpo, espirito e coração; designa o objecto real do ensino popular, fazendo das faculdades instrumentos mais perfeitos para corresponderem à seu destino¹³⁶.

Localmente, a percepção de que deveria haver um aperfeiçoamento do trabalhador em benefício dos novos tempos, fez-se presente como uma necessidade não só para o engrandecimento da região, mas também para a elevação do povo. A instrução pública atenderia as necessidades da lavoura e do povo. Sendo que somente com um povo instruído a lavoura iria progredir¹³⁷. Porém,

¹³⁵ Relatório do presidente da província do Ceará, 1886. Disponível em: http://ddsnxt.crl.edu/titles/166?terms=1870&item_id=3128#?h=1870&c=4&m=55&s=0&cv=1&r=0&xywh=-93%2C-1%2C2152%2C3238. Acessado em 24 de fevereiro de 2022.

¹³⁶ Relatório do presidente da província do Ceará, 1886. Disponível em: http://ddsnxt.crl.edu/titles/166?terms=1881&item_id=3140#?h=1881&c=4&m=85&s=0&cv=1&r=0&xywh=-291%2C-1%2C2132%2C3207. Acessado em 24 de fevereiro de 2022.

¹³⁷ A Onda, 1882, nº 3, pag. 2.

o inverso também podia ser verdade: o progresso da agricultura levaria ao progresso do povo¹³⁸. O trabalho traria honra e dignidade. Logo, o não trabalho seria combatido e recriminado, assunto que trataremos no próximo capítulo.

No entanto, havia um outro obstáculo a ser superado. Ainda relacionado a mão de obra, a existência de cativos era uma mancha que permanecia na sociedade cearense. Apesar da proximidade de seu fim, pelo menos oficialmente, e das medidas já apontadas para amenizar seu impacto na produção da província, sua existência ainda era um fato na segunda metade do século XIX. Quanto a isso, Hebe Maria Mattos pontua que a persistência da escravidão, que privava de direitos civis e políticos uma parcela considerável da população, era incompatíveis com uma monarquia que se julgava liberal e constitucional¹³⁹. Perante os olhos dos grupos mais combatentes a existência de cativos nos impedia de ingressar no “mundo civilizado”. Em um texto exposto no jornal, lamenta-se a existência dos cativos e a inercia dos legisladores:

Nós, brasileiros filhos deste majestoso continente, desta natureza rica e luxuriante, espalhada por um céu de anil, onde tudo parece sorrir ás ideias grandes e generosas, não podemos, entretanto, fazer parte do mundo civilizado, porque de nossas mãos pende ainda o látigo infamante que tange os desgraçados cativos, cujo aviltamento é um acinte á nossa sabedoria, cujo resolver (?) é um desafio aos nossos legisladores, os quaes tudo pretendem reformar, mesmo o que há mais santo, com excepção, porém, dos costumes bárbaros e cruéis, que nos degrada¹⁴⁰.

Apesar dessas queixas e da vinculação entre abolição e civilização, o temor quanto a ausência dessa mão de obra e as consequências para a economia tomava conta da discussão dos governantes. Mesmo aceitando a abolição, por considerá-la correta, o processo de libertação era um dos temas em debate. Ser a favor do movimento não significava aderir a uma nova mentalidade, em que haveria uma situação de igualdade plena. Os libertos ainda eram colocados como cidadãos de segundo classe, não somente pela cor, mas também pela condição social, a pobreza. No diálogo abaixo, três vereadores de Baturité entram em discordância:

O Sr. L. Moreira: - Sr. Presidente. Achando-se livremente livre o manicipio do Acapare e constando que no dia 2 de fevereiro se forra a Pacatuba, nois deve temem cuidá nos nossos papeus em alibertar os nêgo cativos de Baturité promeio de 3 suciadade: uma de meninos...

O Sr. Bragança:- Não apoiado, e pido a palavra Srs. !

O Sr. L. Moreira; - Estranho no nobre cullega esse seu escravagismo contra nossos irmãos iguaus, quando até o cachorro é abolucionista.

O Sr. Bragança: - Perdão, eu não tenho nêgo, o que não posso atolerar é que se cri uma sociedade de fedeios; é para que ella Sr. Presidente ? Uma sociedade de vadios, o que vão fazer n'uma suciadade abulacionistra de liberdade, se não tem cum que compre um cigarro?

¹³⁸ “Para isso é preciso estudar as forças produtivas do paiz, elementos de sua prosperidade e grão da civilidade, servindo de baze para esta a instrução do povo In: A Onda. Baturité-Domingo, 26 de março de 1882, nº 2, pag.2.

¹³⁹ MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. – 2.ed. -Rio e janeiro: Jorge Zahar. 2004.

¹⁴⁰ A Ordem, Baturité- Domingo, 3 de outubro de 1880, nº 56, pag.4.

O Sr. Reges – O cullega é escracocratélles !

O Sr. Bragança: - Pelo contrario; eu não quero os fedeios, praque vejo n'elles um empisio uma desmuloisação para nois home da sociedade, um descrediu, um desconceito, um depreciamento em tudo e por tudo, praque menino é o diabo e o diabo não é gente !¹⁴¹

O reconhecimento da necessidade de libertação não se dava porque os escravizados “mereciam” a liberdade, e sim porque a presença dessa condição maculava a imagem dos “homens da sociedade”. A questão, para alguns, girava em torno do que representava a escravidão para os projetos de cada localidade. Na conversa entre os vereadores eles citam outros locais que libertaram os cativos, mas que o fizeram por conta própria de forma independente. O que os levou a tal ação merece um estudo próprio, quanto a Baturité, percebe-se que algumas pessoas, mesmo não possuindo escravos, tinham a preocupação quanto ao pós-libertação por não vislumbrarem boa coisa nesse estado. A passagem “o que vão fazer n’uma suciadade abulacionistra de liberdade” nos remete ao trabalho, a preocupação sobre qual seria a ocupação desse segmento. O medo em torno dessa transição já estava presente.

Caio Prado¹⁴² analisou a decadência do regime escravista apontando que a gradativa diminuição dessa condição desenvolveu uma “crise crônica de mão de obra”, acarretando um declínio da produção. Os setores cearenses contrários à libertação geral se utilizavam do medo de faltar mão de obra na agricultura de exportação, acrescentando que as migrações de homens livres para outras regiões cujas economias estavam em ascensão (como São Paulo e a zona amazônica), sugaria os trabalhadores para fora da província, o que potencializava a suposta falta de braços aptos ao trabalho. Apesar das questões levantadas quanto a interpretação de Caio Prado, já que outros estudos nos levam a outros caminhos interpretativos mais convincentes, elas são úteis para nos dar uma dimensão da questão e de como a escravidão e produção nacional estavam intrinsecamente relacionadas.

O que hoje fica claro é que havia trabalhadores suficientes para levar adiante o projeto modernizador, como assinala Peter Eisenberg¹⁴³. No entanto a falta de mão de obra também se fazia presente; isso se dava porque os trabalhadores não ficavam disponíveis para essas ocupações. Assim, engenhos de açúcar e plantações de café e algodão tinham suas atividades postas em riscos não pela falta de gente, mas sim porque estas pessoas não queriam executá-las. Havia uma preferência pela ocupação na pequena produção, aquelas fora da grande lavoura, cujas exigências eram menos severas e o regime de trabalho menos pedante.

¹⁴¹ A Onda, Baturité- Domingo, 1 de abril de 1883, n.º 1, pag. 3.

¹⁴² PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 17.ed. São Paulo: Brasiliense, 1974, pag. 201-202.

¹⁴³ EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pag. 174-175.

Mesmo diante dessas dificuldades, as rendas provenientes do café permitiram a criação de um grupo relativamente rico em Baturité. Segundo Tyrone, esse grupo constitui-se em uma “certa aristocracia rural [...] que logo se destacou como a mais importante região cafeeira do Ceará.”¹⁴⁴. Ainda segundo Tyrone, por volta da metade do século XIX, com a intensificação das medidas voltadas à agricultura de exportação no Ceará, “cresceu nesse período o comércio de produtos cultivados com a intensão de alimentar lucros de plantadores e comerciantes, fazendo avançar as fronteiras agrícolas sobre territórios antes dominados pela pecuária ou pelas culturas de subsistência.”¹⁴⁵ Um desses produtos foi o café, em Baturité, cujo plantio estendeu-se para outros lugares da província.

Cabe salientar que a própria imprensa se colocava nesse projeto. Retirado do *A Onda*, a passagem a seguir expõe uma concepção de como a sociedade deveria se organizar. Note o objetivo, o dito progresso, como o fio condutor da divisão do trabalho. A imprensa, nessa visão, teria a função de esclarecer o caminho a ser trilhado.

A imprensa- cumpre, pois, o seu dever, desde que convidar o homem ao trabalho, isso é, lucta perpetua do QUERO, e portanto POSSO. A imprensa cumpre o seu dever bradando, em nome do progresso, ao sábio: toma o livro, educa, ensina; ao artista; empunha o pincel e toma a tela; ao operário; corre á officina e trabalha.¹⁴⁶

Há a reafirmação do trabalho como caminho para o progresso. Essa afirmação constitui-se em um "dever" o qual a imprensa se incumba de levar a diante. Ao sábio, que ensine; ao artista, que produza arte; e ao operário, que trabalhe.

Tomando por base esse pequeno fragmento, percebemos a centralidade da noção de progresso. Estea invariavelmente estava atrelada a países mais desenvolvidos economicamente, como aqueles encontrados na Europa. A modernidade, colocada como sinônimo de progresso, tornou-se objeto de desejo expresso nos jornais. Isso era reflexo do que acontecia na sociedade brasileira da época, como um todo. Como coloca Reis, na passagem abaixo:

Toda a estrutura brasileira deveria corresponder à nação moderna que era projetada e desejada. E, para isso, segundo Herschmann & Pereira, “tanto cientistas como membros da elite política apregoavam, naquele momento, a necessidade de *reformular, regenerar, civilizar* a sociedade e o país”, tendo a Europa como referência de modernização e procurando estar equiparada a ela. Ciência e progresso, então, passavam a ser as palavras de ordem para produzir uma “cultura da reforma” no Brasil, no final do período Imperial, mas que perdurou e se aprofundou no Republicano. (REIS, 2015, p. 63)

¹⁴⁴ CANDIDO, 2015, pag. 170.

¹⁴⁵ *Ibidem*, pag. 170.

¹⁴⁶ A Onda, Baturité- Domingo, 7 de abril de 1882, nº 7, pag.1.

O desejo pela modernização, e as ações tomadas no intuito de alcançá-la, envolvia a utilização de mão de obra dos mais pobres. Estes deveriam ser utilizados pelos particulares e pelo Estado em obras públicas (como a linha férrea) e demais serviços necessários. No decorrer das décadas da segunda metade do século XIX, milhares de famílias carentes do interior do Ceará se viram em situação de vulnerabilidade diante do avanço das iniciativas modernizadoras, cujo principal impulsionador era a crescente agricultura comercial. Suas vidas, seus modos de sobreviver, trabalhar e de estar no mundo foram impactados de forma decisiva. Atingidos pelas constantes crises climáticas, as culturas agrícolas voltadas a subsistências das famílias sofreram golpes significativos no processo de absorção de boa parte da mão de obra nos empreendimentos voltados à exportação, como o café e o algodão.

A recusa em participar desse processo, que chega a ser compreensível se assumirmos que isso significava ser explorado e trabalhar em péssimas condições de higiene e segurança, muitas vezes não era possível, haja visto a dependência dos mais pobres em relação aos recursos públicos e ao poderio político e econômico dos grupos mais enriquecidos, cuja ambição estava no incremento das atividades mais lucrativas.

Mesmo diante desse cenário problemático, havia alguns tipos de resistências adotadas pelo mais pobres e o uso de alternativas por parte do trabalhador visando não se submeter por completo aos mandos e desmandos dos mais poderosos. Tentando apenas suavizar uma vida cheia de penúrias ou enfrentar as injustiças e a exploração que viviam, agiam e reagiam, o pobre e o trabalhador braçal por excelência. Tyrone coloca que “Uma arte da resistência foi sendo gestada ao longo de anos em que trabalhadores rurais confrontaram-se com o avanço das relações comerciais no universo agrário”¹⁴⁷. Verificadas essas atitudes, as elites locais se viram obrigadas a criarem mecanismos para redirecionar essa população empobrecidas, coagindo-as a fim de torná-las úteis em seus empreendimentos.

¹⁴⁷ CANDIDO, 2015, pag. 181.

4 AÇÃO E REAÇÃO.

A associação da pobreza com elementos ligados à criminalidade nos remete, de início, à cidade de Fortaleza, no final do século XIX. Na transformação do espaço em uma “Paris tropical”, procedeu-se a concretização de um conjunto de iniciativas levadas adiante pelo governo e elites burguesas urbanas. O desejo de modernização foi de encontro com a presença de milhares de retirantes pobres, estes, fugindo das secas, dirigiram-se aos médios e grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Ao deparar-se com os “indesejados”, uma série de imagens foram construídas para se referirem aos necessitados que lá estavam. Frederico de Castro Neves, em *Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877-1915)*¹⁴⁸, nos dá uma noção do impacto nas elites urbanas:

Daí a sensação contínua de *perda* que essas elites manifestaram após a “invasão” daqueles que, além de pobres, andrajosos, famintos doentes e sujos, foram rotulados de “bárbaros”, em função da depredação continuada dos equipamentos urbanos, que não suportam a pressão exercida pelo súbito, descontrolado e desmedido aumento demográfico, associado ao desconhecimento, por parte dos retirantes, dos códigos de utilização e sentidos à cidade. (NEVES, 2005, p. 116)

Diante dessa percepção, em que se vê alguém que necessita do mínimo para sobreviver como um bárbaro em um espaço que não lhe pertence, caberia o controle a fim de conter suas ações. Logo, medidas repressivas foram tomadas para tornar a segregação efetiva. No entanto, a existência dessa multidão fez surgir a possibilidade de utilização dessa mão de obra ociosa. A aplicação dessa força de trabalho, por parte das elites locais, poderia unir o útil ao agradável: ao mesmo tempo em que ocupava os retirantes, “ajudando-os” no momento de dificuldade, havia poderia utilizá-los no incremento das iniciativas reformistas¹⁴⁹, se os mecanismos de controle se mostrassem eficientes. Por outro lado, as medidas que incidiam sobre os retirantes, bem como sobre os demais grupos empobrecidos, encontraram resistências de diversas formas, umas mais incisivas, como revoltas e saques, e outras mais sutis, como a utilização de alianças interpessoais.

Esse cenário, presente em Fortaleza, nos fornece indícios gerais da preocupação diante da situação de pobreza em outros centros da província, como Baturité. Castro Neves ressalta três aspectos relacionados a essa preocupação, a primeira é a que mais nos interessa: é “a noção de que a pobreza carrega características inerentes de vícios morais e físicos o crime e a doença.” (NEVES,

¹⁴⁸ NEVES, Frederico de Castro. *Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877-1915)*. *Trajeto*. Revista de História UFC. Fortaleza, vol. 3, n 6, p.113-138, 2005.

¹⁴⁹ Em sua Tese, Emy Falcão Maia Neto escreve o seguinte: “Porém além de medo, a ‘seca’ costumava deixar na capital melhoramentos materiais”. In: MAIA NETO, Emy Falcão. **Cartografias da água: territorialidade, políticas e usos da água doce em Fortaleza (1856-1926)**. 2015. 268f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2015.

2005). A segunda se relaciona a uma “psicologia das multidões, e a terceira volta-se ao receio de uma insurreição dos pobres.

No tópico seguinte desenvolveremos uma reflexão em torno das iniciativas repressivas voltadas aos grupos mais empobrecidos. Tais medidas eram utilizadas visando prevenir, ou punir, aqueles cujas condutas eram permeadas por vícios, doenças ou crimes, assim diziam as elites locais. No grupo, insere-se camponeses sem terra, escravizados, retirantes, trabalhadores assalariados, operários da estrada de ferro, dentre outros segmentos que, dentro de uma divisão social, estavam colocados nas últimas posições.

Já no último tópico, focaremos nas iniciativas que, para nós, caracterizaram-se como formas de resistência. O objetivo é identificar a presença de algumas formas de tornar a vida menos dura e contornar as medidas repressivas. Percebemos, na leitura das fontes, a existência de uma variedade de estratégias que iam da simples socialização em eventos festivos até a atos de resistência aberta com manifestações públicas, coletivas ou individuais.

4.1 Criminalidade e Repressão.

As desigualdades econômicas que assolavam o país, associada a escravidão, discriminação dos mais pobres (a grande maioria), além do patrimonialismo, faziam com que o ambiente social fosse preenchido por tensões e receios que preocupavam as elites, notadamente as classes senhoriais e as autoridades do estado, já nos assinala Darlan Reis Junior¹⁵⁰ em sua tese. Tinha-se em mente que trabalhadores pobres e escravizados formavam o que Alberto Passo Guimarães¹⁵¹ chamou de “classes perigosas”, o que motivou a constituição de uma força policial voltada ao controle no ambiente de trabalho. Havia um receio de que essas pessoas pudessem se utilizar da violência para modificar as relações de trabalho vigentes. Claro, o contrário também ocorria: os grupos mais empobrecidos possuíam seus medos, que iam da fome, passando pela possibilidade de ausência de trabalho, reescravização, até a perda de suas terras. Porém, o que nos interessa por agora são os receios e ações dos grupos mais elitizados para com a população mais carente.

¹⁵⁰ JUNIOR, Darlan de Oliveira Reis. **Senhores e Trabalhadores no Cariri Cearense: Terra, Trabalho e Conflitos na Segunda Metade do Século XIX**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social. Fortaleza, 2014. Pag. 207.

¹⁵¹ GUIMARÃES, Alberto Passos. **As classes perigosas: banditismo urbano e rural**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

A fim de prevenir e punir as ações desses segmentos, “naturalmente violentos”, foi construído um arcabouço de leis, discursos e mecanismos de controle social. O trabalho, como meio primário de quem só tinha sua mão de obra como fonte de sustento, colocou-se como um elemento a ser utilizado também como controle, tornando o trabalhador dependente de quem o empregava.

Na passagem abaixo, retirado do jornal *A ONDA* (1882), lemos a construção de um raciocínio por parte do editor dessa passagem. A questão não é se há lógica ou não nessa construção, e sim a associação entre o ponto de partida, a indolência, e o ponto de chegada, o crime:

Da indolência à ociosidade; da ociosidade ao vício; do vício ao crime; do crime ao patíbulo; eis o *ômega* do *alpha* inercia; isto é, quem quer que tenha a infelicidade de não arrostas com impavidez, coragem e perseverança os abrolhos da sinuosa senda do trabalho, entregando-se aos demônio- preguiça, terá incontestavelmente como fructo de sua insensatez, não o pão para subsistência própria, nunca o resultado benéfico, doce e salutar de seus serviços; nada mais, porem, que o vicio, o crime, a prostituição, e afinal a enxerga de um hospital, ou a tectrica e sombria câmara no cárcere!¹⁵²

Em outras palavras o fragmento diz que o não trabalho leva à ociosidade, que dá origem ao vício, e este cria o crime, que é a servidão ao demônio. Vê-se que quem se negar a utilizar sua força braçal (a serviço de um proprietário rural, por exemplo) poderá ser taxado de indolente, e logo mais, de um potencial criminoso. Agora, porque o não trabalho levaria, de algum nodo, a criminalidade, é uma questão.

Notamos brevemente alguns elementos discursivos que compunha um arcabouço imaginativo que associava um estado ocioso, daquele sem vínculos trabalhistas visíveis, em sua maioria pobres, com a criminalidade. Uma vez consolidado o “crime” a motivação para se efetivar algum tipo de repressão estava presente; seja ela praticada por particulares, pelo governo local, ou até mesmo por meio de instituições aparentemente não relacionadas com a temática, como a igreja católica. Intimamente relacionada as questões da moralidade, ele influenciava no que era concebido como certo ou errado, dizia o que era do desejo de Deus e o que pertencia ao seu oposto.

Sidney Chalhoub¹⁵³ discute a separação feita pelas classes dominantes, na segunda metade do século XIX, entre trabalho e ociosidade. Relacionado ao enfrentamento da criminalidade, a ociosidade era um estado a ser reprimido. Porém, ele alerta que, mesmo sendo considerado marginal, era a existência do ocioso, indolente e criminoso, que permitia e justificava o controle sobre os segmentos empobrecidos. Para a manutenção do sistema social vigente, baseado em uma

¹⁵² *A ONDA*. Baturité- Domingo, 30 de abril de 1882. n7. Pag. 1

¹⁵³ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. – 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

ordem coerente, a presença de marginalizado era necessário. Apesar dessa leitura, a reprovação do comportamento dos pobres, associada a mudanças do período, como a eminente abolição de escravidão, alavancava o temor nas classes privilegiadas. O perigo diante de mestiços, negros e até mesmo brancos, em situação de trabalho subordinado estava presente, o que tornou necessário tomar algumas iniciativas.

Dentre eles estavam o estabelecimento de penas para transgressões. No intuito de regular a criadagem, por exemplo, o então presidente da província Joaquim da Costa Barradas, em 1886, dirigindo-se à assembleia Legislativa do Ceará¹⁵⁴, propõe que haja a criação de uma lei que normatizassem as relações entre patrão e empregado, ressaltando não os eventuais direitos desses últimos, e sim a necessidade de puni-los.

Essas iniciativas de punição, em Baturité, eram especialmente direcionadas aos “pequenos, de pé no chão”. Na passagem abaixo, retirado do jornal A Ordem, há o relato de um crime, em que José Sabino foi preso pelo Juiz municipal por ter raptado uma “rapariguinha”. Quem descreve o acontecimento queixa-se da seletividade das prisões que, apesar de ter seus motivos, teria sido ilegal.

A prisão foi ilegal, mas moralizada. Isto só se dá com os pequenos, de pé no chão; se fosse um Pinkas o negócio era diverso, e quem se metesse a denunciá-lo ficaria em risco de ser amarrado como sedicioso. Esta justiça brasileira se parece com uma mulher de salão: tem quebras e arrufos que só ella entende¹⁵⁵.

A justiça tendia a ser rígida com quem não tinha recursos e flexível diante dos poderosos. Os agentes públicos, em sintonia com as elites locais (ocupantes, muitas delas, de cargos públicos) em termos de associação entre criminalidade, ociosidade e vadiagem e as já mencionadas “classes perigosas”, tinham uma atenção especial com esses grupos, inclusive cometendo excessos, frequentemente criticadas pela população local. Novamente o jornal A Ordem nos traz declarações nesse sentido.

Já cauza indignação aos animos mais tolerantes o comportamento desordeiro dos soldados destacados nesta cidade, quer da força de linha, quer da cavallaria. Queixas innumeras se levantam todos os dias contra os actos de selvageria praticados por esses homens de má indole e ma educação que quotidianamente provocação disturbios, dando lugar a lastimáveis resultados[...]¹⁵⁶

¹⁵⁴ Relatório do presidente da província do Ceará, 1886. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1886&item_id=3147#?h=1886&c=4&m=102&s=0&cv=0&r=0&xywh=0%2C-12%2C1983%2C1399. Acessado em 24 de fevereiro de 2022.

¹⁵⁵ A Ordem. Baturité- Domingo 8 de fevereiro de 1880. n 22. Pag. 2

¹⁵⁶ A Ordem. Baturité- Domingo 27 de junho de 1880. n 42. Pag. 1

Essa atenção aos grupos “potencialmente” perigosos, associada ao excesso das forças de repressão, ignorados pelas autoridades públicas, fazia parte das iniciativas judiciais para controlar alguns segmentos e prevenir suas ações, como assinala Guimarães, em sua obra já mencionada.

A repressão sobre as pessoas, que menos tinham, dava-se sob justificativas expostas em documentos oficiais, cujo teor da mensagem nos leva a associar algumas condições, principalmente a carencia de recursos, a cor da pele, a ocupação e a falta de instrução com ações violentas. O presidente da província do Ceará, em 1880, dirige à Assembléia Legislativa da província um relatório com a seguinte passagem:

O respeito devido á pessoa e á propriedade ainda não é tão geralmente observado nesta província, como fora para desejar; mas a estatística demonstra que são os analfabetos, os proletários, os homens carecidos de todos os benefícios da civilização que commettem a quasi totalidade dos crimes. Durante a calamidade da secca, e enquanto a assistência pública não pôde chegar a todos as localidades flagelladas, os delictos contra a propriedade se multiplicaram de modo decomunaa.¹⁵⁷

O tópico a qual está inserido essa passagem chama-se “Segurança Individual e Propriedade”, nele há a descrição e a quantificação de roubos, assassinatos, prisões, etc. As três últimas linhas, que se referem à invasão de propriedades, coloca tal conduta como recriminável por se tratar da quebra do direito a propriedade, porém já é sabido que alguns atos de violência podiam ter relação com uma espécie de cultura de justiça informal. Vale lembrar que eram nessas propriedades onde rios, poços e principalmente açudes estavam localizados, boa parte deles surgiram devido a aplicação de verba pública, logo(a princípio), voltados à coletividade. Invasão se colocaria como suprimento de necessidades de acesso à água, por exemplo.

As obras destinadas a ajudar as vítimas da seca, como bem coloca Reis¹⁵⁸, serviram para a apropriação de recursos públicos por parte dos grandes proprietários, seja através do desvio de verbas e materiais ou do incremento de suas propriedades, por meio de obras e melhoramentos, obtido licitamente por meio de acordos políticos. No jornal A Onda¹⁵⁹, por exemplo, há a reclamação de que, além dos desvios de socorros públicos enviados pelo governo provincial, os trabalhadores empregados em um grande roçado, no abarracamento da “Volta” perto da Canôa,

¹⁵⁷ Relatório do presidente da província do Ceará, 1880. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1880&item_id=3139#?h=1880&c=4&m=83&s=0&cv=1&r=0&xywh=-52%2C862%2C1826%2C1288. Acessado em 12 de março de 2022.

¹⁵⁸ JUNIOR, 2017, p.52-53

¹⁵⁹ A Ordem, Baturité- Domingo 18 de abril de 1880, n 32, pag. 3

são retirados a força do local um pouco antes da colheita, sem permitir que os agricultores usufruam de seu esforço.

Mesmo apelando para as altas autoridades da província, os pequenos agricultores locais não obtinham ajuda haja visto as constantes reclamações. Aqueles encarregados de trazer alguma justiça ignoravam os acontecimentos. Mais ainda já identificavam os pequenos agricultores como possíveis agentes, se não causadores, pelo menos intensificadores das secas. Seu manejo inadequado da terra, utilizando técnicas já ultrapassadas que empobreceria o solo e principalmente a derrubada da mata nativa, afetaram, segundo os estudiosos, os regimes de chuvas. Escrevendo sobre Baturité, Pedro Catão¹⁶⁰ ressaltou mais de uma vez que as matas, principalmente na serra, perderam qualidade com o passar dos anos. Isso possuía sua origem nas constantes derrubadas da vegetação natural, em prol de um tipo de agricultura muito baseada em queimadas, exatão-abandono e busca por novas terras férteis. Thomaz Pompeo de Souza Brasil¹⁶¹ escreveu que foi a partir do início do século XIX que houve um aumento na destruição dessa paisagem aqui no Ceará, visando a cultura do algodão.

Emy Falcão¹⁶², salienta que João Ernesto Viriato Medeiros (Engenheiro e Senador estudioso das “secas do norte”) e o próprio Thomaz Pompeo concordavam que as matas também tinham papel central no regime de chuvas. Essa associação já era discutida localmente, pelo menos entre os membros da elite local. O direcionamento era claro: eram os agricultores humildes que mais contribuíam para as derrubadas, sendo eles a força braçal que realizava o trabalho pesado, seja para vender ou usar a madeira, e preparação do terreno para plantação. Dessa forma, diante do agravamento das secas, do mau uso dos recursos destinados aos mais afetados por ela, o pequeno agricultor, empobrecido até mesmo em épocas de chuvas contínuas, tinha que lidar com o estigma de ser atrasado, causador de problemas. Não ser bem visto, recebendo adjetivos como grosseiro, estúpido, sem educação, era “proprio da roça”, como é colocado em um trecho do jornal A Onda¹⁶³ de 1882.

Juntando a questão da seca, as doenças também afetavam mais intensamente os mais necessitados, não somente em termos de saúde. Darlan Reis¹⁶⁴ frisa, que na segunda metade do século XIX, a política estatal mudou sua abordagem diante de situações como seca e doenças (crises sociais em geral). Ela passou a lidar com a tarefa assistencial, retirando a exclusividade

¹⁶⁰ CATÃO, 1937. Pag-34

¹⁶¹ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. O Clima e as Secas do Ceará [1877]. In.: ROSADO, Vingt-un (org.). **Nono livro das Secas**. Mossoró / RN: Fundação Guimarães Duque, 1983.

¹⁶² MAIA NETO, 2015.

¹⁶³ A onda, jornal crítico e recreativo- Baturité, Domingo 29 de outubro de 1882, n16 pag1-2

¹⁶⁴ JUNIOR, 2014, pag. 284.

dessas ações da classe senhorial. Arelado a essa mudança, veio a instrumentalização dessa política visando a coerção do trabalho. A explicação de Chalhoub ¹⁶⁵ nos ajuda a entender: a reivindicação da verdade através da “cientificidade” que embasavam as decisões das autoridades do estado e inviabilizava a discussão, assim o argumento de autoridade deveria permanecer. Se médicos e demais profissionais da saúde dessem sua concordância, uma série de violências podiam ser praticadas, seja demolição de habitações ou remoção de populações inteiras sempre com submissão diante das ordens dadas. Sob a alegação de evitar a propagação de doenças, grupos de pessoas eram orientadas, ou melhor, controlados fisicamente e em suas práticas.

Em Baturité houve surtos de algumas doenças, dentre elas cólera, febre-amarela e varíola¹⁶⁶. Freire Alemão¹⁶⁷ relata que era frequente as queixas de “ter sempre doentes em casa. Agora reinava ali a *febre-amarela*”. A essa alta incidência ele atribui a falta de higiene das pessoas e alimentação deficitária.

Tal como ocorria com as secas, eventos extremos, com consequências diretas para a população, mobilizavam discursos dos mais diversos tipos, que iam do campo científico ao religioso. Porém, era notório que nessas ocasiões as relações sociais de poder se evidenciava, o controle e apropriação de espaços e recursos eram praticados de maneira clara. O que se dava era a utilização desses episódios de alta de casos para aumentar a vigilância e o monitoramento sobre aqueles vistos como propagadores de moléstias.

[...] os problemas relacionados ao mundo do trabalho estavam inseridos, pois nos momentos de crise social, dentre as soluções apontadas pelas classes dominantes estavam a disciplinarização e o controle social através do trabalho. No caso das epidemias, as principais propostas eram a vigilância e o isolamento dos contingentes de pobres, estigmatizados como sendo causadores dos problemas de saúde. (JUNIOR, 2014, pag. 267)

A vigilância e o isolamento eram as medidas escolhidas para lidarem com os pobres, vistos como causadores, apesar de estes serem os mais afetados pelas doenças, eram aqueles que menos condições tinham para enfrentá-las. Estavam associados ao início do agravamento dos surtos, tal como eram preconcebidos como violentos e, portanto, causadores de crimes, contra indivíduos ou propriedades. Não que tivessem necessariamente uma inclinação inata a tais comportamentos, mas agiam porque havia “abuso da execução das leis, na desigual administração da justiça e em outras muitas causas”, pelo menos era assim que pensava o Presidente da província do Ceará, Francisco

¹⁶⁵ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁶⁶ LEAL, Vinicius Antonius Holanda de Barros. **História da medicina no Ceará**. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Fortaleza: INESP, 2019. 250p.

¹⁶⁷ ALEMÃO, 1961. Pag. 341

de Farias Lemos, em 1876¹⁶⁸. Fato é, quando se tratava de criminalidade, o que vinha inicialmente em discussão era as condições socioeconômicas de quem cometia os atos ilegais.

Como já foi colocado anteriormente, a falta de instrução, a carência de recursos e o estado de ser um trabalhador empobrecido eram as condições evocadas para se ter um potencial criminoso. Era o que perpassava o imaginário repressor das autoridades públicas e classe elitizada. Esses mesmos grupos por um lado diziam que o cearense não era naturalmente violento, e sim laborioso e pacífico; já em outras ocasiões afirmavam que a propriedade e a segurança das pessoas estavam em risco por grupos que com frequência eram caracterizados tal qual a população pobre o era. Retornando em Chalhoub¹⁶⁹, ele nos conta que essa relação entre pobreza e criminalidade foi feita no século XIX, desse modo as “classes perigosas” foram delimitadas de tal forma que se assemelhavam a condição de pobreza. Esse estado potencializava as chances de alguém cometer crimes, e isso formava um discurso que orientava a repressão.

Cabia a força policial (ou soldados) em última instância, vigiar e controlar a população. A eles era dado o dever de conter os excessos das “classes perigosas”. Suas ações, mais físicas e imediatas, reprimiam comportamentos ligados não somente a crimes mais perceptíveis, mas também indícios de revolta e contestação social, como foi o caso de alguns proprietários de sítios obrigados a cederem o terreno para a construção de segmentos da linha férrea¹⁷⁰.

O interessante é que há relatos de autoridades públicas cometendo crimes associados aos ditos grupos suspeitos. Já citamos os excessos cometidos pelos soldados, que consistia em agressões injustificadas; um outro ilícito interessante era a prática do jogo de azar: segundo alguns relatos de pessoas locais, autoridades públicas, inclusive vereadores, também se divertiam com esse “passatempo”.

Fica claro que era preciso a existência de uma força policial, ou uma organização que execute essa função, garantindo a ordem social. No entanto, esse aparato não era neutro, e foi imerso, segundo os relatos, nas disputas políticas locais. Seu papel repressor podia atender a ideias diferentes, ou seja, a ação podia ser a mesma, mas as justificativas podiam variar a depender do espectro ideológico adotado. Casos em que as disputas eleitoreiras locais afetavam as ações da “justiça” não eram raros.

Cosnsta-nos que o inquérito policial que se está procedendo na delegacia pela morte e ferimentos da eleição, vae sendo uma farça ao bel praser da paixão partidária. Nem ao menos se escreve os ditos das testemunhas, quando contrários aos interesses de

¹⁶⁸ Relatório do presidente da província do Ceará, 1876. Disponível em: http://ddsnxt.crl.edu/titles/166?terms=1876&item_id=3135#?h=1876&c=4&m=73&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1607%2C0%2C5117%2C3609. Acessado em 24 de fevereiro de 2022.

¹⁶⁹ CHALHOUB, 1996, p.20-23.

¹⁷⁰ REIS, 2015.

alguém. Tinha razão de sobra em duvidar da justiça desse inquérito, tanto mais quanto funcionários, identificados com as paixões locais, não oferecem garantias a causa pública¹⁷¹.

A denúncia feita coloca em questão a capacidade das instituições de exercer suas funções para além dos interesses e conflitos das elites locais, organizadas em partidos com diferentes objetivos. Pela recorrência das reclamações com o mesmo teor, é provável que os partidos políticos se utilizavam das instituições públicas em benefício próprio. Em um outro comunicado há a constatação de que essas organizações, tanto de situação como de oposição, utilizam-se da violência e da intimidação para obter votos nas eleições, o que o jornal condena, comparando com outros países. Comparações das mais diversas, por sinal, eram bastante frequentes nos jornais lidos.

Além do aparato policial, com caráter repressivo, era preciso tomar medidas para evitar o cometimento dos crimes. Isso deveria ser feito principalmente por meio da instrução do povo. É frequente, nos jornais, discursos de políticos, relatórios de províncias, dentre outros documentos, associar o progresso de um povo ao seu nível de instrução, que aqui pode ser entendido como a educação formal, por meio de escolas e universidade. Sem instrução, as chances de cair na ociosidade, nos vícios e, em último caso na criminalidade é bastante relevante. Assim era colocado.

Enquanto o povo não passava pelo processo de instrução, uma outra estratégia para ocupar esses grupos “suspeitos” era colocada em prática pelas elites locais: o emprego de sua força de trabalho em obras pública, visto principalmente durante os períodos de secas prolongadas, na qual se formavam um contingente de trabalhadores sem ocupação. Uma parte deles, os retirantes, se dirigiam para a capital em busca de melhores condições.

Nesse cenário de trânsito entre cidades, já pontuado no início desse capítulo, as autoridades públicas identificaram a oportunidade de “tirar vantagens da própria desgraça, empregando em trabalho úteis braços ociosos; estabelecer um systema de serviço de serviço que sobre assegurar a essa população meios de subsistência, alimente seu amor ao trabalho, mediante razoável gratificação”.¹⁷² Essa foi a mensagem dirigida ao Imperador pelo Conselho de Estado; nela fica implícito que, apesar de ser obrigação do governo prestar socorro aos mais necessitados, essa ajuda não se daria somente como caridade, devendo aquele que é ajudado ceder as formas de trabalho impostas pelas autoridades públicas, pautadas nos mandos e desmando dos engenheiros. Como o Sr. Schwartz, profissional encarregado da conservação da estrada em Baturité, que está

¹⁷¹ A Ordem. Baturité, Sábado 25 de Dezembro de 1880, n 67 pag. 2.

¹⁷² Mensagem do Conselho de Estado. Revista Notícias da RVC, Edição Centenária, Fortaleza, 1970, p.3-5.

“procedendo miseravelmente não só relação aos empregados como no que diz respeito ao serviço”.¹⁷³

Essa percepção, de tirar vantagens da calamidade, enquadra-se naquilo que Tyrone Apollo escreveu em seu *Trem da Seca: Sertanejos, Retirantes e Operários (1877- 1880)*¹⁷⁴. Para ele, as elites políticas, de forma geral, entendiam o emprego desses retirantes como uma possibilidade de regeneração de um povo tomado pelos vícios e costumes pouco civilizados, ainda mais evidentes nos períodos de seca, com a crescente possibilidade de terem as necessidades básicas, como comer e beber, não supridas. Como bem lembra Castro Neves, este estado de desespero causado pela fome, colocava um temor na população urbana das cidades. Receavam que uma massa de pessoas pobres, na ânsia de satisfazer suas privações, invadissem propriedades, comércios e casas. Esse medo, expresso claramente pelos intelectuais, jornais e autoridades públicas, estava relacionado à possibilidade, real, de rompimento do tecido social.¹⁷⁵

Celia Maria de Azevedo, em seu “Onda Negra, Medo Branco”, já alertava que as elites brasileiras, apesar de sua suposta grandeza, eram apavoradas com a possibilidade do negro, escravizado ou liberto, destruir a ordem estabelecida, subvertendo a realidade social¹⁷⁶. E havia motivos para esses sentimentos, pois os grupos mais favorecidos eram muito inferiores, numericamente, aos mais pobres, sejam livres ou escravizados, compondo uma massa de miseráveis.

Desse modo, as construções e serviços efetivados sob o pretexto de ajudar os necessitados se colocou como mais um método de controle e subordinação do trabalhador pobre aos desejos da classe política. Na obra já citada, Tyrone sublinha que as intenções subjacentes ao discurso oficial, de socorro às vítimas da seca, estavam ligadas a medidas não tão humanitárias, como assegurar que os retirantes ficassem no interior, evitando a superlotação dos grandes centros. Esse distanciamento entre o discurso oficial e os objetivos de fato almejados não necessariamente caracteriza uma contradição, já que um pode não excluir o outro.

Cabe lembrar que a seca, como fenômeno natural com implicações sociais, esteve presente em Baturité, sendo a serra um dos pontos visados pelos retirantes. Porém, a seca acrescentou mais pessoas na indigência existente na região. Dependentes dos socorros públicos e da caridade cada vez mais escassa, a fome era uma constante para esse grupo.

¹⁷³ A Ordem, Baturité- Domingo 25 de julho de 1880, n 46, pag 2.

¹⁷⁴ CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Trem da Seca: Sertanejos, Retirantes e Operários (1877- 1880)*. Fortaleza: Museu do Ceará. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

¹⁷⁵ NEVES, Frederico de Castro. Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877- 1915). Trajetos. Revistas de História UFC. Fortaleza, vol. 3, nº 6, 2005. Pag. 119.

¹⁷⁶ AZEVEDO, Celia Maria de. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites, século XIX**. São Paulo: Annablume, 2004.

Esgotada como se acha, a caridade publica para manter uma infinidade de indigentes de todos os sexos e idades, que sem o mínimo recursos, para se ampararem das garras da fome, se acham derramados nas imediações desta cidade- outro não pode ser o fim destes miseráveis mais dignos das atenções do governo, que ele(?) dedicava(?) tanto zelo pela vida do flagelado povo cearense.¹⁷⁷

Apesar do pesar em relatar as dificuldades dos indigentes, o editor dessa passagem do jornal não encontrou pensamento semelhante nos relatórios do presidente da província, o Senador Pedro Leão Velloso, em 1881. Segundo algumas passagens desses documentos¹⁷⁸, grupos mais empobrecidos se acostumaram com a ociosidade e ao não trabalho, vivendo da caridade oficial. Essa ajuda, ainda segundo os relatórios, foi necessária devido as problemáticas sociais, potencializadas pelas secas que assolavam a província como um todo.

Viver da ajuda do governo, negando-se a trabalhar, fazia parte de uma narrativa enfeitada com traços de cientificidade. Como coloca Darlan, na tese já mencionada, a visão sobre os grupos inferiorizados, incorporou a noção de inferioridade, que não tardou a dialogar com uma possível índole criminosa. As associações com os surtos de doenças e problemas ambientais, eram mais alguns elementos em um universo de construções discursivas que traçavam aproximações “prováveis” desses grupos com as práticas da prostituição, da mendicância e da imoralidade. Com isso em mente, os agentes, com iniciativa de ajudar quem precisava, reavaliaram suas posições, aproximando-se da discussão em torna da “exploração da caridade”¹⁷⁹, mesmo em tempo críticos, como as secas prolongadas.

As secas, por sinal, criaram uma multidão de pessoas carentes dependentes do poder público, como ressalta o mesmo Senador Pedro Leão. Dentre eles, os retirantes eram os mais visados, como já foi apontado, por se direcionarem para outras regiões da província, em um movimento legítimo de busca por melhorias, mas que geravam problemas para a administração desses locais de chegada. Porém, a busca por condições materiais mais favoráveis já estava presente entre aqueles que, por exemplo, dirigiam-se para a região amazônica, como frisa a passagem do jornal “A Onda”¹⁸⁰. Em um tom de apelo, a mesma passagem expõe o seguinte: “Em todos os vapores que largam para aquella província, vão centenas de cearenses, que emigram da terra pátria porque esta se lhes mostra madrastra ingrata, ou torna-se um outro Saturno”.

¹⁷⁷ A Ordem, Baturité- Domingo 30 de Maio de 1880, n 38, pag. 2

¹⁷⁸ Relatório do presidente da província do Ceará, 1876. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1881&item_id=3140#?h=1881&c=4&m=85&s=0&cv=1&r=0&xywh=-343%2C692%2C2630%2C1855. Acessado em 25 de abril de 2022.

¹⁷⁹ JUNIOR, 2014, pag. 285

¹⁸⁰ A Onda, jornal crítico e recreativo-Baturité, Domingo 15 de abril de 1883, n 03, pag3.

4.2 Resistência.

-que uma certa plêiade de moços, vão á novena e durante o exercicio festival, levam a maior parte do tempo a criticarem como que estejam n'este cazo! Vejam os tipos!
-que certas mocinhas em lugar de observarem com atenção os actos religiosos, levam a mor parte do tempo em coxixarem!¹⁸¹

O fragmento acima foi retirado da seção "corre na cidade", nele é exposto uma série de pequenas mensagens sobre o dia a dia local, tratando de assuntos simples, sem grande relevância do ponto de vista do jornal. Nele, critica-se a postura de uma “plêiade de moços” e de “mocinhas” que agem fora do que era esperado para as ocasiões: os moços falam mal do festival e as mocinhas cochicham em vez de se atentarem para a cerimônia religiosa que, em tese, era o evento principal das noites reservadas aos cultos.

Não seria forçoso supor que, mesmo em um ato de aparente conformidade com as crenças e comportamentos tidos como adequados (como ir à igreja) as ações na verdade se direcionavam a outros objetivos, como trocar informações e socializar. Dessa forma, não deixa de ser uma forma sutil de se aproveitar o socialmente correto, como reunir-se para eventos da cidade, para fazer o "incorreto", podendo ser uma mera crítica às organizações, uma fofoca ou até mesmo (porque não) plano para se vingar de uma agressão praticada por uma autoridade. Excessos da força policial, por sinal, eram corriqueiras, como já foi apontado.

A utilização de situações corriqueiras para socializar, não era incomum, como assinala Eurípedes Funes em seu “Negros no Ceara”¹⁸². Ele traz um exemplo pertinente, em que um dos grupos pertencentes as ditas classes perigosas, os escravizados, aproveitavam as idas aos rios, cacimbas e mananciais, para conversarem e trocaram ideias. A princípio, eram mandados a esses locais para buscarem água, mas, sem que seus proprietários soubessem, interagiam com outras pessoas, possibilitando o compartilhamento de informações e construção de laços de amizade que garantiam uma parcela de autonomia a ser utilizada em momentos que julgassem oportuno.

Esses encontros, apesar de ocorrerem de forma oculta, sem o consentimento dos seus “donos”, foram significativos o suficiente a ponto de serem alvos dos legisladores da capital, Fortaleza. O Código de Posturas, de 1870, tentava impedir o agrupamento de “escravos, filhos família, fâmulos ou credos nas lojas, tavernas e calçada, por mais de quinze minutos, para qualquer fim; sob pena de 20\$000 rs. de multa ao dono da casa, em que se fizer a reunião”¹⁸³. A tentativa

¹⁸¹ A Onda, jornal crítico e recreativo-Baturité, Domingo 28 de maio de 1882, n 9, pag. 3.

¹⁸² FUNES, Eurípedes Antônio Funes. Negros no Ceará. In.: SOUSA, Simone (org.). **Uma nova história do Ceará**. 2. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 115.

¹⁸³ CEARÁ. **Collecção das Leis da Província do Ceará de 1870**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1870.

de proibir indica o incômodo dos proprietários de escravos diante de ações pouco controláveis de seus subordinados.

Não somente determinados encontros entre escravizados deveriam ser proibidos, os trabalhadores assalariados das fazendas também não poderiam agir livremente. Em uma passagem do A Ordem, há a afirmação, por parte do redator, de que em Baturité “os fazendeiros garantem o pacífico comportamento de seus assalariados”¹⁸⁴, diferentemente dos soldados insubordinados que agiam sem controle. O comportamento do trabalhador, tal como o cativo, deveria ser observado e limitado por quem estava acima dele na pirâmide social, seja o patrão ou proprietário legal. No entanto, esse controle não conseguia efetivar-se em sua totalidade, por motivos os mais diversos.

Essa preocupação se dava porque era sabido que mesmo em situações de aparente impotência, os grupos inferiorizados, muito superiores numericamente, possuíam seus desejos, medos e aspirações, incompatíveis com a permanência do status dos setores dominantes. Logo, medidas paliativas foram tomadas no sentido de evitar desdobramentos mais traumáticos. As iniciativas mais extremas para alcançar algum desejo, como uma revolta, podiam ter sua origem em estratégias pouco observáveis. Mais do que isso, os encontros “as escuras” já eram em si uma forma de resistir, pois se tornavam ocasiões em que se permitiam ir além do que deviam fazer nessas mesmas atividades.

Partindo de suas expectativas, práticas e experiências, os menos favorecidos podiam ocultar, ou dissimular, suas estratégias. A própria repressão, com suas iniciativas incisivas, incentivava a origem dessas ações mais sutis, como um movimento adaptado de contra repressão. Quanto as formas, encontramos na tese de Reis Junior a seguinte passagem:

Outras formas de resistência do cotidiano eram a vida familiar e os laços de parentesco; as expressões da religiosidade comunitária, os hábitos e costumes, que geralmente eram retratados como vícios, na ótica dos setores dominantes. Entendê-los é também perceber como formas aparentes de submissão, ou práticas consideradas como expressões de vícios, na verdade, eram maneiras de resistir de algum modo, à exploração que viviam.¹⁸⁵

O que parecia ser a obediência a ordens, podia não ser (somente). Submeter-se ao paternalismo do empregador, era aceitar a influência sobre si, mas também tirar proveito dela quando necessário. Nas ocasiões apontadas no início desse tópico, a participação nas expressões da religiosidade, bem como o costume de comparecer em festividades tradicionais da região, em conformidade com as expectativas de uma religiosidade pública, permitia o encontro e a prática do que James Scott apontou como a circulação de discursos ocultos. É a arte do disfarce, do uso

¹⁸⁴ A Ordem, Baturité- Domingo 2 de maio de 1880, n 34, pag. 1.

¹⁸⁵ JUNIOR, 2014, p.240.

de rumores, dos truques, do anonimato, dentre outras armas no repertório de quem encontrava-se em situação de dominação, ou subordinados a grupos e instituições¹⁸⁶; e que por isso necessitavam de ferramentas de resistência adequadas para sua realidade, já precária em termos de recursos e meios para sobreviver.

Diante disso, a variedade de atitudes que nomeamos de resistência é significativa. Ela não se dava somente em momentos extremos, de conflitos abertos, e, portanto, com grande probabilidade de perdas para ambos os lados. Aliás, as formas mais comuns, percebidas nos jornais, foram as mais sutis, levadas adiante no cotidiano, muitas vezes disfarçada como atitudes inofensivas.

Scott já ressaltava que é entre os extremos (revolta coletiva e submissão total) onde se encontra a maior porção das ações dos grupos dominados, voltados também à vida política¹⁸⁷. Daí a dificuldade de identificarmos essas iniciativas, pois elas exigem uma certa atenção para serem notadas, as vezes indiretamente, por inferência, ou na realização de um exercício imaginativo aplicado a leitura de algumas passagens. Junior descreve melhor esses desafios:

Acontece, que dois obstáculos geralmente se apresentam na análise da reação dos explorados. Um deles é o discurso oficial, o chamado “filtro das elites”. O outro, é a dissimulação dos subordinados[...]. Decifrar e superar tais obstáculos são tarefas que exigem um olhar mais cuidadoso do historiador, já que, a maior parte da documentação escrita foi produzida pela classe senhorial, ou pelos órgãos estatais, principalmente quando as referências eram sobre as práticas e ideias dos trabalhadores do Brasil, do século XIX¹⁸⁸.

Apesar dessas questões, a produção acadêmica está conseguindo gerar discussões e procedimentos teórico-metodológicos que nos aproximam do entendimento das estratégias e mecanismo usados, se não para rechaçar, pelo menos amenizar a condição de submissão associado à pobreza.

Com as medidas tomadas a fim de conter a ação de alguns grupos, fica nítida a separação, em certa medida, entre o entendimento das experiências de vida pela própria classe subordinada e aquilo que a classe dominante pensava ser essas mesmas experiências. Claro, essa divergência afetava a forma como as relações eram estabelecidas. No entanto, era útil para o subordinado, em algumas ocasiões, adequar-se as expectativas dos dominantes, como pontua Scott. É mais prudente controlar-se, e buscar outros meios, do que demonstrar raiva ou partir para a violência aberta, afinal os meios de repressão possuem o potencial de causar danos irreparáveis para aqueles que o

¹⁸⁶ SCOTT, James C. **A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos**. – tradução Pedro Serras Pereira. Lisboa: Edição Livraria Letra Livre, 2013. p. 185-202.

¹⁸⁷ SCOTT, 2013, p. 185-202.

¹⁸⁸ JUNIOR, 2014, p.238.

confrontam. Danos não somente físicos, mas também materiais e psicológicos¹⁸⁹. Como o ocorrido em uma local chamado Victória, em que manifestantes foram mortos por forças públicas, no que o redator do jornal chamou de “Carnificina da Victória”. Até mesmo pessoas com certa distinção perderam suas vidas, segue o relato:

“Hontem na cidade da Victoria passou-se uma scena de grande horror: a força publica, comandada por um official do corpo de policia, 1º suplente de delegado em exercicio, e por ordem do juiz municipal presente, atirou sobre grande massa de povo, que fazia uma passeata, resultando disto a morte de mais de 20 pessoas, e ferimentos de outras tantas. O barão da Escada, Dr. Pedro Lins, e o proprietário José Pedro de Oliveira, cahiram mortos, traspassados por balas!!! Estão mortalmente feridos Drs. Ambrosio Cavalcante, Capitão Henrique Lins, e Zacharias Lins!”¹⁹⁰

A citação, escrita no jornal entre parênteses, indica que a carnificina ocorreu em um local com certa distância de Baturité, mas que foi grave o suficiente de tal modo que foi divulgada no mato como um motivo de alerta para a população. O interessante é que, em um outro número, o redator do mesmo jornal, citando o caso ocorrido no Rio Grande do Norte, louva a iniciativa popular de invadir a assembleia provincial. “Do norte ao sul do império as scenas são sempre as mesmas e as consequências sempre fataes. No Rio Grande do Sul o povo, cansado de acintes e opressões, ergue-se á nobre altura de sua força e, como soberano, invade o recinto da assembleia provincial”¹⁹¹. Nos dois casos, recorreu-se a movimentos coletivos, mais ou menos organizados; o primeiro resultou em tragédia e o segundo em um aparente êxito, porém ambos trouxeram luz à capacidade do povo em agir agressivamente.

Essas ações, expositiva de insatisfações coletivas, também eram praticadas contra o bom funcionamento da Estrada de ferro, causando danos de ordem econômica. No já citado *Os trilhos do Progresso*, Tyrone Apollo pontua a existência de grupos que se dedicavam aos saques dos produtos carregado pelos trens. Ele escreve que as “tentativas de saques, com sucesso ou não, também se faziam presentes nas estações ou mesmo durante a trajetória em movimento dos trens”¹⁹². Tais iniciativas eram um desafio para as autoridades encarregadas de administrar essa linha férrea, que se viam na obrigação de despender recursos e tropas (as “forças publicas”) para fazer a vigilância do trajeto.

Uma outra ação que prejudicou a estrada de ferro, dessa vez em sua construção, foi as greves, sendo a primeira delas em 1891. Os motivos eram diversos, indo do insuficiente salário até as terríveis condições de trabalho. Tyrone ressalva que os dirigentes da estrada visavam, nesse

¹⁸⁹ SCOTT, 2013, p. 53

¹⁹⁰ A Ordem, Baturité- Domingo, 4 de julho de 1880, n 43, pag. 1.

¹⁹¹ A Ordem, Baturité- Domingo, 11 de julho de 1880, n 44, pag. 1.

¹⁹² CÂNDIDO, 2002. pag. 88.

período, impor um controle maior sobre os operários, procurando implantar “formas mais rígidas na hierarquia interna em vista de uma maior eficácia produtiva”¹⁹³ e rechaçar o que entendiam como uma crise na ferrovia.

Na tentativa de impor formas de trabalho menos flexíveis, distantes do tipo e do ritmo de trabalho a qual os trabalhadores estavam acostumados, os administradores da construção da via férrea, bem como aqueles voltados a gerir outras obras destinadas a acolher retirantes da seca, reforçaram o desejo dos empregados de retornarem aos seus locais de origem. Ana Isabel, em sua tese, afirma que “Na verdade, os trabalhadores da EFB resistiram às jornadas de trabalho intensas. A evasão de trabalhadores dos campos de serviços da Estrada de Ferro de Baturité, com o tempo, se tornou frequente”¹⁹⁴. Ela continua reforçando que, na medida em que o clima melhorava no Ceará, os trabalhadores abandonavam as obras e voltavam a suas terras.

Essas ações ajudaram a construir uma imagem não tão boa daqueles empregados nessas obras. Não familiarizados com os serviços sistemáticos e rigidamente organizados, os operários foram taxados de preguiçosos, indolentes e impróprios ao trabalho. O engenheiro Carlos Alberto Morsing¹⁹⁵ reclamou ao encontrar trabalhadores não adaptados ao tipo de serviço necessário às construções. Mais essa “qualidade” foi atribuída a população local, que, mesmo assim, não se dobrava inteiramente as exigências vindas de cima.

A preocupação das elites locais com esses eventos fez a utilização dos meios de repressão e, em último caso, da dominação, como uma necessidade, seja na Capital ou no interior do estado. Isso aos olhos dos grupos privilegiados, certos de sua posição superior. Estes viam os grupos empobrecidos, dentre eles os que trabalhavam na linha férrea, como depravados e perversos que precisavam ser controlados e modificados, a fim de serem úteis a nova realidade. Essa percepção, exposta em alguma medida, chegava aos ouvidos dos mais empobrecidos e, sem dúvida, direcionava suas ações.

No relatório de província de 1853, o presidente Joaquim Vilela de Castro, afirma que a educação moral e religiosa, intimamente interligadas no período, além da polícia e da boa administração, “influem poderosamente na prevenção dos crimes e consequentemente na segurança dos direitos individuais”¹⁹⁶. É de se supor que os mais necessitados tomassem o

¹⁹³ *Ibidem*. pag. 91.

¹⁹⁴ REIS, 2015, pag. 351

¹⁹⁵ Em um ofício o engenheiro disse que “os operários que aqui encontrei não estão habituados a trabalhos desta espécie e muito tem custado conseguir-se a sua frequência e actividade”. In: BR, APEC, EFB, 02, 1878. Ofício s/n, 30/09/1878.

¹⁹⁶ Relatório do presidente da província do Ceará, 1853, pag. 6. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1853&item_id=3107#?h=1853&c=4&m=15&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1259%2C0%2C4244%2C2993. Acessado em 25 de abril de 2022.

conhecimento de que o comportamento com base na religião, e por religião entende-se cristianismo, era o esperado para um homem que quisesse afastar de si o estigma da criminalidade, independentemente de sua condição.

A participação em eventos religiosos dos mais diversos tipos tinha o potencial de criar uma aparente proteção, nem sempre planejada, precária e sutil, contra preconceitos. Não é de admirar que a maioria das pessoas à época fosse católica; e de fato o eram, a presença de inúmeras construções voltadas ao cristianismo nos indica isso¹⁹⁷. Não estamos eliminando o fator fé, uma crença verdadeira, estamos apenas adicionando um elemento que não contradiz um sentimento legítimo de devoção. Caso parecido, de adesão a crença dominante, é encontrado na atuação dos povos originários brasileiros, como aponta Maria Inês Ladeira¹⁹⁸.

No entanto, a aceitação da religião reinante não era feita em sua integralidade. Shepard Forman nos alerta que, apesar do fator religiosos ser algo comum na vida do brasileiro, ele absorve apenas parcialmente os elementos formais dessa crença. Mesmo aqueles que eram praticamente obrigados a aderir ao cristianismo, como os cativos, tentavam preservar suas identidades, resistindo a imposição de forma não aberta. Nesse processo, analisar o que era a utilização de elementos da religião dominante como uma ferramenta para amenizar dificuldades da vida, diferenciando-os da resistência diante da imposição dessa mesma religião¹⁹⁹, é uma tarefa bastante delicada.

Há uma mistura de informações e referências de crenças provenientes dos nossos primeiros habitantes, do cristianismo, de um tipo de misticismo individual, e de matrizes afro-brasileiras.²⁰⁰Essa mescla complexa tornava algumas ações e crenças mais difíceis de serem explicáveis aos olhos da alta sociedade local. Isso ocorreu em Baturité, no ano de 1880: um relato de alguém não identificado, mas publicado no jornal A Ordem, afirmou que houve um evento milagroso em que uma mulher, falecida alguns anos antes e enterrada em um cemitério local, teve

¹⁹⁷ Pedro Catão enumera sete templos católicos na cidade de Baturité. Sem contar as casas e edifícios que eram utilizadas para culto, missas, dentre outras práticas, em pequenas localidades, mais distantes dos centros. Ele relata a existência de um único templo voltado ao culto presbiteriano, o que nos leva a crer que o catolicismo, nessa região, possuíam muito mais adeptos do que as demais denominações. CATÃO, 1937, pag. 51.

¹⁹⁸ Falando sobre a inserção do índio no mundo religiosos do colonizador branco, Maria Inês escreve o seguinte: “Seria uma estratégia consciente do índio, de se adequar a violenta opressão branca. Não seria a existência de um sincretismo religioso, mas, a necessidade de minimizar as desigualdades dessas relações sociais cotidianas existentes entre índios e brancos”. In: LADEIRA, Maria Inês. *Espaço Geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso*. 1. ed. São Paulo e Maringá: EDUSP e EDUEM, 2008. Pag. 197.

¹⁹⁹ Hilário Sobrinho, ao mencionar a conversão ao cristianismo de negros e nativos, por meio da ação da Igreja católica, salienta que esses grupos “interpretavam os ensinamentos conforme sua cultura, impingindo assim, muitas vezes, sua marca, para manter a preservação de sua identidade, como forma de resistir à escravidão” In: SOBRINHO, José Hilário Ferreira. *Catarina, minha nêga, tão querendo te vender: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881)*. Fortaleza: SECULT/CE, 2011. pag. 92-93

²⁰⁰ FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. Pag. 36.

seu caixão aberto e, para a surpresa de várias pessoas presentes, estava com seu corpo praticamente intacto. Segue uma parte do relato:

Ainda vivem pessoas de seu tempo, que affirmam ter ella sido dotada de edificantes virtudes, e admirada por sua inalteravel resignação em muitos sofrimentos phisicos e moraes, de que foi victima. Os homens da sciencia que têm examinado o corpo, não explicam o phenomeno, que acham fóra da orbita do natural, e o povo na sua religiosidade, proclama o milagre, crendo piamente, e eu com elle, que esse privilegiado corpo doi involucro d'uma alma religiosa²⁰¹

A questão, se ouve o dito milagre ou não, não importa. O que nos interessa é a crença levada a diante mesmo sem o respaldo de uma figura de autoridade, nesse caso, os ditos cientistas desempenhavam esse papel. Esse evento traz o debate sobre até onde ia o poder das autoridades como os líderes religiosos, doutores e políticos. Um povo com o pensamento fortemente religioso pode facilitar um eventual controle, mas também dificultá-lo, se o que foi pregado não estiver de acordo com o que pensa a elite da região.

A adesão a religião dominante, mesmo que verdadeira e parcial, pode ser vista como uma estratégia sutil, já que não é incisiva e de certa forma pertence ao cotidiano das pessoas do interior do Ceará. Ir às missas, novenas, cultos, festividade, dentre outros, era, além de devoção, um passatempo, uma oportunidade de encontros e divertimentos.

Por outro lado, mostrar sua insatisfação diante de seus dominadores de forma pública, explícita, também era um meio disponível e passível de ser adotado. Podia-se apelar diretamente, recorrer à benevolência dos “homens de bem” da sociedade. Um exemplo da utilização desse mecanismo pode ser visto na passagem abaixo:

Por ocasião do jantar oferecido pelo nosso particular amigo o Sr. Alfredo Dutra, no dia imediato ao do seu casamento apareceu o escravo Justino de 45 anos de idade do Sr. Aderaldo Sampaio, implorando dos convivas presentes um obalo(?) para a sua alforria. O nosso amigo Dr. Antonio Pinto, tomando a palavra, explanou com a eloquencia comovente e arrebatadora que sempre lhe sobra em taes occações, as tristes condições do homem naturalmente livre e barbaramente escravizado, que sente de continuar na athmosphera da intelligencia as trevas do captiveiro – e terminou pedindo em nome do desvalido a liberdade do escravo. Por um secreto impulso de generosidade que anima as grandes almas dos convivas levantaram-se ao reclamo feito aos seus sentimentos de caridade concorrendo com as quantias seguinte [...]²⁰²

O relato acima, descreve uma situação de aparente êxito. Apesar do tom de tristeza, o escravizado consegue reunir o dinheiro necessário para alforriar-se. Ocasões públicas e de divertimentos eram usadas para pedir ajuda aos mais ricos, apelando aos sentimentos de generosidade e “caridade cristã”. Fazendo um exercício possível, imaginamos que o escravizado

²⁰¹ A Ordem, Baturité-12 de setembro de 1880. n 53, pag, 2

²⁰² A Ordem, Baturité-25 de julho de 1880. n 46, pag. 1.

pensou em como mobilizar determinado grupo de pessoas que detivessem recursos o suficiente para comprar sua alforria, assim fez o pedido em uma ocasião em que ele julgou adequada, pois negar o pedido poderia não ser bem-visto, talvez.

Analisar como a caridade cristã foi praticada, no entanto, requeria calma. Liana Reis²⁰³ nos diz que o catolicismo contribuiu na percepção dos escravizados como incapazes de, por meios lícitos, modificarem sua condição social. Nessa percepção, os cativos necessitavam de ajuda dos homens “esclarecidos” para finalmente atingirem o grau de civilidade. Com isso, o caminho até a liberdade só seria concretizado com a ajuda das elites ilustradas.

O abolicionismo católico, apesar de advogar a favor da emancipação, possuía seus limites, indo até a legalidade estabelecida, já em certa medida, laica. Dentro desse aspecto do que podia ser defendido, intentava-se manter a ordem e a propriedade. Isso implicava em uma abolição lenta, que mantivesse a estrutura social.²⁰⁴ O pedido de alforria de Justino se insere nesse projeto de emancipação que, apesar do debate e das críticas atuais em torno dele, forneceu, em determinadas ocasiões, um conjunto de ideias que foram (e são) usadas e favorecidas na tentativa de melhorar, mesmo que minimamente, as condições de vida.

O pedido de Justino foi aberto, expondo a intenção na frente de outras pessoas, com direcionamento claro; porém havia ações menos apelativas feitas também por pessoas pobres livres, em geral. Dentre eles podemos citar a troca de favores, que envolvia executar pequenos trabalhos e ser leal a algum político/proprietário influente da região. Essas alianças teriam o potencial de garantir apoio e socorro em momentos de aperto, como uma prisão injusta, de cunho político, ou agressão do seu patrão.

Nesse ambiente, em que as relações sociais, por mais desiguais que fossem, levavam em consideração os acordos e posturas, até mesmo em momentos extremos, como a proximidade da morte, alguém necessitado podia requerer a evocação de antigos vínculos interpessoais. Izidoro, um trabalhador pobre local, viu-se nessa situação, sendo obrigado a recorrer a sua rede de relações, que, para sua sorte, contava com pessoas de melhores condições. Acamado, ele foi “abandonado pelo seu protector, recorreu ao Capitão Antonio Alvess de Carvalho, seu antigo benfeitor, que attendendo a sua miseria soccorreu-o na cama e deu-lhe o necessario para a sepultura.”²⁰⁵

²⁰³ REIS, Liana. “Abolicionismo, Imprensa e Poesia”. IN: Venâncio, Renato Pinto (org.). **Panfletos abolicionistas: o 13 de maio em versos**. Belo Horizonte: secretaria de Estado de cultura de Minas Gerais. Arquivo Público, 2007. Pag. 42-61.

²⁰⁴ ABREU, Martha. “Pensamento Católico, Abolicionismo e Festas Religiosas no Rio de Janeiro”. IN: Marcos Pamplona (org.). *Escravidão, Exclusão e Cidadania*. Rio de Janeiro: ACESS, 2001.

²⁰⁵ Relato retirado do: A Ordem, Baturité- Domingo, 15 de fevereiro de 1880, n 23, pag. 4.

Desses vínculos, entre empregador e empregado livre, assim como entre escravo e seu proprietário, derivam expectativas e compromisso que possibilitam atenuar a vida do elo mais fraco. Referindo-se as interações entre cativos e seus “donos” em seu *Ser escravo no Brasil*, Kátia Mattoso ressalta que havia uma parcela de liberdade que não permitia uma relação pautada na obediência por completo de quem deveria, em tese, obedecer. Os cativos tinham uma certa habilidade, um certo jeito de tornar sua vida um pouco menos pedante, para si e para seus descendentes.²⁰⁶ Eles podiam usar regras implícitas ou explícitas para exigir o cumprimento dessas expectativas. Assim o faziam, por exemplo, para que fossem respeitadas as “benfeitorias”, construídas pelos cativos, fora do poder de seu senhor:

Antonio Saraiva de Araujo Leão, faz sciente ao publico a quem quer que faça negocio com o sitio Baixa fresca de Simplicio Teixeira de Castro, que efetuando a compra do referido sitio respeite as bemfeitorias do escravo Ignacio e dos filhos e genros do mesmo Teixeira, feitos fora do pátrio poder. Pernambuco 10 de Abril de 1880.
207

Passagens como a citada acima eram frequentes, o que nos leva a pensar que, mesmo possuindo escravos como trabalhadores, havia algumas condutas a serem seguidas pelo proprietário de terra, como levar em consideração essas construções no momento de administrar e vender o terreno. Essas condutas, flexíveis e passíveis de interpretações diversas, tinham na justiça formal uma de suas instâncias de debate. Era nesse campo oficial, muitas vezes tendenciosa em seus posicionamentos, onde os conflitos entre os diferentes segmentos sociais eram recebidos, tratados e utilizados como referência.

Apesar de ser mais incisiva com os que menos tinham, sendo produto e reproduzindo as relações desiguais (como parece ter sido no caso da prisão de José Sabino²⁰⁸, já relatado) a atuação da justiça estava inserida em uma prática social, e como tal estava sujeita a capacidade das pessoas de comunicar e dialogar. Logo, seu significado, bem como o andamento de suas iniciativas, era variável, indo além da letra fria da lei. Isso se dava pela própria constituição desse espaço, permeado pelas relações de poder. Nessa perspectiva, Silvia Lara escreve que a justiça, o Direito, vai além de sua utilização como instrumento de dominação, como ocorre em algumas circunstâncias, se colocando como um campo de disputas.

Por isso mesmo, o direito, o justo, o legal e o legítimo não mais podem ser concebidos como remansos ordenados por uma tradição intelectual específica (às vezes múltipla, mas sempre concebida a partir de cima). Também não podem mais ser considerados simples instrumentos a serviço da dominação. Ao contrário, formam campos

²⁰⁶ MATTOSO, Kátia M. de Queiros. **Ser escravo no Brasil**. -Tradução de James Amado. - São Paulo: Brasiliense, 2003.

²⁰⁷ A Ordem, Baturité- Domingo 11 de abril de 1880, n 31, pag. 3

²⁰⁸ A Ordem, n 22, pag. 2

conflituosos, constitutivos das próprias relações sociais; campos minados pela política, cujos sentidos e significados dependem das ações dos próprios sujeitos históricos que os conformam²⁰⁹.

Por mais que se conteste a posição do estado perante os mais pobres, ele também está imerso nesses “campos minados pela política”, criando e colocando possibilidades de alguns mecanismos de defesa para os mais necessitados. Não parece ser com a intenção de efetivar algum tipo de dominação que os vereadores de Baturité propõem, em 1882, a designação de um “promotor público obrigado a defender reos pobres perante o jure”²¹⁰.

Essa proposta, de direcionamento do promotor para defesa de pessoas sem recursos, apesar de fazer sentido, haja visto a dificuldade de alguns grupos para se defenderem diante da justiça, insere-se em uma mentalidade presente na província. É frequente, nos relatórios de província, a especificação da condição dos indivíduos. Fala-se em doentes-pobres, presos-pobres, trabalhadores-pobres²¹¹. Aqui é um promotor para os pobres.

Essa proposta foi colocada em pauta através de um requerimento, devendo ser deliberada e julgada pelos demais vereadores. O resultado dessa iniciativa não foi encontrada na documentação, porém, a existência desse requerimento já é significativo. Ele foi possível graças a benevolência de um vereador, preocupado com os mais pobres? Pode ser, não excluimos essa possibilidade. Mas devemos considerar a presença de pressões dos mais diversos grupos sobre as figuras de autoridade envolvidas com as questões legais. Inclusive, os mais carentes possuíam sim suas armas e artimanhas para fazer tais pressões. Quando digo armas, em algumas circunstâncias, é literal. O uso de violência como forma de amedrontar, ou fazer o que entendiam como justo, era frequente, apesar da percepção de alguns presidentes de província sobre uma possível índole pacífica do povo cearense.

O jornal traz a descrição de uma ocorrência em Russas, mostrando a aplicação da lei em um crime praticado contra um juiz. O doutor de Direito da comarca foi agredido por seu antigo criado, acompanhado por outro suspeito, que lhe desferiram chutes, murros, dentre outras agressões. A questão gira em torno se houve ou não uma tentativa de homicídio contra o doutor. A defesa do criado tenta provar que não foi uma tentativa de homicídio e sim uma agressão de menor potencial ofensivo. O raciocínio é que, se ele quisesse matar a vítima, teria feito, pois possuía todas as condições de ceifar sua vida com instrumentos mortais, como paus e pedras, disponíveis no local

²⁰⁹ LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (organizadoras). Apresentação. **Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2006, p. 13.

²¹⁰ A Onda, Baturité- Domingo, 30 de abril de 1882, n 7 pag3.

²¹¹ Relatório do presidente da província do Ceará, 1885. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1885&item_id=3145#?h=1885&c=4&m=99&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1377%2C0%2C4529%2C3194. Acessado em 12 de março de 2022

do crime²¹². Isso nos indica que os subordinados não eram passivos em suas relações com seus empregadores, por mais que estes ocupassem posições de prestígio; faziam uso de violência se julgassem necessário. Claro, não entramos no mérito da ação, até porque faltam mais informações sobre o caso.

Não sabemos a motivação do agressor, mas a utilização de meios violentos para conseguir o que se entendia como justiça ou vingança era uma prática comum no sertão cearense na segunda metade do século XIX, segundo Marta Santos²¹³. Ela acrescenta que foi em nome da “honra” que boa parte desses crimes foram praticado. Não quis buscar a justiça ou não pôde porque o pai decidiu a cobrar a realização do matrimônio por parte do homem que tirou a virgindade de sua filha; recebendo uma resposta negativa, a ofendida sacou uma arma e disparou cinco tiros no tal homem, que por acaso era seu primo²¹⁴. Sem buscar o Estado como solução, procuravam resolver por si só suas desavenças, e isso era motivo de constantes preocupações por parte dos mais ricos. Frei Alemão mencionou em seus manuscritos a banalização do método de resolução de problemas baseado no “tiro”. Falando sobre o sertão, ele conta que essas ações agressivas tinham sua origem da ação tardia da justiça, além da fácil existência de instrumentos úteis para esse fim. O botânico, apesar de reconhecer que o cenário está mudando com o crescimento e desenvolvimento das cidades, escreve o seguinte:

Às vezes é uma ofensa à honra da família, outras vezes é o ciúme, outras vezes uma afronta pessoal; e não estando o duelo em nossos costumes, recorre-se ao assassinato; e porque a ação da justiça é tardia, difícil, e incerta, estes sicários, que vendem o seu braço, ou se subtraem à justiça fugindo, ou se acoitam à sombra dos potentados²¹⁵.

Mencionei que fazer favores, em troca de algum tipo de retribuição, podia ser considerado uma estratégia de resistência; uma situação extrema dessa simbiose, é a oferta desses serviços “mórbidos”, como assassinar ou agredir alguém, em troca de proteção de um “potentado”. Cabe lembrar que o sertão, termo genérico e vulgarizado no século XX, foi resumido em imagens que evocavam a violência diária, a educação precarizada, a pobreza em grande medida originada da seca prolongada, os laços familiares e a presença forte da noção de honra; no entanto, tais imagens, por mais errôneas que fossem, tinham um certo fundo. Emanuele Carvalheira escreve o seguinte:

²¹² A Ordem, Baturité- Domingo, 12 de setembro de 1880, n 53, pag 3

²¹³ SANTOS, Marta S. Honra, Terra e Violência: O mundo dos homens pobres livres do sertão cearense do século XIX. **Trajetos. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará.** – vol. 6, n. 11 (jun. 2008) – Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2008.

²¹⁴ No relato do caso, a iniciativa da jovem de sacar um revólver e atirar em seu primo não foi bem-sucedida, já que nenhum tiro atingiu o rapaz, que enfurecido, “começou por sua vez a fazer fogo contra o pae e filha e com tal fatal acerto que matou instantaneamente o ancião Prekett” In: A Ordem, Baturité- Sábado, 25 de dezembro de 1880, n 67, pag. 2.

²¹⁵ ALEMÃO, 1961, pag. 287.

“Como toda imagem discursiva, esta visão do Sertão se alimenta de elementos tirados de um universo social e cultural mais vasto. Por isso, não se pode negar que o Sertão se define enquanto sociedade rural e tradicional”²¹⁶. Essas características trazem consigo concepções próprias do mundo rural no século XIX e XX, dentre elas o paternalismo, cuja existência permitia, ao mesmo tempo, a subjugação e a proteção daqueles submetidos a autoridade do chefe que exerce esse papel.

Como foi mencionado, uma das imagens discursivas que retrataram (e retrata) o Ceará é a educação precarizada. Apesar de conter erros, essa percepção não é totalmente descartável. Há nuances que precisam ser discutidas, foram elas que permitiram ao campo da instrução colocar-se, também, em alguns momentos, como um instrumento de resistência dos menos afortunados.

De forma geral, durante o século XIX foi dada uma importância significativa ao campo educacional, não somente nesse estado. Em suas *Falas do Trono*, que consistiam basicamente em pronunciamentos do monarca em sessões do parlamento, o nosso governante máximo reafirmava, reiteradamente, a importância e a necessidade da instrução do povo. Em uma de suas falas ele diz: “A educação e a instrução popular continuam a ser o objetivo dos mais assíduos cuidados do governo, a ser-vos-á apresentado um plano, tendente a dar sistemático e mais vigoroso impulso a esse progresso essencial, a que a iniciativa particular presta o mais louvável concurso”²¹⁷. Em um outro discurso, a Princesa Isabel prossegue na mesma investida em prol da educação:

A instrução pública continua a merecer do governo a maior solicitude. Foram criadas no município dessa corte escolas de segundo grau, e as normais, destinadas a preparar professores para o ensino primário de ambos os sexos, terão de ser brevemente inauguradas. Nas províncias este ramo de serviço apresenta sensível progresso, limitado, porém, pela falta de meios de que podem dispor. Se os melhoramentos materiais por elas empreendidos têm recebido vosso auxílio, justificada será qualquer despesa que autorizeis para coadjuvar esse grande elemento de civilização.²¹⁸

Em sintonia com essas falas, aqui, no Ceará os presidentes de província reafirmavam essa percepção. Para eles, era de importância fundamental o melhoramento da educação na província. Somente por meio da educação ou instrução é que poderíamos seguir rumo à civilização. Em 1852, o Presidente Doutor Joaquim Marcos d’Almeida escreve:

Sabeis melhor do que eu, senhores, que os pais, que mais tem adiantado na senda da civilização, devem-n’o á boa instrução primária, porque é no coração das crianças, que os princípios mais facilmente se inoculam. É d’esperar, pois, que empregareis todo o desvelo n’esta importante questão social.²¹⁹

²¹⁶ MAUPEOU, 2008, pag. 34.

²¹⁷ 1874- Fala do Trono na Abertura da Assembleia Geral em 5 de maio de 1874. **Fala do Trono**- Desde o ano de 1823 até o ano de 1889. São Paulo: Melhoramentos, 1977, p. 422.

²¹⁸ 1877- Fala do Trono na Abertura da 1ª Sessão da 16ª Legislatura da Assembleia Geral em 1º de fevereiro de 1877. **Fala do Trono** – Desde o ano de 1823 até o ano de 1889. São Paulo: Melhoramentos, 1977, pag. 438.

²¹⁹ CEARÁ. **Relatório do Excellentíssimo Senhor Doutor Joaquim Marcos d’Almeida Rego, Presidente da Provincia do Ceará à Respectiva Assembléia Legislativa na abertura da 1ª sessão ordinaria de sua 9ª legislatura, em o 1º de Setembro de 1852**. Fortaleza: Typographia Cearense, 1852, p.15.

A centralidade da temática da educação dada tanto nacional como localmente, no entanto, não evitou que os problemas desse campo se perpetuassem. Segundo Bárbara Eliza Soares Silva, em sua dissertação, os governantes tentaram sanar os problemas por meio da retórica, elaborando leis e um arcabouço de ideias. Entretanto, na prática, não surtiram o efeito desejado por serem baseadas em concepções europeias, que pouco tinham relação com realidade do Brasil e muito menos com a cearense²²⁰. Mais ainda, no jogo político, o desrespeito às leis era constantes, inclusive pelos próprios criadores delas. Quanto a essa disparidade, entre o que era ensinado e o que “devia” ser valorizado, o presidente de província Joaquim Vilela de Castro, em 1853, dizia que a nossa instrução publica visava fazer advogados, literatos, clérigos, deixando sem aperfeiçoamento os ramos da agricultura e do comércio. Para ele, estes últimos “acham-se exactamente collocados na condição desse jardineiro, que em quanto contemplava as estrellas e compunha almanachs via seus legumes e plantas morrerem, ao passo que floreciam os do visinho, que applicava todo o cuidado ao cultivo”²²¹.

A situação em Baturité foi relatada por Pedro Catão, que a descreveu como precária, existindo poucas escolas, insuficientes para a extensão territorial, bem como para o tamanho da população. Esses poucos estabelecimentos não tinham higiene e nem conforto. Essa dificuldade prejudicava, inclusive, a oferta de pessoas letradas para os cargos públicos, como vereador e Juiz, que assinavam em cruz²²².

Mesmo diante desse cenário desanimador, alguns pontos devem ser ressaltados; foram eles que permitiram uma melhoria, mesmo que pequena, na vida de alguns habitantes baturiteenses. O “A Ordem”, em 1880, exalta a presença de uma escola noturna frequentada por mais de 40 alunos pobres. Não fica claro se os alunos eram adultos ou crianças, porém cremos que sejam essas últimas os frequentadores das aulas. O horário foi adequado, já que se trataria de filhos de trabalhadores, ocupados durante o dia ajudando seus pais²²³.

A presença dessa escola está de acordo com o que defendeu o presidente da província Francisco de Faria Lemos. Em 1876, o excelentíssimo Senhor Desembargador escreveu que o

²²⁰ SILVA, Bárbara Eliza Soares. **Uma história da educação: a invenção da instrução pública na província do Ceará (1858-1889)**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História Social. Fortaleza, 2012.

²²¹ Relatório do presidente da província do Ceará, 1853. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1853&item_id=3107#?h=1853&c=4&m=15&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1259%2C0%2C4244%2C2993. Acessado em 12 de março de 2022.

²²² CATÃO, 1937, pag. 67.

²²³ A Ordem, Baturité- Domingo, 7 de março de 1880, n 26, pag.2

ensino noturno seria a saída para amenizar a pouca participação dos mais pobres no processo de instrução pretendido pelos governantes. Ele coloca:

Todos os cuidados, e desvellos dos poderes devem convergir para este ponto, tendo-se em consideração, que a parte da nossa população, que menos participa do benefício da instrução, é a classe pobre, porque lhe falta os meios necessários para mandar seus filhos à uma escola; é preciso pois que haja um generoso esforço, para proteger-se essa classe, arrancando-a das trevas e abrindo-se-lhe o caminho, que deve conduzi-la ao seio da sociedade com espírito esclarecido e cultivado; ora, o meio que parece mais proprio para attingir esse fim, é a criação de escolas noturnas, pela razão que em outra parte expendi²²⁴.

A percepção de que os mais necessitados estavam nessa condição por, dentre outros fatores, serem negado os meios para melhorar de vida, em muito contribuiu no processo de mobilizar parcelas da população em prol de reivindicações nos diversos campos. Esse movimento, a despeito de sua eficácia, reforçou a noção de que grupos mais vulneráveis mereciam uma atenção especial. Essa preocupação, em alguns momentos originou repressões de todos os tipos de um lado, mas também respostas benéficas, como o esforço contínuo visando a difusão da educação na província. Claro, aos mais empobrecidos podia ser ofertado um tipo de ensino diferenciado, como coloca Silva e Francischini (2012). Para as crianças da “casa grande” era possível ser educada pelos jesuítas e por professores particulares, já para as crianças pobres e/ou escravizadas “nenhum direito à educação, mas o dever de aprender algum ofício, também a partir dos seis anos”²²⁵. Mesmo diante dessa diferenciação, ainda dava para fazer algo.

Além do ensino noturno, levado adiante por meio da iniciativa de alguns grupos, dentre eles a comunidade católica, alguns particulares se dispuseram a exercer a função de professores. De forma filantrópica ou remunerada, essas pessoas ajudaram a difundir as letras mesmo entre grupos que pouco tinham a oferecer em retribuição. Pedro Catão observou a presença da iniciativa particular na Serra de Baturité, onde, apesar das dificuldades, “tem estabelecido ali bons educandários”²²⁶. A atuação desses particulares foi necessária diante da lentidão dos governos locais em criarem os estabelecimentos educacionais voltados ao público em geral. Esse atraso atingia drasticamente os mais carentes, que detinham poucos recursos para investir no ensino dos filhos; porém, havia aqueles que dispendiam muito esforço e conseguiam alfabetizar seus filhos. Bárbara Eliza destacou, além da atuação da igreja católica e casas de Caridade, a possibilidade de

²²⁴ Relatório do presidente da província do Ceará, 1876. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1876&item_id=3135#?h=1876&c=4&m=73&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1607%2C0%2C5117%2C3609. Acessado em 12 de março de 2022.

²²⁵ SILVA, Carmem Virgínia Moraes da; FRANCISCHINI, Rosângela. O surgimento da educação infantil na história das políticas públicas para a criança no Brasil. **Práxis Educacional**, vol, 8 n. 12. pag. 257-276 jan/jun. 2012. Pag. 259.

²²⁶ CATÃO, 1937, pag. 67.

os agregados frequentarem as aulas particulares juntamente com os filhos das pessoas de melhores condições, que financiavam tais aulas:

Não obstante, a Igreja Católica fazia-se a miúdo presente nas casas de Caridade e nas aulas dominicais. Nesses espaços, eram ensinados, além dos princípios religiosos do catolicismo, noções de leitura, escrita e cálculos. Ademais, os professores particulares eram pagos para ensinar os filhos dos possuidores de melhores condições financeiras, sendo que, por meio destes, agregados menos abastados poderiam frequentar as aulas particulares. A escola não era o único meio de instrução e, até aquele momento, a instrução pública não havia sido organizada de forma sistemática²²⁷.

A apropriação da leitura e da escrita, além de outros conhecimentos, seja por meio do ensino religioso ou laico, em instituições oficiais ou não, “pegando carona” nas aulas dos filhos de pais ricos, ou de forma autodidata, contribuía no melhoramento (mesmo que mínimo) na vida dos alunos mais empobrecidos. Eles puderam entender e se posicionar no mundo de forma mais clara, mais assertiva, em relação aos seus pais, já que dispunham de um arsenal mais vasto para o enfrentamento das dificuldades cotidianas.

²²⁷ SILVIA, 2012, pag. 29

5 CONCLUSÃO

A presente dissertação, inserida no campo da História Social²²⁸, teve como centro reflexivo as problemáticas envolvendo o mundo do trabalho, controlado e submisso, e a condição de indivíduos submetidos ao estado de pobreza no município de Baturité. Com o incremento da produção de café, esse local vivenciou, na segunda metade do século XIX, um cenário em que a agricultura comercial ganhou terreno, trazendo implicações no mundo do trabalho, que já possuía questões em torno da transição do trabalho escravizado para o livre.

Como já delinhamos brevemente, esse estado de precariedade pode ter várias origens e traz implicações diversas, sendo inclusive adquirido por consequência da morte do(s) provedor(es) de uma família, como foi o caso da morte do tenente Joaquim Victoriano. Por outro lado, o trabalho, como aquele que traz o sustento, é central na permanência, saída ou agravamento da pobreza. É por meio dele, e das relações sociais mobilizadas por ele, que os recursos materiais/ financeiros são adquiridos, não só para os indivíduos, mas para o funcionamento das instituições.

Observamos que o Estado, seja através de seus representantes municipais ou provincial, contribuiu para a manutenção da desigualdade entre ricos e pobres ao, por exemplo, disponibilizar recursos e mobilizar mão de obra barata para viabilizar, dentre outras iniciativas, obras que, apesar de serem “públicas”, trazia os maiores benefícios para quem já tinha boas condições de vida. Erguer a Estrada de Ferro de Baturité, produzir material de construção, limpar terrenos para plantio, construir açudes, além de outras medidas, foram citadas nas fontes analisadas como meios de trazer mais vantagens para pequenos grupos.

Percebemos que, mesmo com a presença reduzida, havia escravos no município. Eles compuseram a massa de trabalhadores pobres, com o diferencial de possuir um vínculo que estabelecia maior subalternidade, a princípio. Sua condição jurídica e social os fazia sofrer mais diante das agruras cotidianas, sendo, inclusive, vendidos como meio de adquirir recursos para os patrões em decadência. Apesar do ganho crescente de espaço por parte do movimento a favor da abolição, identificado dentro de Baturité, ainda pôde ser notado a equiparação dos cativos com animais.

A transição para o regime livre trouxe a necessidade de adequação do trabalhador às novas exigências econômicas. Notamos que algumas medidas foram tomadas, principalmente, pelo

²²⁸ O diálogo envolvendo as discussões em torno da pobreza e a História Social é uma iniciativa adotada nas últimas décadas, assim é colocado na apresentação do livro “História Social da Pobreza no Brasil”. Para os organizadores, esse ramo da História “fomentou diversos estudos sobre os *excluídos da história* e contribuiu para relativizar o peso das estratificações sociais no comportamento dos sujeitos históricos.” In: CARDOSO, José Carlos da Silva; CESAR, Tiago da Silva; RUCKERT, Fabiano Quadros; SILVA, Jonathan Fachini (Orgs). **Histórias da Pobreza no Brasil**. Coleção Direito e Justiça Social, vol. 6. Editora da Furg: Rio Grande, 2019. Pag. 8.

aparato estatal e elites locais, e, portanto, vindas de cima para baixo, visando tornar o trabalhador apto a servir como mão de obra útil. Podemos citar a iniciativa dos vereados baturiteenses de usar a mão de obra dos mais necessitados para construir obras públicas e limpar terreno de particulares, utilizando-se do subdelegado para efetivar as ações. Identificamos algumas estratégias utilizadas para explorar e manter o trabalhador pobre sob controle, como os empréstimos a juros altos, a limitação do acesso à terra e o uso da religião como meio de tornar mais aceitáveis as condições impostas.

As iniciativas voltadas para a adequação e uso do trabalhador foram levadas adiante tendo um sonhado projeto modernizador do município, e da província de forma ampla, como um horizonte. O objetivo era se torna um lugar parecido com as cidades europeias²²⁹. Uma França principalmente em termos culturais e econômicos. No entanto, a precariedade estrutural em que se encontrava as localidades no interior da província, aliada a visão de um passado em ruínas (como os engenhos de cana de açúcar), além da presença de escravizados, era um contraponto a esses desejos.

Observamos que foram utilizadas um arcabouço de ideias e teorias aplicadas aos grupos menos favorecidos, formando uma imagem de potenciais criminosos, violentos e ociosos, atribuída inclusive para aqueles que negavam algumas condições de trabalho. Até mesmo a devastação das matas (relacionadas com as crises climáticas) e os episódios de surtos de doenças foram associadas a grupos específicos, no intuito de criar uma percepção do quão as camadas mais pobres eram prejudiciais. Desse modo havia o realce da necessidade de controle, a ser efetivadas especialmente pela força policial, frequentemente criticada pelo partidarismo e uso excessivo da força para conter os mais pobres. Mesmo no ambiente de trabalho, era incentivado o controle do patrão sobre o trabalhador, o que nos remete as relações escravistas entre homens teoricamente livres.

Para reprimir, foram utilizadas leis, no campo da regulação do trabalho, que estabeleciam penas para transgressões²³⁰. Constatamos que essas punições eram direcionadas ao polo “mais frágil” da relação entre os grupos sociais em certa medida antagônicos, o que gerava críticas a respeito da seletividade da justiça e do tratamento dado aos trabalhadores. Encontramos relatos de abuso de poder das autoridades públicas e empregadores, retirando dos trabalhadores o direito de, por exemplo, receber auxílio através dos socorros públicos e usufruir do produto de seu trabalho.

²²⁹ É interessante notar que esse desejo por modernização, progresso e desenvolvimento era quase unânime entre as elites do nosso país. Esse anseio estava presente em diferentes regiões do país. Na província do Mato Grosso, por exemplo, Sena diz o seguinte: “Os padrões da modernidade, vigentes no mundo ocidental, eram ansiados pelas elites brasileiras e, nesse caso, particularmente da província.” In: SENA, Divino Marcos de. *Pobres e Pobreza na província de Mato Grosso*. In: **Histórias da Pobreza no Brasil**. Coleção Direito e Justiça Social, vol. 6. Editora da Furg: Rio Grande, 2019. Pag. 40.

²³⁰ Cenário não muito distante do apresentado por Sena em Mato Grosso. Segundo ele, “Qualquer homem que não estivesse empenhado num trabalho regular deveria ser vigiado e, em alguns casos, punido” (SENA, 2019, pag. 48)

Os grupos mais carentes possuíam, além da pobreza, algumas características que os tornavam alvos principais da repressão e do controle, como a cor da pele, a ocupação (trabalho), e a falta de instrução. Possuir essas características era estar sob o olhar rígido das autoridades estatais e, ao mesmo tempo, ser explorado.

Apesar das medidas aplicadas sobre os trabalhadores, estes não eram sempre passivos. Abordamos algumas formas e estratégias de resistências percebidas ao longo da pesquisa. De forma visível ou sutil, os trabalhadores pobres se utilizavam dos meios disponíveis para agir e reagir diante das injustiças cotidianas. O uso de ocasiões aparentemente desprezíveis, ou a revolta armada, direta, estava no “cardápio” de opções.

Por mais controlados que fossem, havia uma margem de autonomia, para livres e escravizados, a ser usada quanto for preciso ou considerado adequado. Detectamos um certo receio de que, mesmo sob certo controle, os trabalhadores pudessem se rebelar e, através de seu contingente numérico, colocar em risco uma ordem vigente que os prejudicavam.

As manifestações podiam ser abertas, por meio de saques e revoltas, mais ou menos violentas, coletivas ou individuais. O abandono dos postos de trabalho, as greves, as migrações²³¹, os saques de trens e depósitos, a vingança praticada pelas próprias mãos ou por meio de terceiros, e até pedidos públicos pela liberdade (contando com uma espécie de pressão social) foram abordados.

Notamos que se associar a religião dominante e frequentar publicamente os eventos, assim como evocar antigos laços de solidariedade com antigos patrões, mesmo que constituídos sob um regime de trabalho desigual, tinha um potencial de ser explorado em caso de necessidade. Participar da vida religiosa local, reivindicar acordos, posturas, e vínculos sociais constituídos ao longo da vida, podia garantir apoio e recursos quando, por exemplo, a morte se avizinhava.

Ainda no campo da resistência, consideramos que o Estado desempenhava não somente o papel repressor. Ele também colocou, propositalmente ou não, mecanismos a serem usados para aliviar as condições de vida do trabalhador pobre. Autoridades públicas, por mais tendenciosas que fossem, também podiam ser designadas para atender às reivindicações de trabalhadores ou mesmo defendê-los em conflitos com seus empregadores. Vereadores municipais, em certa medida, cumpriam seu dever de auxiliar os mais necessitados, deliberando sobre as formas de ajudar os mais prejudicados pelas secas.

²³¹ É interessante notar que mesmo saindo do seu local de origem em busca de melhores condições de vida, o trabalhador não se conformava no novo ambiente. Aqueles que chegaram na região amazônica, segundo Josali do Amaral, “carregavam seus próprios sonhos de uma vida melhor do que aquela que tinham deixado para trás e, ao se verem atraídos por novas perspectivas, não se deixaram levar pelos instrumentos retóricos de convencimento. In: AMARAL, Josali do. Nas trilhas dos Rios: Índícios da pobreza na Amazônia ocidental (1850-1880). **Histórias da Pobreza no Brasil**. Coleção Direito e Justiça Social, vol. 6. Editora da Furg: Rio Grande, 2019. Pag. 124.

Em Baturité, apesar do pequeno número da elitização e da precariedade estrutural, os estabelecimentos voltados ao ensino (primário ou secundário) estavam presentes, como que lembrando que a educação necessitava de atenção. No entanto, pequenas iniciativas, como a presença de escolas noturnas, a ação educadora de membros da Igreja Católica, além da ação de particulares (filantropos ou profissionais pagos) precisam ser ressaltadas, pois revelam a agência dos indivíduos a despeito de suas dificuldades cotidianas.

REFERÊNCIAS.

AZEVEDO, Celia Maria de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX.** São Paulo: Annablume, 2004.

ABREU, Martha. “Pensamento católico, abolicionismo e festas religiosas no Rio de Janeiro. *in*: Marcos Pamplona (org.). **Escravidão, exclusão e cidadania.** Rio de Janeiro: Acess. 2001.

ALBUQUERQUE, Vanessa da Silva; GONÇALVEZ, Monique de Siqueira. A opinião pública ou as opiniões públicas? A complexidade da Imprensa Brasileira na segunda metade do oitocentos. *in*: Seminários Internacionais. SEO- Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos. **Anais eletrônicos.** Niterói/RJ. v.2. 2017. p. 10. Disponível em: https://www.seo.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=50. Acessado em: 12 de dezembro de 2022.

ALCÂNTARA, Selma Maria Peixoto. **Sol e sombra: o café do Maciço de Baturité numa perspectiva ecológica e socioeconômica.** Orientador: José Levi Furtado Sampaio. 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente., Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/16705>. Acessado em: 12 dezembro de 2022.

AMARAL, Josali do. Nas trilhas dos rios: indícios da pobreza na Amazônia ocidental (1850-1880). **Histórias da Pobreza no Brasil.** Coleção Direito e Justiça Social, v. 6. Editora da Furg: Rio Grande, 2019.

ASSUNÇÃO, Mariana Almeida. **Escravidão e liberdade em Fortaleza, Ceará (século XIX).** Orientador: George Evergton Sales Souza. 2009. 153 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. Doutorado em História. 2009. Disponível em <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/13690>. Acessado em: 12 dezembro de 2022.

BORGES, Barsanufio Gomides. Ferrovia e modernidade. **Revista UFG**, Goiás, ano XIII, n. 11. dezembro de 2011.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *in*: Carla Bassanezi Pinsky(org.), **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

BARROS, José D’Assunção. A história social: seus significados e seus caminhos. **LPH-Revista de História da UFOP**, Ouro Preto, n 15, 2005.

BARROS, José D’Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico.** 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRASIL. Thomaz Pompeo de Souza. **Ensaio estatístico da província do Ceará.** ed. Fac. Sim. (Coleção Biblioteca Básica Cearense) Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. O clima e as secas do Ceará [1877]. *in*: ROSADO, Vingt. (org.). **Nono livro das Secas.** Mossoró / RN: Fundação Guimarães Duque, 1983.

CARONE, Edgard. Coronelismo: definição histórica e bibliográfica. **ERA- Revista de Administração de Empresas**, FGV. v. 11, n 3, jul-set, 1971.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CAMPOS, Eduardo. **Revelações da condição de vida dos cativos do Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.

COPELLI, Giancarlo Montagner. **Desigualdade social, democracia e direitos humanos: uma leitura da realidade brasileira**. Orientador: Gilmar Antonio Bedin. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Direito, Curso de Mestrado em Direitos Humanos, 2018. Disponível em <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/4374>. Acessado em: 12 de dezembro de 2022.

CARDOSO, José Carlos da Silva; CESAR, Tiago da Silva; RUCKERT, Fabiano Quadros; SILVA, Jonathan Fachini (Orgs). **Histórias da Pobreza no Brasil**. Coleção Direito e Justiça Social, v. 6. Editora da Furg: Rio Grande, 2019.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; Revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-150**. 2 ed. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2010.

CANDIDO, Tyrone Apollo Pontes. A piedade e a força: trabalho forçado em obras de socorros públicos nas secas da passagem do século XIX. **Revista Mundos do Trabalho**, Santa Catarina, v. 8, n.15, janeiro-junho de 2016.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)**. Fortaleza: Museu do Ceará. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo. Os trilhos do Progresso: episódios de lutas operárias na construção da Estrada de Ferro de Baturité (1872-1926). **Trajeto**, Fortaleza, Revista de História da UFC, v. 1, n 2, 2002.

CANDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Sertão proletário: Pobreza, Paternalismo e Trabalho no Ceará Oitocentista. **SAECULUM- Revista de História**. João Pessoa, jul/dez. 2015.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2 ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CHALHOUB, Sidney. Vadios e barões no ocaso do império: o debate sobre a repressão da ociosidade na câmara dos deputados em 1888. **Estudos Ibero-Americanos**, Rio Grande do Sul, I-II. 1983.

DIAS, Elaine Cristina Jorge. **Retrato falado: o perfil dos escravos nos anúncios de jornais da Paraíba (1850-18880)**. Orientador: João Azevedo Fernandes. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. João Pessoa (PB). 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5992>. Acessado: 12 de dezembro de 2022.

DIAS, S. de O. **As ações de liberdade de escravos na justiça de Mariana 1850-1888**. Orientador: Ronaldo Pereira de Jesus. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História. Mariana, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/2586>. Acessado: 12 de dezembro de 2022.

EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FUNES, Eurípedes Antônio Funes. Negros no Ceará. *in.*: SOUSA, Simone (org.). **Uma nova história do Ceará**, 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**, 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.

FARIAS, Joanna Cavalcante Pinheiro. **Cadê o preto que estava aqui? Presença e alocação de escravizados em Vila de Acarape e Baturité (1870-1884)**. Orientador: Luís Tomás Domingos. 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis. Redenção, 2018. Disponível em: <repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2168>. Acessado: 12 de dezembro de 2022.

FORMAN, Shepard. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **As classes perigosas: banditismo urbano e rural**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

GOMES, F. dos S. Uma tradição rebelde: notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818). **Afro-Ásia**, Baía, n.17, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20854>. Acesso em: 28 jan. 2022.

H0ORNAERT, Eduardo (org.). **Crônicas das casas de caridade fundadas pelo padre Ibiapina**. São Paulo, Loyola, 1981.

HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. *in.*: HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs). **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acessadas em 02 de agosto de 2022

JUNIOR, Darlan de Oliveira Reis. **Senhores e trabalhadores no Cariri Cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. Orientador: Frederico de Castro Neves. 2014. 304 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social. Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/9543>. Acessado em: 12 de dezembro de 2022.

KRILOW, Letícia Sabina Wermeier. Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre “o político” na “grande imprensa carioca” de 1955 a 1960. **OFICINA DO HISTORIADOR**. v. 12, n 1. Jan-Jun, 2019.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Pedro Maia Soares (tradutor). 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KULA, Witold. **Problemas y métodos de la história económica**. Barcelona: Ediciones Península, 1977op. cit.

LINHARES, Juliana Magalhães. As experiências dos trabalhadores escravos e libertos em Fortaleza (1878-1888). in: XXV Simpósio Nacional de História. ANPUH. Fortaleza. 2009. 6 f. Anais eletrônicos. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772191_ac06f47d88738857ce378b26b19e1e75.pdf. Acessado em 12 de dezembro de 2022.

LINHARES, Juliana Magalhães. **Entre a casa e a rua: trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1888)**. Orientador: Franck Pierre Gilbert Ribard. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação em História Social. Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6117>. Acessado em: 12 de dezembro de 2022.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

LADEIRA, Maria Inês. **Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso**. 1. ed. São Paulo e Maringá: EDUSP e EDUEM, 2008.

LOBO, Renato Fernandes. **Representações sociais da pobreza e da caridade no jornal de Taubaté (1889 e 1935)**. Orientadora: Maria de Fátima de Melo Toledo. 2013. 156 f. Projeto de Pesquisa (Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Política e Práticas Sociais). Universidade de Taubaté. Programa de Pós-Graduação da Universidade de Taubaté. Taubaté-SP, 2013. Acessado em: <http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/924>. Acessado em 12 de dezembro de 2022.

LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (organizadoras). Apresentação. **Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2006.

LEAL, Vinicius Antonius Holanda de Barros. **História da medicina no Ceará**. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Fortaleza: INESP, 2019.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Entre árvores e esquecimentos**: história social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

MENEZES, Anna Waleska Nobre Cunha. O fenômeno do bacharelismo à Luz de Gilberto Freyre. **Revista Inter-Legere**, Rio Grande do Norte, n 5, 2015.

MARIZ, Celso. **O Apóstolo do nordeste**. Paraíba, 1 ed. UFPB, 1980.

MOURA, Denise A. Soares. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicações CMU/ Unicamp, 1998.

MAIA NETO, Emy Falcão. **Cartografias da água**: territorialidade, políticas e usos da água doce em Fortaleza (1856-1926). Orientadora: Kênia Souza Rios. 2015. 268f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/14512>. Acessado em 12 de dezembro de 2022.

MAUPEOU, Emanuele Carvalheira de. **Cativeiro e cotidiano num ambiente rural**, o sertão do médio São Francisco- Pernambuco (1840-1888). Orientadora: Maria do Socorro Ferraz Barbosa. Dissertação (Mestrado em História). 2018. 146 f. Programa de Pós-Graduação em História Social do Norte e Nordeste do Brasil, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7290>. Acessado em 12 de dezembro de 2022

MATTOS, Hebe. **Ao sul da história**: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. Rio de Janeiro. FVG, Faperf, 2009.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. 2.ed. Rio e janeiro: Jorge Zahar. 2004.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo de saquarema**- a formação do estado imperial. 2. ed. São Paulo, 2011.

MATTOSO, Kátia M. de Queiros. **Ser escravo no Brasil**. -Tradução de James Amado. - São Paulo: Brasiliense, 2003.

MOLLAT. Michael. **Os pobres na idade média**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico**: movimentos sociais na década da abolição. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2010.

MAIA NETO, Emy Falcão. **Cartografias da água**: territorialidade, políticas e usos da água doce em Fortaleza (1856-1926). Orientadora: Kênia Sousa Rios. 2015. 268f. – Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em História Social. Fortaleza (CE), 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/14512>. Acessado em: 12 de dezembro de 2022.

MAIA, Santana Glícia Menezes. **Gênero e trabalho no Maciço de Baturité**: protagonismo, poder e artesanato de mulheres. Orientador: Carlos Henrique Lopes Pinheiro. 2018. 149 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Humanidades). UNILAB-Programa Interdisciplinar em

Humanidades. Coordenação do Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades. Redenção, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/888>. Acessado em: 12 de dezembro de 2022.

NEVES, Frederico de Castro. Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877-1915). **Trajeto**. Revistas de História UFC. Fortaleza, v. 3, n. 6, 2005.

OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. Sentidos de um pedaço de rio que não existiu: A transposição so São Francisco em meados do século XIX. *in*: CORTEZ, Ana Isabel R.P.; FUNES, A. Eurípedes; MAIA NETO, Emy & RIOS, Kenia S. **História e Natureza**: capítulos de História Social. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013.

PEDROZA, Antônia Márcia Nogueira. **“Hoje vou tratar de meus direitos”**: liberdade precária, escravização ilegal, reescravização e o apelo à justiça, no Ceará provincial (1830-1888). Orientador: Eurípedes Antonio Funes. 2021. 371 f. Tese (Doutorado em História). UFC, Departamento de História. Programa de pós-Graduação em História Social. Fortaleza 2021. Acessado em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/57518>. Acessado em: 12 de dezembro de 2022.

PINHEIRO, Francisco José. O homem livre/pobre e a organização das relações de trabalho no Ceará (1850-1880). **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza. v. 20/21.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e sociedade no Brasil Monárquico. *in*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial**, volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 17.ed. São Paulo: Brasiliense, 1974.

REIS, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez. **O espaço a serviço do tempo**: a estrada de ferro de Baturité e a invenção do Ceará. Orientadora: Kênia Souza Rios. 2015. 402 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidade, Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História Social. Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/25274>. Acessado em: 12 de dezembro de 2022.

REIS, Liana. “Abolicionismo, imprensa e poesia”. *in*: Venâncio, Renato Pinto (org.). **Panfletos abolicionistas**: o 13 de maio em versos. Belo Horizonte: secretaria de Estado de cultura de Minas Gerais. Arquivo Público, 2007.

RICOUER, Paul. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968.

SILVA, Amada Guimarães da. **Trabalho, pobreza e cotidiano carroceiros e carregadores em Fortaleza entre os anos de 1900 e 1930**. Orientador: Mario Martins Viana Junior. 2021. 165 f. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/57994>. Acessado em: 12 de dezembro de 2022.

SILVIA, Bárbara Eliza Soares. **Uma história da educação**: a invenção da instrução pública na província do Ceará (1858-1889). Orientador: João Ernani Furtado Filho. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades. Departamento

de História. Programa de Pós-Graduação em História Social. Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6148>. Acessado em: 12 de dezembro de 2022.

SILVA, Carmem Virgínia Moraes da; FRANCISCHINI, Rosângela. O surgimento da educação infantil na história das políticas públicas para a criança no Brasil. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista. v. 8 n. 12. pag. 257-276 jan/jun. 2012.

SENA, Divino Marcos de. Pobres e pobreza na província de Mato Grosso. *in*: **Histórias da Pobreza no Brasil**. Coleção Direito e Justiça Social, v. 6. Editora da Furg: Rio Grande, 2019. p. 40.

SAMARA, Eni de Mesquita. A família negra no Brasil. **Revista História**, São Paulo, p. 27-44, jun/jul. 1989.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo e. Nota explicativa. *in*: ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**: Fortaleza-Crato, 1859. Fortaleza: Museo do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006, p. 7-40.

STUDART, Guilherme Barão de. **Geographia do Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. **Catarina, minha nêga, tão querendo te vender**: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT/CE, 2011. p. 92-93.

SCOTT, James C. **A Dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. – Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa: Edição Livraria Letra Livre, 2013. p. 185-202.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVII. 4. ed. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, p. 78-79.

SANTOS, Marta S. Honra, terra e violência: O mundo dos homens pobres livres do sertão cearense do século XIX. **Trajetos**, Fortaleza, Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. v. 6, n. 11 (jun. 2008) – Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2008

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da escravidão no Ceará**: das origens à extinção. 2 ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2011.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. **Revista História em revista**, Pelotas, Revista do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade de Federal de Pelotas. v. 7. 2001.

VICENTINO, Cláudio. A criação do Brasil capitalista. *in*: DEL PIORI, Mary *et. Al.* (Org.) **500 anos de Brasil**: histórias e reflexões. São Paulo: Scipione, 1999. p. 147.

VELLOZO, Júlio César de Oliveira; ALMEIDA, Luiz de Almeida. O pacto de todos contra os escravos no Brasil Imperial. Dossiê. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n 3, 2019. p. 2144

WILLIAMS, Ava Renarda. **O caráter multifacetado da pobreza**: a relação entre concepção e intervenção. Orientador: Maria Beatriz Lima Herkenhoff. 2007. 162f. Dissertação (Mestrado em

Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Vitória, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/6508>. Acessado em: 12 de dezembro de 2022.

ANEXO-FONTES

- A Ordem. Baturité- Domingo 11 de abril de 1880. n 31. Pag. 3
- A Ordem. Baturité- Domingo 8 de fevereiro de 1880. n 22. Pag. 1.
- A Ordem. Baturité- Domingo 7 de março de 1880. n 26. Pag. 1.
- A Ordem. Baturité- Domingo 21 de novembro de 1880. n 63. Pag. 3.
- A Ordem. Baturité- Domingo 25 de julho de 1880. n 46. Pag. 3.
- A Ordem- Baturité, Domingo, 5 de setembro de 1880, nº 52, pag. 3.
- A Ordem- Baturité, Domingo, 7 de março de 1880, nº 26, pag 1-2.
- A Ordem, Baturité- Sábado, 25 de dezembro de 1880, nº 67, pag. 3.
- A Ordem- Baturité, Domingo 15 de fevereiro de 1880, nº 23, pag.2
- A Ordem, Baturité- Domingo 2 de maio de 1880, nº 34, pag. 1
- A Ordem- Baturité, Domingo, 20 de junho de 1880, nº 41, pag. 2.
- A Ordem- Baturité, Domingo 29 de agosto de 1880, nº 51, pag. 4
- A Ordem, Baturité- Sábado, 25 de dezembro de 1880, n 67, pag. 2.
- A Ordem, Baturité- Domingo, 12 de setembro de 1880, n 53, pag 3
- A Ordem, Baturité- Domingo, 7 de março de 1880, n 26, pag.2
- A Ordem. Baturité- Domingo 8 de fevereiro de 1880. n 22. Pag. 2
- A Ordem. Baturité, Sábado 25 de Dezembro de 1880, n 67 pag. 2.
- A Ordem, Baturité- Domingo 2 de maio de 1880, n 34, pag. 1.
- A Ordem, Baturité- Domingo, 4 de julho de 1880, n 43, pag. 1.

A Ordem, Baturité- Domingo 25 de julho de 1880, n 46, pag 2.

A Ordem, Baturité- Domingo 30 de Maio de 1880, n 38, pag. 2

A Ordem. Baturité- Domingo 27 de junho de 1880. n 42. Pag. 1

A Ordem, Baturité- Domingo 18 de abril de 1880, n 32, pag. 3

A Ordem, Baturité- Domingo, 11 de julho de 1880, n 44, pag. 1.

A Ordem, Baturité-12 de setembro de 1880. n 53, pag, 2

A Ordem, Baturité-25 de julho de 1880. n 46, pag. 1.

A Ordem, Baturité- Domingo, 15 de fevereiro de 1880, n 23, pag. 4.

A Ordem, Baturité- Domingo 11 de abril de 1880, n 31, pag. 3

A Ordem, Baturité- Domingo, 3 de outubro de 1880, nº 56, pag.4

A Onda, Baturité- Domingo, 7 de abril de 1882, nº 7, pag.1.

A Onda. Baturité- Domingo, 30 de abril de 1882. n7. Pag. 1

A Onda, Baturité- Domingo, 19 de março de 1882, nº 1, p.1.

A Onda, Baturité- Domingo, 30 de abril de 1882, n 7 pag3.

A Onda- Baturité, Domingo 16 de abril de 1882, nº 5, pag.1.

A Onda. Baturité- Domingo 25 de julho de 1882. n 11. Pag. 3

A Onda, Baturité- Domingo, 4 de junho de 1882, n 10, pag 2.

A Onda- Baturité, Domingo 2 de abril de 1882, nº 3, pag.1

A Onda, Baturité, Domingo 29 de outubro de 1882, n16 pag1-2

A Onda. Baturité-Domingo, 26 de março de 1882, nº 2, pag.2.

A Onda. Baturité- Domingo 29 de outubro de 1882. n 16. Pag. 2.

A Onda, Baturité, Domingo 28 de maio de 1882, n 9, pag. 3

A Onda, Baturité- Domingo, 24 de dezembro de 1882, nº 18, p.1.

A Onda- Baturité, 2 de abril de 1882, nº 3, pag. 2.

A Onda, Baturité- Domingo, 1 de abril de 1883, nº 1, p. 4

A Onda- Baturité, Domingo 15 de abril de 1883, nº 3. Pag. 4.

A Onda- Baturité, Domingo 22 de abril de 1883, nº 4, pag.

A Onda, Baturité- Domingo, 1 de abril de 1883, nº 1, pag. 3.

A Onda, Baturité, Domingo 15 de abril de 1883, nº 03, pag3.

BR, APEC, EFB, 02, 1878. Ofício s/n, 30/09/1878.

CEARÁ. Collecção das Leis da Província do Ceará de 1870. Fortaleza: Typ. Cearense, 1870.

CATÃO, Pedro. Baturité (Subsídio Geográfico, Histórico e Estatístico. Instituto do Ceará.1937. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1937/1937BaturiteSubsideioGeograficoHistoricoEstatistico.pdf>. Acessado em: 12 de dezembro de 2022

CEARÁ. Relatório do Excellentíssimo Senhor Doutor Joaquim Marcos d'Almeida Rego, Presidente da Província do Ceará à Respectiva Assembléia Legislativa na abertura da 1ª sessão ordinária de sua 9ª legislatura, em o 1º de Setembro de 1852. Fortaleza: Typographia Cearense, 185?, p.15.

Estatuto para as Casas de Caridade, apud Pinheiro, Irineu, op. Cit., pag. 150.

FEIJÓ, João da Silva. **Relatório e Catálogo.** Província do Ceará. Exposição Nacional. Fortaleza, CE: Typographia Imparcial de Francisco Perdigão,1875. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1077/bndigital1077.pdf. Acessado em 12 de dezembro de 2022.

JUNIOR, Roberto. Manuscritos do Botânico Freire Alemão. Disponível em: <https://cariridasantigas.com.br/os-manuscritos-do-botanico-freire-alemao-1859-1861/>. Acessado em 04 de agosto de 2022.

Mensagem do Conselho de Estado. Revista Notícias da RVC, Edição Centenária, Fortaleza, 1970, p.3-5.

Os Manuscritos do Botânico Freire Alemão. Catálogo e Transcrição por Darcy Damasceno e Waldir da Cunha. Anais da Biblioteca Nacional, Vol. 81. 1964.

PROVÍNCIA DO CEARÁ. Regulamento N. 38, de 2 de janeiro de 1858, p 293-294

PROVÍNCIA DO CEARÁ, Regulamento N. 40, de 3 de novembro de 1858, Leis Provinciais op. Cit., Tomo III, p, 332.

Recenseamento do Brasil em 1872, Ceará, pag.75. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo?id=225477&view=detalhes> Acessado em 17 de junho de 2022.

Relatório do presidente da província do Ceará, 1850, Inspeção da Saúde Pública do Ceará, 24 de maio de 1850. pag.72. Disponível em:
[:http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1880&item_id=3139#?h=1880&c=4&m=83&s=0&cv=1&r=0&xywh=-797%2C787%2C2273%2C1603](http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1880&item_id=3139#?h=1880&c=4&m=83&s=0&cv=1&r=0&xywh=-797%2C787%2C2273%2C1603) Acessado em 13 de junho de 2022.

Relatório do presidente da província do Ceará, 1851, pag. 40/ 93. Disponível em:
http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1881&item_id=3140#?h=1881&c=4&m=85&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1069%2C-1%2C3769%2C2659 Acessado em 27 de junho de 2022.

Relatório do presidente da província do Ceará, 1853, pag. 6. Disponível em:
http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1853&item_id=3107#?h=1853&c=4&m=15&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1259%2C0%2C4244%2C2993 Acessado em 27 de junho de 2022.

Relatório do presidente da província do Ceará, 1885, pag. 56. Disponível em:
http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1885&item_id=3145#?h=1885&c=4&m=99&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1377%2C0%2C4529%2C3194. Acessado em: 30 de junho de 2022.

Relatório do presidente da província do Ceará, 1870, pag. 42. Disponível em:
http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1870&item_id=3128#?h=1870&c=4&m=55&s=0&cv=1&r=0&xywh=146%2C-161%2C4547%2C3207 Acessado em: 30 de junho de 2022.

Relatório do presidente da província do Ceará, 1876. Pag 43. Disponível em:
http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1876&item_id=3135#?h=1876&c=4&m=73&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1607%2C0%2C5117%2C3609 Acessado em 16 de junho de 2022.

Relatório do presidente da província do Ceará, 1880. Pag. 69. Disponível em:
http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1880&item_id=3139#?h=1880&c=4&m=83&s=0&cv=1&r=0&xywh=-52%2C862%2C1826%2C1288 Acessado em 16 de junho de 2022.

Relatório do presidente da província do Ceará, 1886, pag. 25/38/40/71/89/ 85//92. Disponível em:
http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=1874&item_id=3132#?h=1874&c=4&m=67&s=0&cv=0&r=0&xywh=44%2C0%2C1831%2C2753 Acessado em 16 de junho de 2022.

1874- Fala do Trono na Abertura da Assembleia Geral em 5 de maio de 1874. **Fala do Trono-** Desde o ano de 1823 até o ano de 1889. São Paulo: Melhoramentos, 1977, p. 422.

1877- Fala do Trono na Abertura da 1ª Sessão da 16ª Legislatura da Assembleia Geral em 1º de fevereiro de 1877. **Fala do Trono** – Desde o ano de 1823 até o ano de 1889. São Paulo: Melhoramentos, 1977, pag. 438